RELATÓRIO 2022
DA GESTÃO 2023



RELATÓRIO 2022
DA GESTÃO 2023



Brasília, 2023.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Supremo Tribunal Federal – Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal

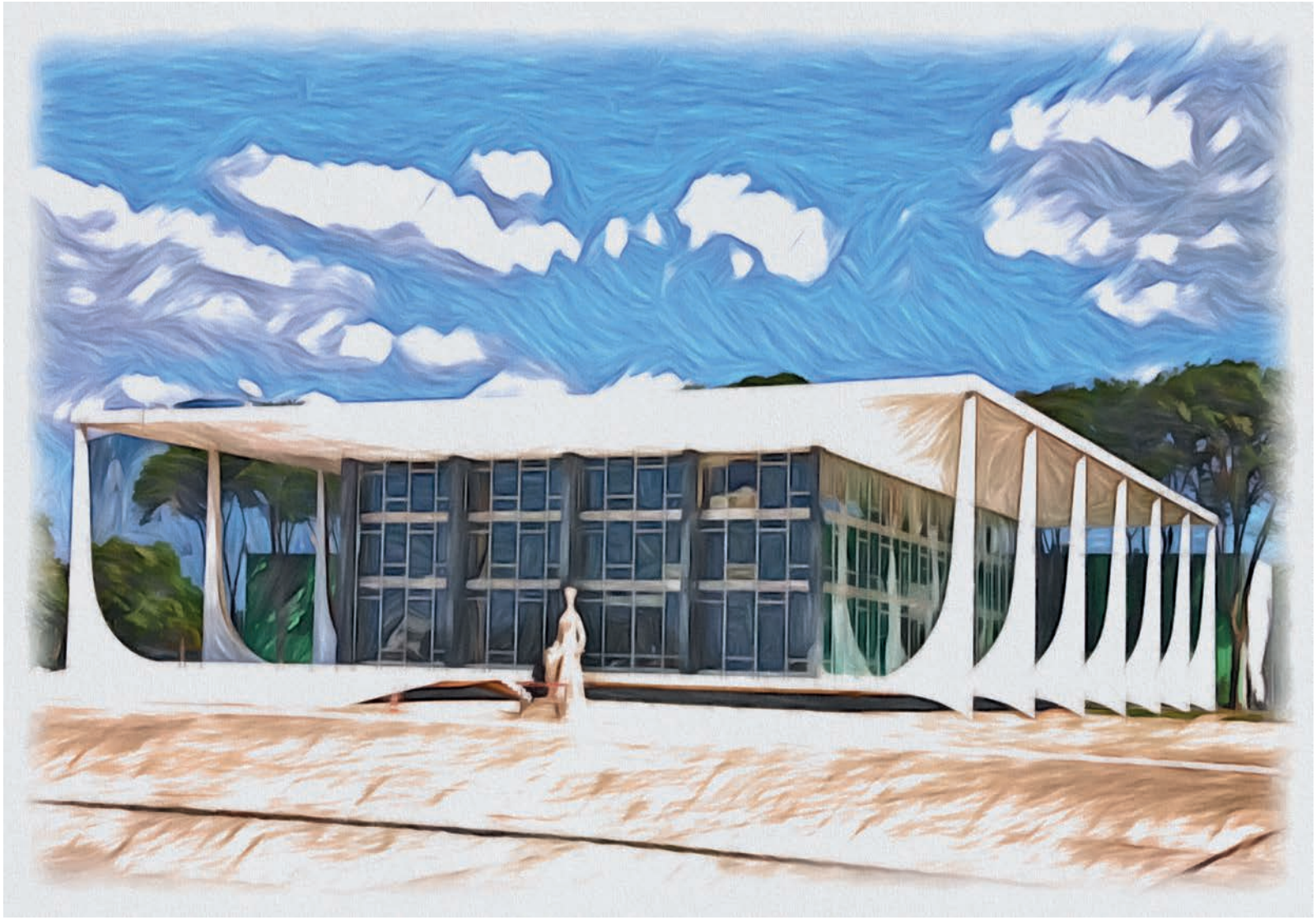
Brasil. Supremo Tribunal Federal (STF).
Relatório da gestão 2022 2023 [recurso eletrônico] / Supremo Tribunal Federal. -- Brasília : Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023.
eBook (288 p. : il., gráfs., fots., gravs.)

Modo de acesso: < https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoCatalogoProdutoConteudoTextual/anexo/RelatorioGestaoRW.pdf >

e-ISBN : 978-85-54223-83-0.

1. Tribunal supremo, atividades, Brasil, 2022-2023. 2. Weber, Rosa, 1948-, relatório de gestão, 2022-2023. I. Título.

CDDir-341.4191



Supremo Tribunal Federal – 2023



Ministra
Rosa Weber
Presidente – 19.12.2011



Ministro
Luís Roberto Barroso
Vice-presidente – 26.6.2013



Ministro
Gilmar Mendes
Decano – 20.6.2002



Ministra
Cármen Lúcia
21.6.2006



Ministro
Dias Toffoli
23.10.2009



Ministro
Luiz Fux
3.3.2011



Ministro
Edson Fachin
16.6.2015



Ministro
Alexandre de Moraes
22.3.2017



Ministro
Nunes Marques
5.11.2020



Ministro
André Mendonça
16.12.2021



Ministro
Cristiano Zanin
3.8.2023



COMPOSIÇÃO DAS TURMAS

Primeira Turma

MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO – PRESIDENTE
MINISTRA CÁRMEN LÚCIA
MINISTRO LUIZ FUX
MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES
MINISTRO CRISTIANO ZANIN

Segunda Turma

MINISTRO DIAS TOFFOLI – PRESIDENTE
MINISTRO GILMAR MENDES
MINISTRO EDSON FACHIN
MINISTRO NUNES MARQUES
MINISTRO ANDRÉ MENDONÇA



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Chefe de Gabinete
PAULA PESSOA
DANIELA FERNANDES DAROS

Juiz Instrutor
MÁRCIO SCHIEFLER FONTES

Juízes Auxiliares
MATEUS DE FREITAS CAVALCANTI COSTA
HUGO SINVALDO SILVA DA GAMA FILHO
HELENA CAMPOS REFOSCO

Assessor de Segurança da Informação
MARCELO ANTONIO DA SILVA

Assessora-Chefe de Cerimonial
CÉLIA REGINA DE OLIVEIRA GONÇALVES

Assessor-Chefe de
Articulação Parlamentar
CLAY SOUZA E TELES

Assessor-Chefe de
Assuntos Internacionais
OSVALDO DOS SANTOS PIZZÁ

Assessor-Chefe de Inteligência Artificial
RODRIGO LOBO CANALLI

Assessor Especial do
Gabinete da Presidência
ROGÉRIO AUGUSTO VIANA GALLORO

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Secretário-Geral da Presidência
ESTÊVÃO ANDRÉ CARDOSO WATERLOO

Chefe de Gabinete
EDIMAR ROSA DA SILVA

Assessora-Chefe Processual
ANA PAULA VILELA DE PÁDUA

Assessora-Chefe do Plenário
CARMEN LILIAN OLIVEIRA DE SOUZA

Assessor-Chefe do Núcleo
de Análise de Recursos
CARLOS AUGUSTO DE ARAÚJO LIMA FILHO

Assessor-Chefe da Central do Cidadão
GUSTAVO DA FONSECA SANDANIELLI MONTÚ

Secretária de Gestão de Precedentes
ALINE CARLOS DOURADO BRAGA

Secretária de Comunicação Social
MARIANA ARAUJO DE OLIVEIRA

Secretário Judiciário
ADAUTO CIDREIRA NETO

Secretária(o) de Altos Estudos,
Pesquisa e Gestão da Informação
MANUELITA HERMES ROSA OLIVEIRA FILHA
FABYANO ALBERTO STALSCHMIDT PRESTES
DANIELA FERNANDES DAROS

Secretário de Gestão Estratégica
VINÍCIUS NASCIMENTO PORTO

SECRETARIA DO TRIBUNAL

Diretor-Geral
MIGUEL RICARDO DE OLIVEIRA PIAZZI

Chefe de Gabinete
CLEBER SILVA MOTA

Assessora-Chefe Jurídico
MÔNICA MARIA GOMIDE MADRUGA RIBEIRO

Assessor-Chefe de Apoio à
Governança e Conformidade
VALMI ALVES DE SOUSA
ROBERTO BEZERRA

Secretário de Administração de Serviços e
Gestão Predial
EDMILSON PALMA LIMA

Secretário de Orçamento, Finanças e
Contratações
JEAN MARY ALMEIDA SOARES
MÁRCIO KAZUAKI FUSISSAVA

Secretário de Gestão de Pessoas
CÍCERO RODRIGUES DE OLIVEIRA GOMES

Secretária de Serviços
Integrados de Saúde
DENISE GOMES DA SILVA

Secretária de Tecnologia da Informação
NATACHA MORAES DE OLIVEIRA

Secretário de Segurança
MARCELO CANIZARES SCHETTINI SEABRA

AUDITORIA INTERNA

Auditor-Chefe
ARMANDO AKIO SANTOS DOI



Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

“Palavra da Presidente”

“O Supremo Tribunal Federal, estejam certos, permanecerá vigilante na defesa incondicional da supremacia da Constituição e da integridade da ordem democrática. Deixemos falar a democracia. A democracia consagrada em nossa Constituição, cuja guarda, repito à exaustão, compete a esta Suprema Corte. O Supremo Tribunal Federal, em permanente vigília, na guarda da Constituição e na defesa da democracia.”

Trecho do discurso de posse da Presidente Rosa Weber.

APRESENTAÇÃO

No período simbólico de início da Primavera no Hemisfério Sul no ano de 2022, acompanhada pelo Ministro Luís Roberto Barroso, Vice-Presidente, assumi a Presidência do Supremo Tribunal Federal. Na simplicidade introspectiva de Alberto Caeiro, a Primavera "é uma maneira de dizer". Inspirada pelo poeta, apresento este Relatório da Gestão 2022-2023, no intervalo entre essas duas estações alusivas à renovação e à esperança.

Nesse curto ciclo entre primaveras, apesar da violência que assolou o país no dia 8 de janeiro, Dia da Infâmia, graças à equipe com a qual contei, foi possível lançar sementes e colher resultados.

Alberguei como meta do Plano Estratégico da Gestão (PEG-STF) no período de 2022 a 2023 a **"Proteção jurisdicional da Constituição e da integridade do regime democrático**", inserido no contexto do Planejamento Estratégico de longo prazo do STF (PE-STF), ciclo 2021-2022, denominado "Um Plano para Todos". Os objetivos e iniciativas do PEG-STF 2022-2023 destinaram-se à concretização da missão do Supremo Tribunal Federal de "**garantir a supremacia da Constituição, com respeito à segurança, aos direitos fundamentais e à integridade do Estado Democrático de Direito**". Nessa perspectiva, temas como "prestação jurisdicional", "serviços prestados aos cidadãos e aos jurisdicionados", "Agenda ONU 2030", "governança e gestão organizacional", "transformação digital" são pilares da atuação da Corte com foco na visão institucional de "alcançar o patamar de corte preponderantemente constitucional, 100% digital, com prestação jurisdicional eficiente e alinhamento entre inteligência humana e inteligência artificial".

Nesse cenário, o **Capítulo 1** apresenta os esforços da gestão 2022-2023 dedicados à proteção da Constituição e da integridade do regime democrático após os ataques do dia 8.1.2023, conhecido como o "Dia da Infâmia". Graças ao desvelo de 400 trabalhadores e servidores, em pouco mais

de vinte dias os espaços vandalizados foram reconstruídos, o que tornou possível a realização da sessão solene de abertura do Ano Judiciário de 2023 no Plenário reconstituído. Destaco a profícua Campanha **#**democracia**inabalada**, exibida em canais de televisão e repercutida pela imprensa brasileira, agraciada na categoria prata pelos Prêmios Lusófonos da Criatividade, festival internacional de criatividade sediado em Portugal. Insere-se na memória da sociedade brasileira o malogro do atentado às instituições democráticas. Reconstituídas as instalações da Praça dos Três Poderes, a Constituição Federal segue vivificada sob o zelo desta Suprema Corte.

As conquistas no âmbito dos temas estratégicos da prestação jurisdicional e da otimização do processo decisório, na perspectiva do PEG-STF 2022-2023, são apresentadas no **Capítulo 2**, com o realce da aprovação da Emenda Regimental 58/2022, que imprimiu alterações sensíveis ao Regimento Interno. Destinado à concretização do direito à razoável duração do processo, fixou-se o prazo de 90 dias para a devolução dos autos conclusos para vista, com liberação automática para a continuação do julgamento após vencido esse prazo. Essa importante iniciativa resultou em considerável redução do acervo dos processos de controle concentrado. Por outro lado, na perspectiva da concretização do princípio do colegiado, virtude do Estado Democrático de Direito, as alterações promovidas pela Emenda Regimental 58/2022 resultaram no incremento do número de processos julgados pelo Plenário no primeiro semestre de 2023 em comparação com todo o ano de 2022, em nítido reforço à colegialidade e à eficiência do processo decisório. Outro destaque da atuação no âmbito da prestação jurisdicional reside na racionalização do trabalho no controle difuso de constitucionalidade mediante a sistemática de precedentes. A diminuição do número de recursos distribuídos é diretamente proporcional ao incremento da eficiência da atuação do Supremo Tribunal Federal como Corte Constitucional. Nesse sentido, no período 2022-2023, foram incluídos 33 temas e julgado o mérito de 54 temas de repercussão geral com impacto em aproximadamente 84.868 processos, e redução de processos sobrestados. Iniciativa estratégica à otimização do processo decisório consiste no desenvolvimento da ferramenta de inteligência VitórIA, voltada ao agrupamento de processos por similaridade, permitindo a gestão racional do

acervo por meio da ampliação do conhecimento sobre o perfil dos processos aptos a tratamento conjunto, de ondas de litigiosidade e de candidatos a temas de repercussão geral.

O **Capítulo 3**, por sua vez, destina-se aos julgamentos de especial relevância no período, notadamente quanto à concretização dos direitos e garantias fundamentais, hermenêutica constitucional, direitos sociais e políticos, liberdade de expressão, repartição de competências, compartilhamento de dados no âmbito da Administração Pública.

As melhorias nos âmbitos da transparência e o compromisso com o conhecimento constituem os pilares da atuação voltada à promoção da justiça e da confiança da sociedade na Corte, valores imprescindíveis ao desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente democrática. Nesse sentido, o **Capítulo 4** apresenta os programas desenvolvidos pela gestão em torno do acesso do público à informação de qualidade, assim como à compreensão do trabalho desempenhado pela Suprema Corte, com destaque para a atuação da Central do Cidadão; desenvolvimento de novos painéis de consulta pública no Programa Corte Aberta sobre ações de controle concentrado de constitucionalidade, reclamações e omissão constitucional, bem como de nova página de repercussão geral; além da ampliação da presença digital da Corte pela integração da TV e Rádio Justiça e do crescimento das redes sociais do STF. No âmbito do Programa de Combate à Desinformação, visando à aproximação entre a Corte e a sociedade, foram lançados o Projeto STF na Escola e a página eletrônica STF com Você.

No **Capítulo 5**, é relatada a atuação dialógica da gestão em torno da cooperação entre o Supremo Tribunal Federal e demais instituições no escopo de concretização dos valores democráticos. Nesse contexto, uma das principais realizações foi o lançamento da primeira Constituição brasileira traduzida para a língua indígena Nheengatu, conhecida como o Tupi moderno. A Constituição Cidadã em Nheengatu constitui instrumento significativo de preservação das culturas indígenas e de inclusão dos povos originários em direção à igualdade substantiva preconizada como direito de todos os cidadãos. Ao suplantar as barreiras linguísticas, promove o alcance da

cidadania plena pelo conhecimento de direitos – essencial ao acesso à justiça. Destaco, ainda, por relevantes, as celebrações em torno dos 34 anos da Constituição Federal e do centenário de falecimento de Ruy Barbosa.

Por fim, o **Capítulo 6** expõe os resultados dos projetos desenvolvidos no contexto de governança e gestão voltados à eficiência da instituição. Em consequência dos atos de vandalismo perpetrados no dia 8.1.2023, foi instituído o Gabinete Extraordinário para a reconstrução do Plenário da Corte. Para enfrentar o desafio de otimizar o processo decisório, aprovou-se proposta de reestruturação administrativa em que foi criada a Assessoria de Inteligência Artificial, com o principal objetivo de desenvolver novas soluções em inteligência artificial, aplicadas à prestação jurisdicional da Corte, além do Núcleo de Apoio aos Sistemas Judiciais (NASJU), destinado a promover maior segurança aos sistemas e aos usuários da plataforma STF Digital.

A Constituição de 1988 instituiu o Estado Democrático de Direito em que vivemos, conformado sob ideal dinâmico, em constante aperfeiçoamento. No âmago da arquitetura constitucional, reside o seu papel de agente transformador da realidade e promotor da inclusão social mediante o exercício da participação política. Nesse processo de conformação social, é certa a chegada de outras Primaveras. Como diz o poeta Alberto Caeiro, *"Nem mesmo as flores tornam, ou as folhas verdes. Há novas flores, novas flores verdes. Há outros dias suaves. Nada torna, nada se repete, porque tudo é real"*.

Com o olhar fixo na constante dignificação da nossa sociedade democrática, o Supremo Tribunal Federal permanece firme, vigilante e resiliente na defesa dos valores democráticos e pela concretização das promessas civilizatórias da Constituição da República.

Ministra Rosa Weber
Presidente do Supremo Tribunal Federal



12.9.2022 – Ministra Rosa Weber faz discurso de posse como Presidente da Suprema Corte ao lado dos Ministros do Tribunal; do Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco; do Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira; do Presidente da OAB, Beto Simonetti; e do Procurador-Geral da República, Augusto Aras. Foto: Carlos Moura/SCO/STF

“Posse”

“Gostaria que todos vissem nesta solenidade uma celebração da democracia e a reverência ao primado das liberdades. A defesa da ordem democrática não pode ser meramente a retórica, o princípio democrático reside na observância incondicional da supremacia da ordem jurídica e no respeito às minorias, em especial, as estigmatizadas pela situação de vulnerabilidade.”

Trecho do discurso de posse da Presidente Rosa Weber.

No dia 10 agosto de 2022, a Ministra Rosa Weber e o Ministro Luís Roberto Barroso foram eleitos para a Presidência e Vice-Presidência do Supremo Tribunal Federal, respectivamente.

Empossada no dia 12 de setembro de 2022, a Ministra destacou como foco de sua gestão a defesa da Constituição e do Estado Democrático de Direito e lembrou que o STF é o guardião da Constituição não porque atribui a si mesmo esse papel, mas por expresso comando do artigo 102 da Constituição. “Cabe-lhe filtrar os atos estatais e os comportamentos governamentais sob as lentes da Constituição, o que é feito na estrita conformidade dos instrumentos processuais nela previstos”, afirmou.

A Ministra observou ser atribuição do Poder Judiciário garantir a solidez do jogo democrático por meio da proteção de todos os seus participantes contra quaisquer formas de opressão, intolerância, exclusão e discriminação. “As reformas políticas, quando necessárias, devem ser implementadas com o propósito de aperfeiçoamento das instituições, jamais para inibir o dissenso e excluir forças políticas com ideologia diversa”, afirmou. “A democracia, não nos esqueçamos, repele a noção autoritária do pensamento único”.

Em nome da Corte, a Ministra Cármen Lúcia disse que ninguém seria mais adequada para assumir o cargo. “É uma magistrada séria, responsável e democrata, a conduzir, com a prudência inerente à República e com a decência própria à virtude democrática, a gestão da coisa pública no espaço do Poder Judiciário”. Ainda segundo Cármen Lúcia, “em tempos difíceis, no qual o mal força portas de corações e mentes, introduzindo despautérios civilizatórios, que já se pensavam sepultados por serem inumanos, a presidência da Ministra Rosa Weber constitui um valor a mais, a mostrar quadro modelar de atuação humana responsável com vista à realização do bem de todos”.

Ao saudar os novos dirigentes do STF em nome do Ministério Público, o Procurador-Geral da República, Augusto Aras, apontou a força, a firmeza e a sabedoria com que Rosa Weber exerce a sua carreira de magistrada. Para Aras, a atuação da Ministra honra a justiça brasileira, "com sua estabilidade de espírito, dignidade de conduta e firmeza inabalável na defesa dos direitos da coletividade, da democracia e do respeito às instituições republicanas e democráticas".

Falando pela advocacia do país, o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti, afirmou que o êxito demonstrado pela Ministra Rosa Weber na condução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) revela que sua segurança e competência estariam novamente a serviço da atuação do Poder Judiciário em prol do Estado Democrático de Direito e da proteção dos direitos e das garantias fundamentais.

Íntegra do discurso de posse da Presidente Rosa Weber.



12.9.2022 – Ministra Rosa Weber empossada como Presidente do STF e do CNJ.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF



12.9.2022 – Ministra Rosa Weber faz discurso de posse como Presidente da Suprema Corte ao lado dos Ministros do Tribunal; do Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco; do Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira; do Presidente da OAB, Beto Simonetti; e do Procurador-Geral da República, Augusto Aras. Foto: Carlos Moura/SCO/STF



12.9.2022 – Presidente Rosa Weber com os Ministros do STF e o Procurador-Geral da República, Augusto Aras.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Sumário



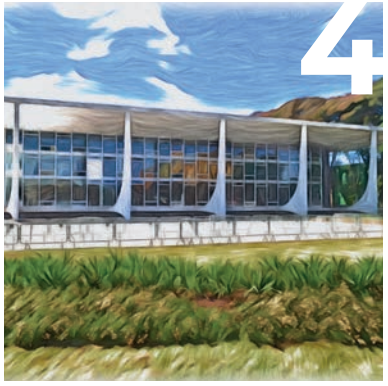
Capítulo 1 **27**
Proteção jurisdicional da Constituição e da integridade do regime democrático



Capítulo 2 **51**
Prestação jurisdicional e otimização do processo decisório



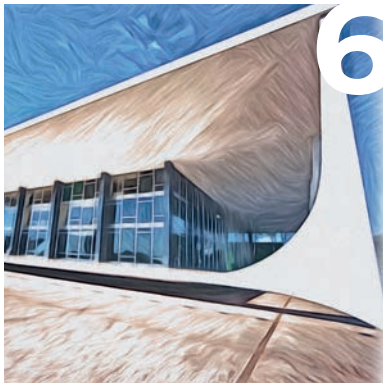
Capítulo 3 **95**
Julgamentos de especial relevância



Capítulo 4 **153**
Transparência e compromisso com o conhecimento



Capítulo 5 **201**
Diálogo institucional



Capítulo 6 **257**
Governança e gestão



Proteção jurisdicional da Constituição e da integridade do regime democrático

“[...] reitero o compromisso com a defesa diuturna e intransigente da integridade do regime democrático e da jurisdição constitucional, que abracei como profissão de fé em minha carreira, e adotei como norte desta gestão.”

Ministra Rosa Weber em seu discurso de reabertura do segundo semestre de 2023 do STF.

1.1 DIA DA INFÂMIA

8 de janeiro de 2023 | #democracia**inabalada**



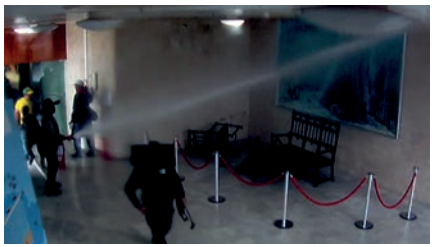
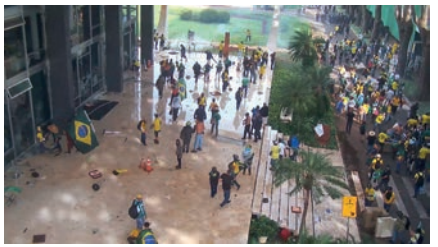
8.1.2023 – Prédio do STF é alvo de atos antidemocráticos.
Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Acesse o livro e o documentário que contam em detalhes os acontecimentos e desdobramentos do dia 8 de janeiro de 2023 na Suprema Corte

> **"***O Brasil viveu neste domingo – 8 de janeiro de 2023 – uma página triste e lamentável de sua história, fruto do inconformismo de quem se recusa a aceitar a democracia.***"**
> Ministra Rosa Weber em nota oficial no dia dos ataques.

O dia 8 de janeiro de 2023 insere-se na história do Brasil como o "Dia da Infâmia". Esse domingo assinala na memória da sociedade brasileira a torpeza das agressões às instituições da República e aos valores da Constituição por vândalos que, criminosamente, invadiram as instalações dos três pilares da democracia: Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Suprema Corte.

O prédio histórico do Supremo, o último a ser atacado, foi o que mais sofreu com os ataques criminosos. Além da área externa, três pavimentos da Corte foram atingidos, desde o térreo, onde estão o *Hall* dos Bustos, o Plenário e o Salão Branco. Bustos de figuras históricas do Brasil e obras de arte foram vandalizados e o Plenário teve toda a sua estrutura comprometida, cadeiras arrancadas, carpete inundado, bancadas quebradas, inclusive sistemas eletrônicos de áudio e de vídeo danificados.

8.1.2023 – Vândalos invadem prédio histórico do STF. Imagens: Reprodução de câmeras de segurança.

Na sequência, os vândalos tomaram os andares onde ficam o Salão Nobre, a Presidência e as áreas administrativas. Fiação elétrica, móveis, vidros, computadores, portas, equipamentos fotográficos, tudo foi alvo da brutalidade dos invasores.

Em manifestação de repúdio, a cúpula do Poder Judiciário externou indignação contra a destruição do patrimônio público. Assinaram o documento a Ministra Rosa Weber, Presidente do STF, o Ministro Alexandre de Moraes, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, a Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, o Ministro Lelio Bentes Corrêa, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, e o Ministro general de Exército Lúcio Mário de Barros Góes, Presidente do Superior Tribunal Militar.

Na mesma noite, a Ministra Rosa Weber foi ao prédio, acompanhada dos Ministros Luís Roberto Barroso e Dias Toffoli e do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.



8.1.2023 – Presidente Rosa Weber e Ministros Luís Roberto Barroso e Dias Toffoli, no STF, no dia dos ataques. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



9.1.2023 – No Palácio do Planalto, Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; Presidente do STF, Rosa Weber; Ministros da Corte Luís Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli; governadores e outras autoridades. Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

No dia seguinte, a Ministra Presidente, Rosa Weber, e Ministros do STF reuniram-se com o Presidente Lula e outras autoridades no Palácio do Planalto. À noite, no mesmo local, em reunião que contou com a presença de governadores, a Ministra agradeceu a presença de todos e destacou a importância da solidariedade em ações imediatas pela unidade nacional em torno dos valores democráticos.

Logo após o encontro, em gesto simbólico de união, os participantes da reunião atravessaram a Praça do Três Poderes, desde o Planalto até o Supremo.

Nesse mesmo dia, o edifício-sede passou por perícia técnica da Polícia Federal. A Presidente Rosa Weber acompanhou os trabalhos e visitou os espaços destruídos. Após a vistoria, foram iniciadas as obras de recuperação do Plenário do Supremo. A reconstrução do espaço para a abertura do Ano Judiciário, em 1º de fevereiro, foi ação prioritária conduzida pelo Gabinete Extraordinário, instituído pela Ministra e coordenado pelo Secretário-Geral da Presidência, Estêvão Waterloo, pelo Diretor-Geral, Miguel Piazzi, e pela Chefe de Gabinete da Presidência, Paula Pessoa.

Os representantes dos Três Poderes da República uniram-se em defesa da democracia e conclamaram a sociedade à atuação serena pela paz em direção ao progresso e à justiça social.



9.1.2023 – Presidente Lula, Presidente Rosa Weber e Ministros, na sede do Tribunal. Foto: Ricardo Stuckert/PR



9.1.2023 – No Plenário do STF, Presidente e Vice-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin; Presidente do STF, Rosa Weber; e Ministros da Corte Luís Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

NOTA EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Os Poderes da República, defensores da democracia e da Carta Constitucional de 1988, rejeitam os atos terroristas, de vandalismo, criminosos e golpistas que aconteceram na tarde de ontem em Brasília.

Estamos unidos para que as providências institucionais sejam tomadas, nos termos das leis brasileiras.

Conclamamos a sociedade a manter a serenidade, em defesa da paz e da democracia em nossa pátria.

O país precisa de normalidade, respeito e trabalho para o progresso e justiça social da nação.

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Senador Veneziano Vital do Rêgo
Presidente do Senado em Exercício

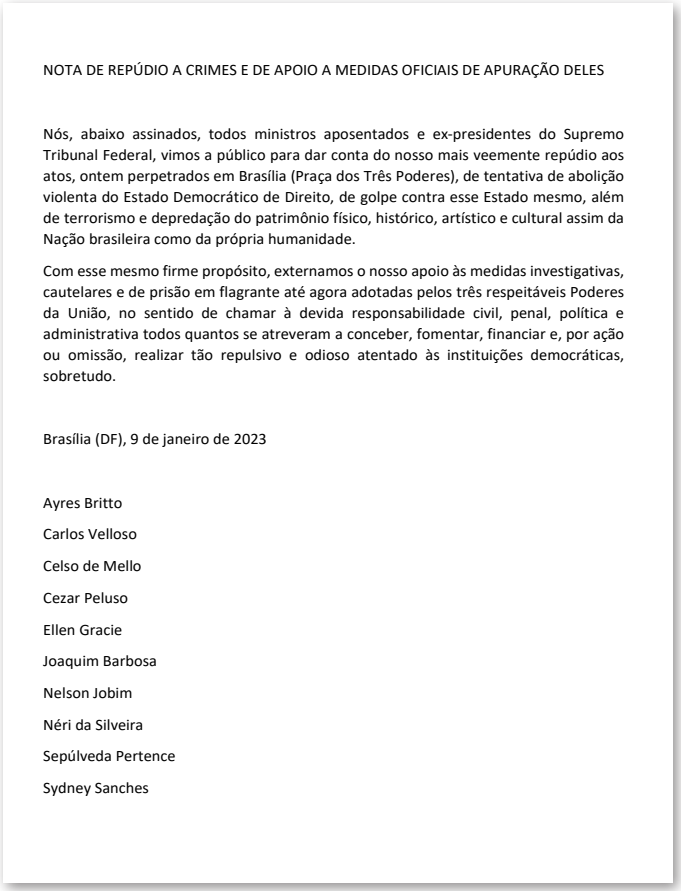
Deputado Federal Arthur Lira
Presidente da Câmara dos Deputados

Ministra Rosa Maria Pires Weber
Presidente do Supremo Tribunal Federal

REPERCUSSÃO

Representantes e instituições de vários setores da sociedade prestaram solidariedade à Suprema Corte, incluindo universidades, empresas privadas, tribunais, câmaras municipais e associações de classe, parlamentares e corpo diplomático de países estrangeiros. Dez ex-Presidentes do Supremo Tribunal Federal emitiram nota conjunta em repúdio ao terrorismo, depredação do patrimônio público e tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito, bem como em apoio às medidas investigativas e às prisões em flagrante adotadas.

Integrantes de Cortes estrangeiras também se manifestaram, como o Conselho dos Presidentes da Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa (CJCPLP), o Conselho Constitucional da França e o Tribunal Constitucional de Portugal.



NOTA DE REPÚDIO A CRIMES E DE APOIO A MEDIDAS OFICIAIS DE APURAÇÃO DELES

Nós, abaixo assinados, todos ministros aposentados e ex-presidentes do Supremo Tribunal Federal, vimos a público para dar conta do nosso mais veemente repúdio aos atos, ontem perpetrados em Brasília (Praça dos Três Poderes), de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, de golpe contra esse Estado mesmo, além de terrorismo e depredação do patrimônio físico, histórico, artístico e cultural assim da Nação brasileira como da própria humanidade.

Com esse mesmo firme propósito, externamos o nosso apoio às medidas investigativas, cautelares e de prisão em flagrante até agora adotadas pelos três respeitáveis Poderes da União, no sentido de chamar à devida responsabilidade civil, penal, política e administrativa todos quantos se atreveram a conceber, fomentar, financiar e, por ação ou omissão, realizar tão repulsivo e odioso atentado às instituições democráticas, sobretudo.

Brasília (DF), 9 de janeiro de 2023

Ayres Britto

Carlos Velloso

Celso de Mello

Cezar Peluso

Ellen Gracie

Joaquim Barbosa

Nelson Jobim

Néri da Silveira

Sepúlveda Pertence

Sydney Sanches



12.1.2023 – O Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, esteve na Corte, ocasião em que ouviu relatos sobre o planejamento da reconstrução do edifício-sede. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



18.1.2023 – O Embaixador da União Europeia no Brasil, Ignacio Ybáñez, esteve no Tribunal para prestar solidariedade à Ministra Rosa Weber.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF



13.1.2023 – Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, entrega à Presidente Rosa Weber a réplica da Constituição Federal de 1988, que havia sido levada do Supremo durante a invasão. Estiveram presentes também a Ministra Cármen Lúcia e o Diretor da Polícia Federal, Andrei Passos Rodrigues.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

PRÉDIO HISTÓRICO RECONSTITUÍDO E INSTITUIÇÃO FORTALECIDA

Apesar da extensão dos estragos, todos os espaços vandalizados foram reconstituídos em tempo recorde. O Plenário do Supremo ficou pronto para a abertura do Ano Judiciário em 1º de fevereiro de 2023. Em pouco mais de 20 dias de trabalho, equipes das mais diversas áreas do Tribunal conseguiram recuperar também as demais áreas térreas – *Hall* dos Bustos e Salão Branco.

Por ocasião do aniversário de um mês do vilipêndio às instalações dos três Poderes da República, em seu pronunciamento, a Ministra Presidente reforçou o malogro dos ataques antidemocráticos, na medida em que, "**longe de enfraquecer a nossa democracia constitucional, veio a conferir, mercê da solidariedade imediata de todos, maior intensidade ao convívio necessariamente harmonioso, exigência do próprio texto constitucional, entre os Poderes que compõem o Estado brasileiro**".

No período compreendido entre março e abril, foi concluída a reconstrução do segundo e do terceiro andares, incluído o Gabinete da Presidência. Após 100 dias, a Ministra anunciou o fim das obras e agradeceu aos 400 servidores públicos e profissionais de empresas nelas envolvidos:

"**Marcamos o encerramento dos trabalhos de reconstituição, graças ao trabalho incansável do nosso corpo funcional, constituído por servidores e colaboradores que não só amam essa instituição como amam nossa democracia constitucional**", disse a Presidente, ao destacar que determinou o registro, em portaria, do reconhecimento pelos serviços prestados.

RESTAURAÇÃO DAS OBRAS DE ARTE

As obras de arte – esculturas, documentos, mobiliário, quadros, fotografias, presentes de chefes de Estado estrangeiros – que ficavam nos três pavimentos atingidos pelos atos de vandalismo também foram alvo da brutalidade no dia 8 de janeiro.

Entre os itens restaurados, estão os bustos em bronze de figuras da História do Brasil, a galeria de fotografias dos Ministros Presidentes, a escultura "A Justiça" e o crucifixo do Plenário. Para recuperar o máximo possível de objetos, o Supremo contou com a cooperação institucional de profissionais de outros órgãos públicos.

Nada obstante, houve a perda total de 17 itens, como cadeiras, bases de bustos, vasos e a escultura "Os Dois Magistrados" (dado de julho de 2023).

PONTOS DE MEMÓRIA

Com o intuito de documentar o atentado ao patrimônio material e imaterial do Tribunal, foi implementado o projeto "Pontos de Memória". A ação consiste em exposições de peças danificadas, fragmentos decorrentes da violência e demais vestígios físicos do ataque, instaladas em locais de maior circulação de pessoas, com o objetivo de que esse dia não seja esquecido.

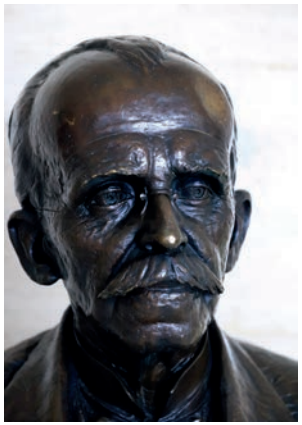
A marca deixada pelos vândalos no busto de Ruy Barbosa, jurista e patrono dos advogados brasileiros, permanecerá, propositalmente, sem ser restaurada, como símbolo que se inscreve na memória dos cidadãos brasileiros da incapacidade da ignorância em aviltar os valores sagrados da liberdade e da democracia, nas palavras da Presidente:

> "O busto de Ruy Barbosa, o patrono dos advogados brasileiros, de relevância ímpar para esta Casa, vilipendiado neste ano de 2023 em que se rememora o centésimo aniversário de sua morte, voltou a repousar altaneiro no *hall*, em novo pedestal, sem a restauração do dano sofrido, cicatriz estampada no bronze como lembrança às presentes e futuras gerações de que nem os vultos ilustres desta Nação, como o grande Ruy, estão imunes à malta irresponsável, em evidente demonstração de que a ignorância – que nada reconhece, nada respeita, nada provê e se volta, como algoz, em seu vazio substancial, até contra os que buscam iluminá-la –, nada mais é do que terreno infértil, incapaz de germinar as sementes de que florescem os valores fundamentais da liberdade e da democracia." (Discurso de abertura do Ano Judiciário 2023)

Outras iniciativas também foram lançadas com objetivo de preservar a memória dos acontecimentos do dia 8 de janeiro, como as cenas da destruição reproduzidas em uma das paredes do Museu do Tribunal, além de livro e de documentário que contam a história dos ataques e seus desdobramentos no âmbito da Suprema Corte.



Fevereiro de 2023 – Um dos Pontos de Memória.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Fevereiro de 2023 – Na restauração do busto de Ruy Barbosa, foi mantida a marca causada pelos vândalos nos ataques de 8 de janeiro.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Acesse o QR Code para assistir ao documentário e conferir o livro sobre o 8 de janeiro:

ÁREA EXTERNA



9.1.2023 – Área externa vandalizada após os ataques antidemocráticos.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Fevereiro de 2023 – Área externa recuperada. Foto: Carlos Moura/SCO/STF

PLENÁRIO



11.1.2023 – Plenário destruído após os ataques antidemocráticos.
Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



Fevereiro de 2023 – Plenário reconstituído. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

HALL DOS BUSTOS



11.1.2023 – *Hall* dos Bustos destruído após os ataques antidemocráticos.
Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



Fevereiro de 2023 – *Hall* dos Bustos reconstituído. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

SALÃO BRANCO



9.1.2023 – Salão Branco destruído após os ataques antidemocráticos.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Fevereiro de 2023 – Salão Branco reconstituído. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

SALÃO NOBRE



10.1.2023 – Salão Nobre destruído após os ataques antidemocráticos.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Abril de 2023 – Salão Nobre reconstituído. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

ÁREA ADMINISTRATIVA



11.1.2023 – Área administrativa destruída após os ataques antidemocráticos. Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



Abril de 2023 – Área administrativa reconstituída.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

PRESIDÊNCIA



11.1.2023 – Sala de audiências da Presidência destruída após os ataques antidemocráticos. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



Março de 2023 – Sala de audiências da Presidência reconstituída.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO

> **"***As instalações físicas de um Tribunal podem até ser destruídas, mas a elas sobrepaira – e se mantém incólume – a instituição Poder Judiciário em seu elevado mister de dizer e tornar efetivo o Direito, viabilizando a vida em sociedade, realizando o valor Justiça.***"**
>
> Ministra Rosa Weber em discurso na abertura do Ano Judiciário.



1º.2.2023 – Sessão solene de abertura do Ano Judiciário no Plenário reconstituído. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF.

A sessão solene de abertura do Ano Judiciário de 2023 foi marcada pela sua realização no Plenário totalmente reconstituído após os atos de vandalismo. Na ocasião, a Presidente Rosa Weber reforçou o repúdio à invasão criminosa ocorrida no dia 8 de janeiro e afirmou que "**no solo sagrado**" do STF o regime democrático permanece inabalado.

Para a Ministra, as sedes dos três pilares da democracia brasileira – Supremo, Palácio do Planalto e Congresso Nacional – foram alvo de um "**ataque golpista e ignóbil**" dirigido "**com maior virulência**" contra o Tribunal, porque a Corte, ao fazer prevalecer sobre sua atuação

jurisdicional a autoridade da Constituição, se contrapõe a qualquer tentativa de ataque à democracia brasileira.

Na sessão, chefes de Poderes e representantes do Ministério Público, da advocacia e da magistratura destacaram a importância da realização do evento no local. Em seu discurso, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ressaltou que, do Plenário do STF, contra o qual se voltou o mais concentrado ódio dos agressores, partiram decisões corajosas e necessárias para enfrentar e deter o retrocesso, o negacionismo e a violência política.

O Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que a sessão de abertura do Ano Judiciário, realizada no Plenário menos de um mês após ataques criminosos que o destruíram, é a expressão da vitalidade do Estado Democrático de Direito. Já o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti, leu o manifesto assinado por diversas entidades em que se exalta o fortalecimento do regime democrático.

O Procurador-Geral da República, Augusto Aras, destacou o simbolismo da sessão no Plenário, o que para ele é um momento propício para se refletir sobre a defesa da democracia conquistada "a duras penas", com respeito às regras do jogo, ao voto popular e às diferenças de opinião. O Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Luiz Philippe Vieira de Mello Filho declarou que a sessão representa um reencontro com a democracia, com o sentimento republicano, com a Constituição Federal e com a verdadeira liberdade. O Coordenador da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), Ubiratan Cazetta, reafirmou a solidariedade e o respeito da entidade ao STF.

Em seu discurso de abertura do Ano Judiciário de 2023, a Ministra Rosa Weber reiterou o valor imperecível da democracia e a confiança irrestrita na sociedade brasileira pelo enaltecimento da dignidade da Justiça:

"Que os inimigos da liberdade saibam que no solo sagrado deste Tribunal o regime democrático, permanentemente cultuado, permanece inabalável. Frustrado restou o real objetivo dos que assaltaram as instituições democráticas: o ultraje só poderia resultar, como resultou, no enaltecimento da dignidade da Justiça, e no fortalecimento do valor insubstituível do princípio democrático, jamais no aviltamento do Poder Judiciário.

Intensa a repulsa e irrestrita a solidariedade de todos – autoridades e sociedade civil –, já nas primeiras horas que se seguiram à violência criminosa, reforçando a união dos Poderes, de todo inabalados os valores superiores da Justiça e da democracia."



1º.2.2023 – Sessão contou com a presença de representantes de diversos segmentos da sociedade civil e de autoridades dos três Poderes da República. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF.



1º.2.2023 – Convidados assistem ao filme da campanha #democracia**inabalada**. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

ABRAÇO COLETIVO

O dia 1º de fevereiro reservou, ainda, um momento simbólico: cerca de mil servidores, colaboradores e estagiários do STF abraçaram o edifício-sede do Supremo. Além da Presidente da Corte, Ministra Rosa Weber, a Ministra Cármen Lúcia e os Ministros Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Nunes Marques e André Mendonça participaram do ato. Ao final, a Ministra Rosa Weber foi presenteada pelos servidores com um crucifixo feito dos escombros retirados do edifício-sede.



1º.2.2023 – Abraço coletivo no prédio histórico do Supremo. Foto: Carlos Moura/SCO/STF



1º.2.2023 – Secretário-Geral da Presidência do STF, Estêvão Waterloo, entrega à Ministra Rosa Weber presente feito dos escombros retirados do edifício-sede após os ataques.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF



1º.2.2023 – Ministros do STF cumprimentam servidores e colaboradores do STF.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF

CAMPANHA #democraciainabalada

A campanha **#**democracia**inabalada** foi criada em resposta aos atos de vandalismo praticados em 8 de janeiro contra o Supremo. Lançada no dia 17 de janeiro, ela seguiu até o dia 1º de fevereiro ocupando todos os espaços da comunicação institucional do STF – portal, intranet, redes sociais, TV e Rádio Justiça.

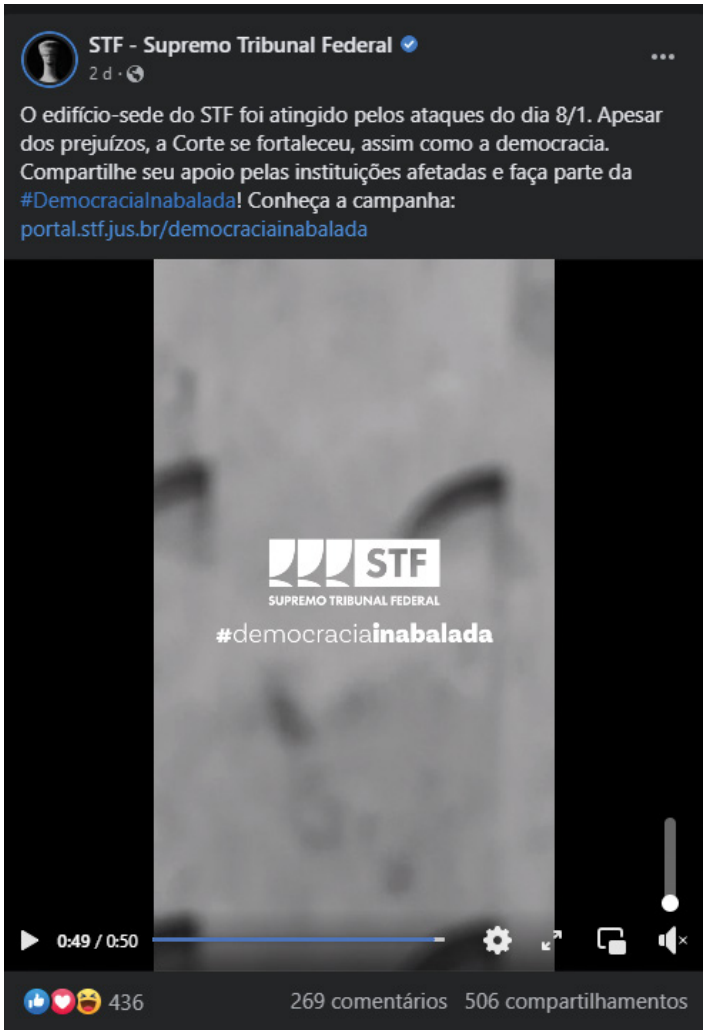
Compuseram o material de divulgação: vídeos, *cards* para redes sociais, broche e *folder*. Um filme da campanha foi produzido especialmente para ser exibido no dia da abertura do Ano Judiciário de 2023. Ele mostrou momentos da reconstrução do Plenário, com cenas da destruição seguidas por imagens do trabalho de dezenas de servidores e colaboradores que se empenharam na limpeza, reforma e restauração do local.

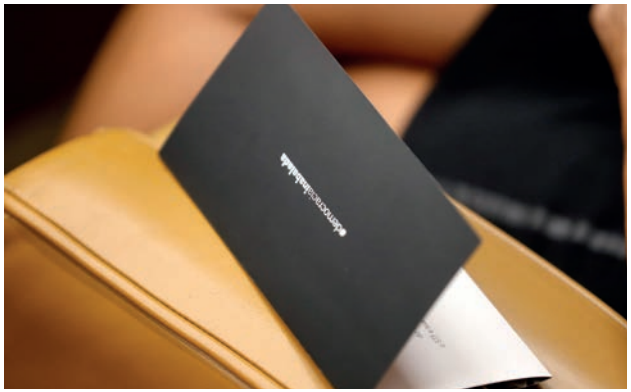
A campanha, exibida em canais de televisão e exposta no maior telão de LED de Brasília, foi premiada na categoria prata dos "Prêmios Lusófonos da Criatividade". Diversas autoridades e formadores de opinião aderiram e reproduziram vídeos e a *hashtag* **#**democracia**inabalada** em seus perfis nas redes sociais. A imprensa brasileira também repercutiu a campanha desta Suprema Corte.



Broche da campanha

Assista ao vídeo exibido na abertura do Ano Judiciário





Folder da campanha. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

Um dos *cards* da campanha e documentário sobre o dia 8 de janeiro

LIVRO E DOCUMENTÁRIO RELATAM RECONSTRUÇÃO DO STF APÓS ATOS DE 8 DE JANEIRO



30.8.2023 – Presidente Rosa Weber, Ministros e autoridades no lançamento de livro e documentário sobre os atos de vandalismo de 8 de janeiro.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF

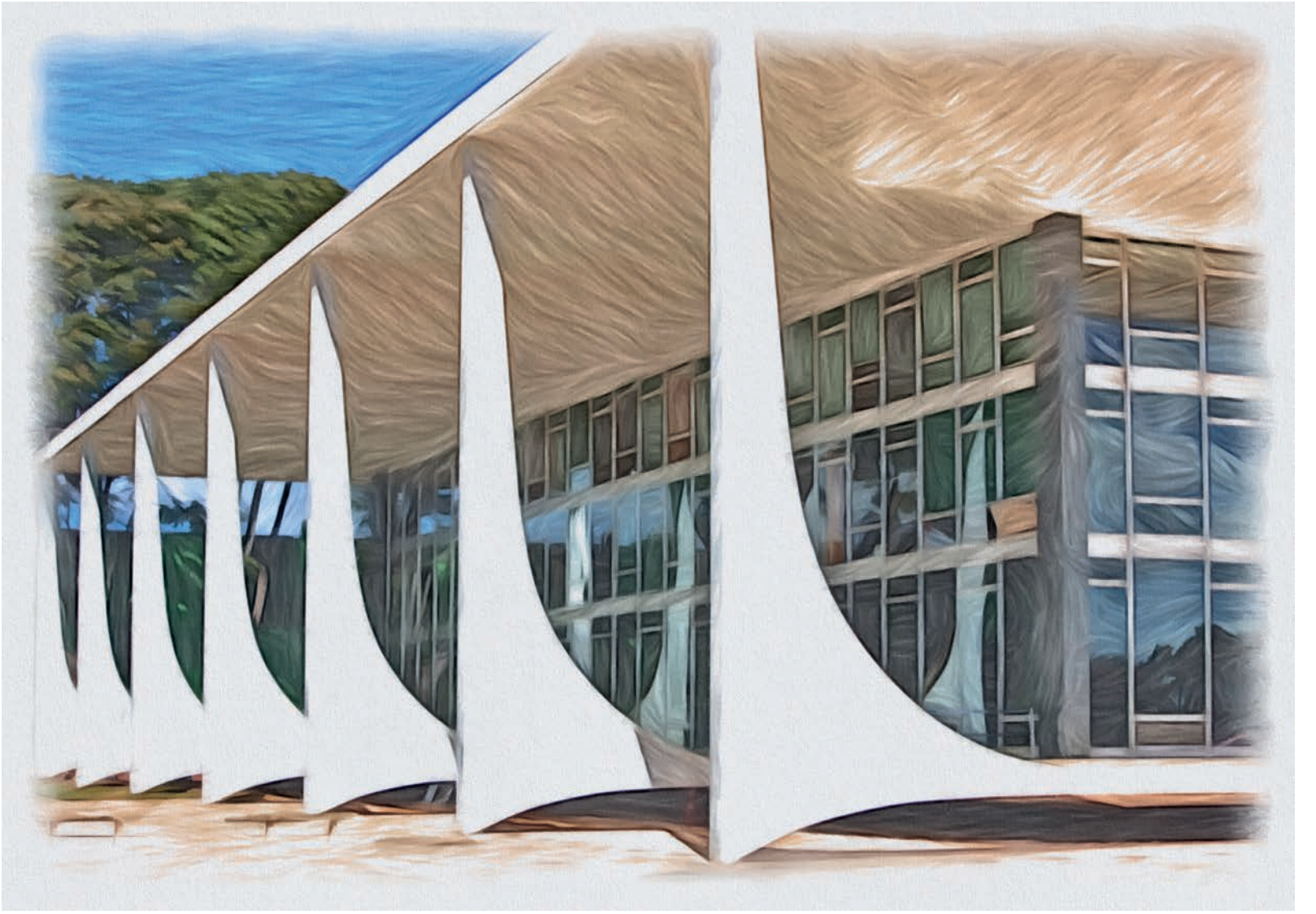
PALÁCIOS DE PORTAS ABERTAS

A Suprema Corte aderiu ao evento "Palácios de portas abertas: conhecer para proteger", promovido pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), e recebeu 569 visitantes durante o sábado, dia 19 de agosto.

A iniciativa foi em comemoração ao Dia do Patrimônio Cultural, celebrado em 17 de agosto, e dedicado à educação patrimonial em contraponto aos ataques antidemocráticos às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro. Aderiram a essa iniciativa o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional, com acesso à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, também atingidos por violência e vandalismo.



19.8.2023 – Visitantes em frente ao espaço "Pontos de Memória", criado para documentar e ressignificar o atentado ao patrimônio material e imaterial. Foto: Carlos Moura/SCO/STF.



Prestação jurisdicional e otimização do processo decisório

2

“Há um instante, todavia, em que se impõe a palavra final, o encerramento da controvérsia, considerados os objetivos precípuos do direito de pacificação social e segurança jurídica. E a instituição incumbida da última palavra é, sem dúvida, este Supremo Tribunal Federal.”

Ministra Rosa Weber, em seu discurso de posse na Presidência do Supremo Tribunal Federal.

2.1 Resultados de setembro/2022 a setembro/2023[1]

24.591

processos em tramitação
no dia 08.09.2023

59%

dos processos com decisão final

75.488

processos recebidos

22.524

originários
30%

52.964

recursais
70%

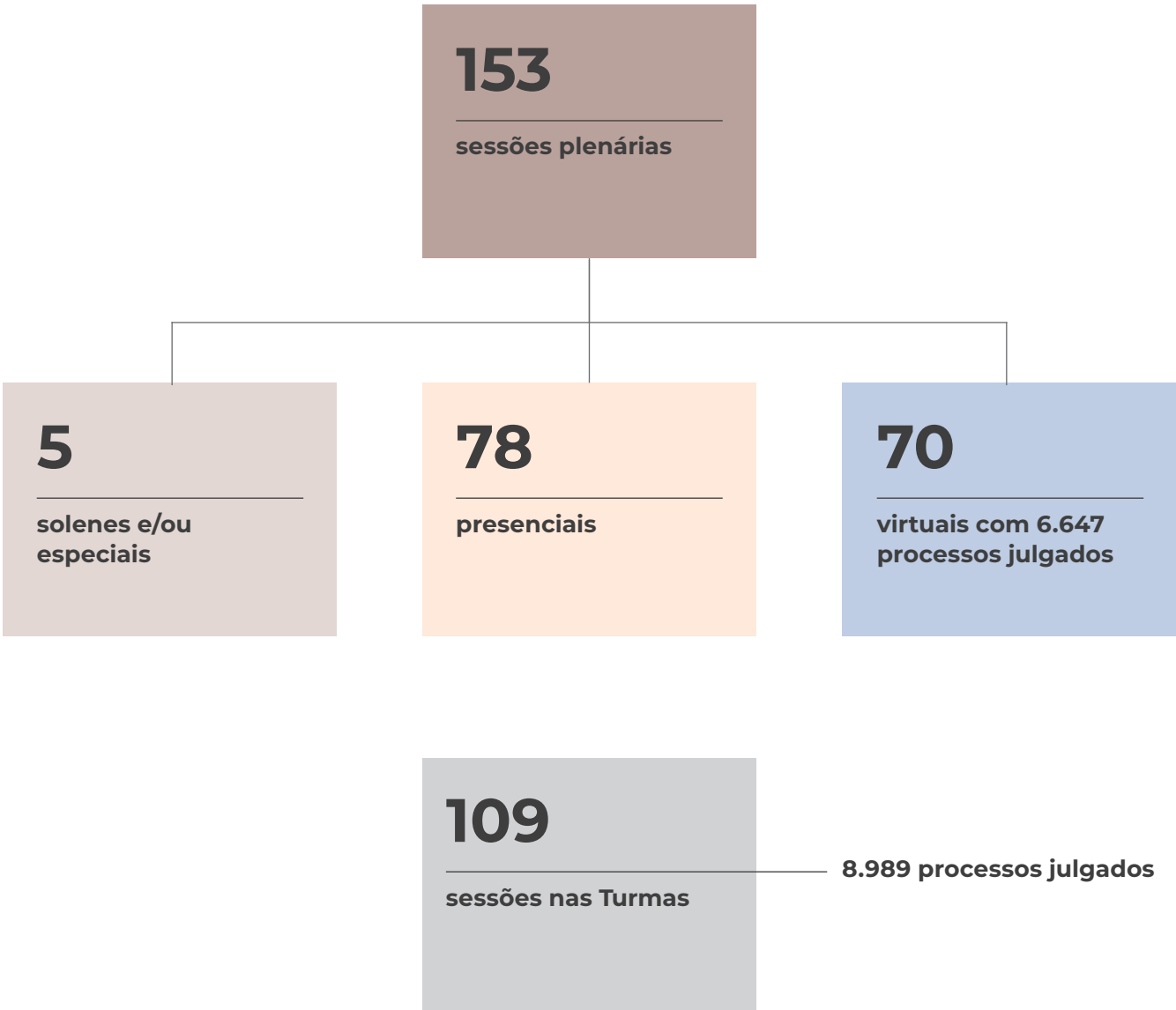
50.073

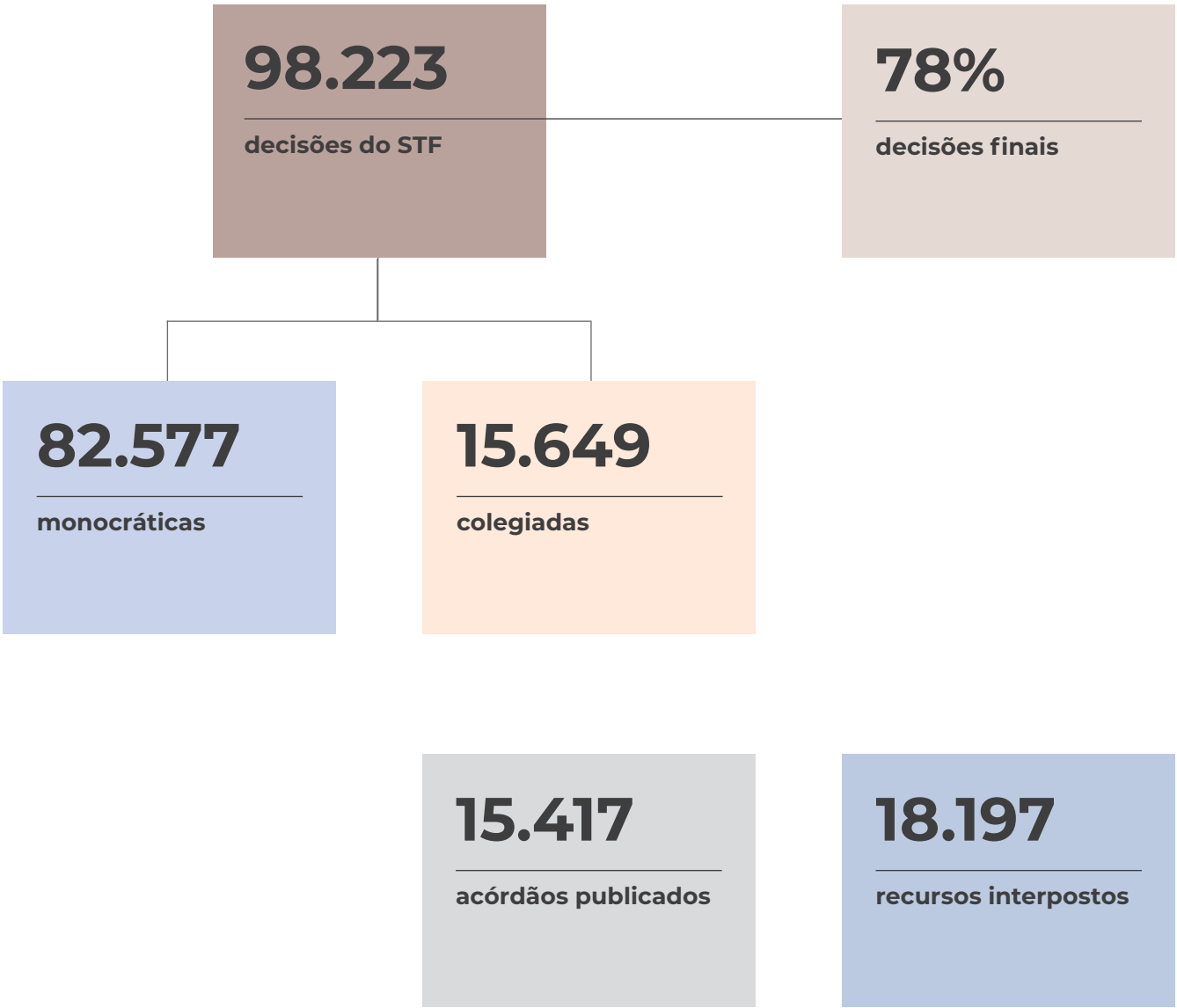
processos registrados à Presidência:
média de **4.173** processos por mês

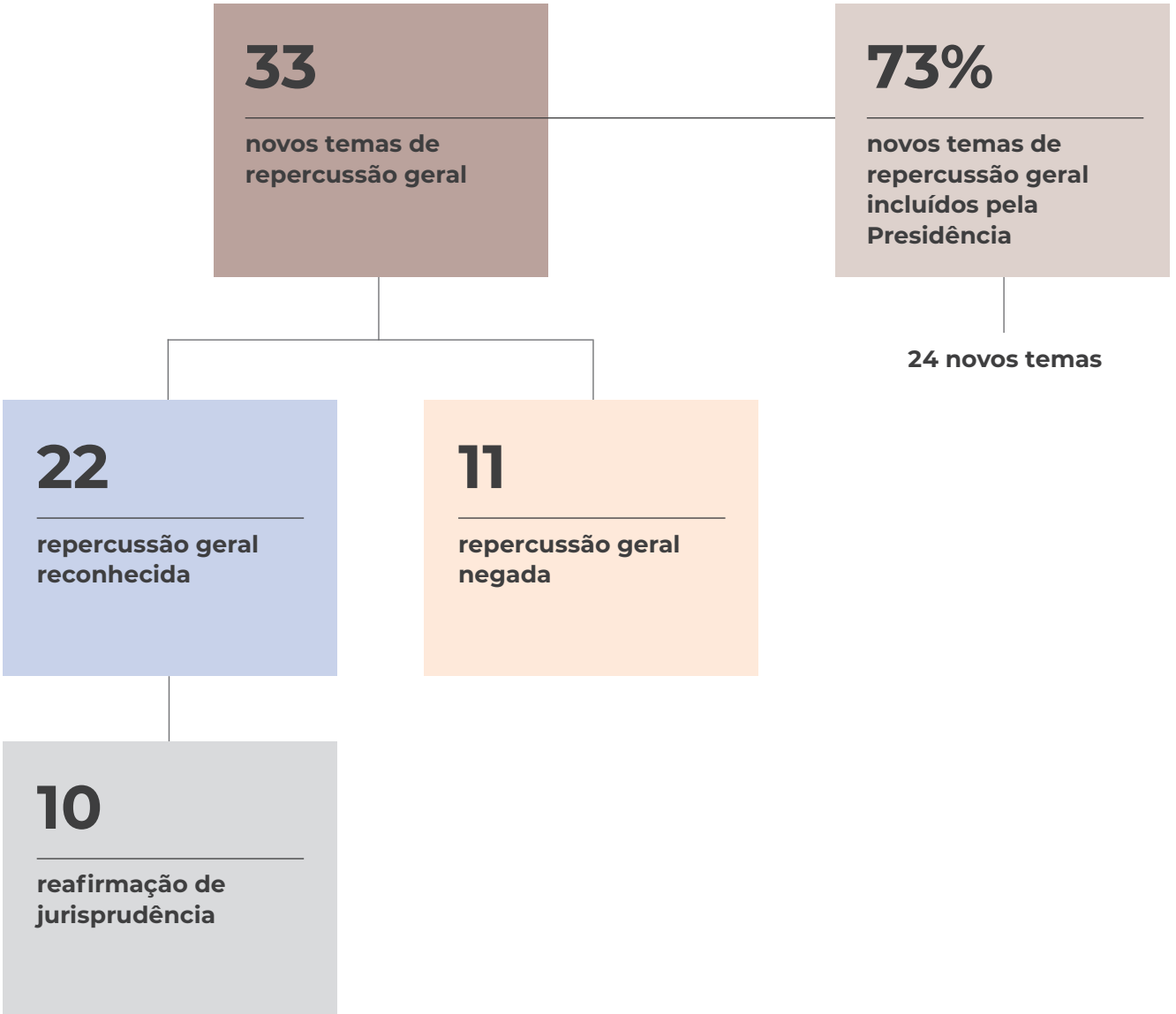
33.273

processos distribuídos aos Ministros:
média de **2.773** processos por mês

[1] Dados até o dia 8 de setembro de 2023.


153
sessões plenárias
5
solenes e/ou especiais
78
presenciais
70
virtuais com 6.647 processos julgados
109
sessões nas Turmas
8.989 processos julgados


98.223
decisões do STF
78%
decisões finais
82.577
monocráticas
15.649
colegiadas
15.417
acórdãos publicados
18.197
recursos interpostos


33
novos temas de repercussão geral
73%
novos temas de repercussão geral incluídos pela Presidência
24 novos temas
22
repercussão geral reconhecida
11
repercussão geral negada
10
reafirmação de jurisprudência

54

processos de repercussão geral com mérito julgado

Mais de

84.868

processos aptos a serem resolvidos pelas instâncias de origem

72.162

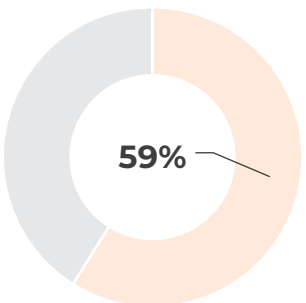
processos baixados

2.2 Acervo Processual

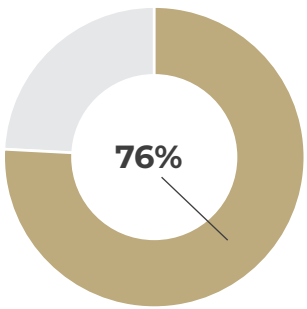
O acervo geral corresponde ao quantitativo de processos em tramitação em determinada data. Em 08.9.2023, o Supremo Tribunal Federal contava com um acervo de 24.591 processos. Destes, já havia sido proferida decisão final em 59%. Durante a gestão da Ministra Rosa Weber, no período compreendido entre 12.9.2022 e 08.9.2023 foram recebidos 75.488 processos e baixados 72.162.

ACERVO EM TRAMITAÇÃO

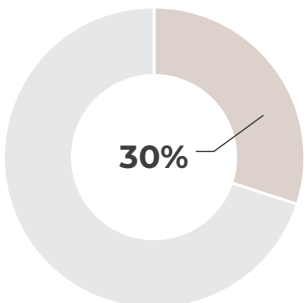
COM DECISÃO FINAL



MENOS DE UM ANO DE AUTUAÇÃO



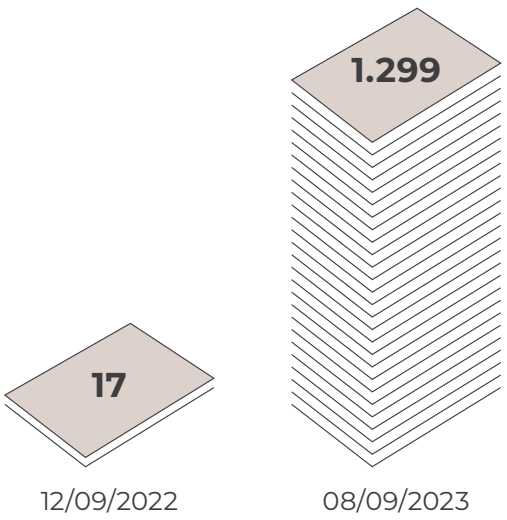
EM PREPARAÇÃO PARA JULGAMENTO



Fonte: Corte Aberta. Acesso em 08.09.2023

Em consequência dos atos do dia 8.1.2023, o acervo de ações penais em tramitação aumentou quase 68 vezes. Enquanto na data da posse da Ministra Rosa Weber na Presidência do STF havia apenas 17 ações penais em tramitação, registraram-se 1.299 em 08.9.2023.

ACERVO DE AÇÕES PENAIS EM TRAMITAÇÃO



Fonte: Corte Aberta. Acesso em 08.09.2023

Outra consequência dos atos antidemocráticos no dia 8.1.2023 no âmbito da prestação jurisdicional foi o aumento significativo do número de audiências em processos criminais, além do número de diligências realizadas pelos Oficiais de Justiça. Foram organizadas e gerenciadas 328 audiências judiciais (40 em processos cíveis e 288 em processos criminais) e efetivadas 3.616 diligências pelos Oficiais de Justiça (não constam desses números a entrega de ofícios sigilosos, de processos sigilosos na Polícia Federal e de eventuais documentos não classificados como mandado, porém expedidos pelos Oficiais de Justiça em cumprimento de ordem expressa dos gabinetes dos senhores Ministros).

Em fevereiro/2023, foi inaugurada a ampliação do espaço destinado à sala de audiências do Supremo Tribunal Federal com a finalidade de proporcionar mais estrutura às reuniões presenciais e híbridas realizadas pela Corte. Entre os benefícios dessa mudança, está a possibilidade de o Tribunal realizar audiências em processos sobre temas de grande importância em ambiente com capacidade para 64 pessoas sentadas.

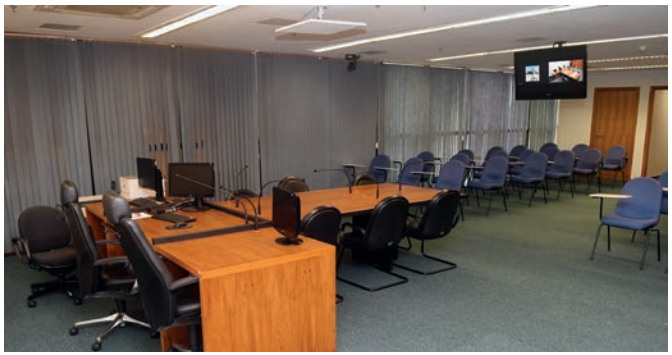


Foto: Carlos Moura/SCO/STF.

No período compreendido entre 12.9.2022 e 08.9.2023, foram recebidas 22.978 ações originárias (7.138 cíveis, 15.420 criminais, 420 sigilosas) e 121.428 petições; convertidos 196 processos para o meio eletrônico; executados cálculos de prescrição em 1.506 processos, além de certificado o trânsito em julgado em 56.779. Também foram publicados 15.466 acórdãos e transcritas 4.624 laudas relativas a sessões de julgamento, atos de instrução em processos criminais e audiências públicas.

2.2.1 REDUÇÃO DO ACERVO DE CONTROLE CONCENTRADO

"Ao Poder Judiciário compete, por imposição institucional, a garantia da higidez do jogo democrático por meio da proteção de todos os seus partícipes. A partir do reconhecimento da eficácia das salvaguardas constitucionais, que englobam, para efeito de sua proteção, os direitos humanos e fundamentais contra quaisquer formas de opressão, intolerância, exclusão e discriminação. A necessidade de conferir garantia à estabilidade desses direitos essenciais é uma das funções mais relevantes e irrenunciáveis do Poder Judiciário, em país regido por uma Constituição democrática como a nossa, e se traduz no exercício da jurisdição das liberdades na esteira, dentre outros tratados internacionais, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, de 1948."

Ministra Rosa Weber em discurso de posse na Presidência do STF.

Importante conquista da gestão 2022-2023 à otimização do processo decisório, a Emenda Regimental 58 foi aprovada por unanimidade em dezembro/2022 com alterações sensíveis no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Em reforço à concretização do direito à razoável duração do processo, houve a fixação de novo prazo para a devolução dos autos conclusos para vista. Nos termos da redação do *caput* do art. 134 do RISTF, os pedidos de vista deverão ser devolvidos no prazo de 90 dias, contado da data da publicação da ata de julgamento. Vencido esse prazo, seu § 4º determina a liberação automática dos autos para a continuação do julgamento.

As consequências dessa medida já se fazem presentes na redução do acervo dos processos de controle concentrado.

Em 12.9.2022, tramitavam 1.590 processos.

Por outro lado, em maio de 2023, dos 369 processos com pedidos de vista, 131 (36%) eram em processos de controle concentrado.

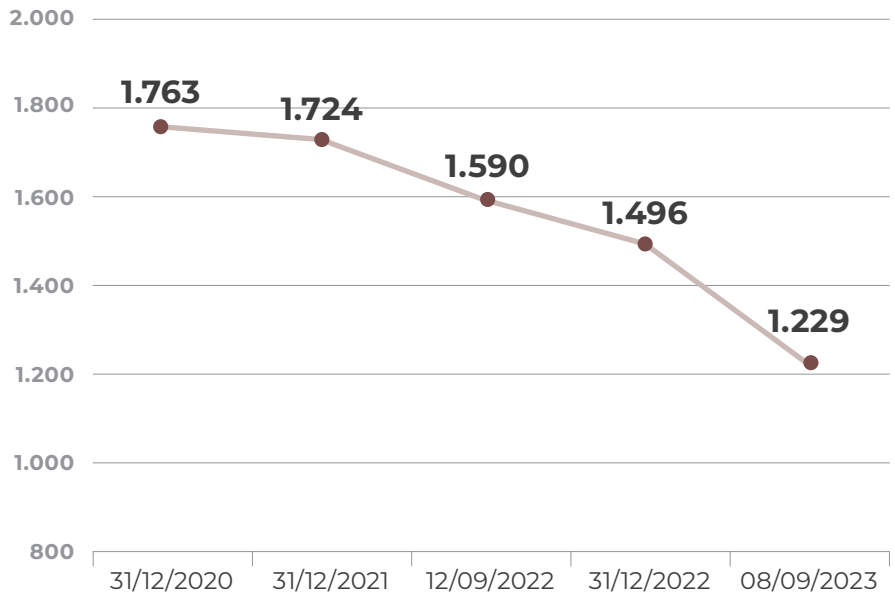
Em setembro/2023 foi registrada uma redução de 23% do número de processos no acervo de controle concentrado.

TABELA 1 – PROCESSOS DE CONTROLE CONCENTRADO EM TRAMITAÇÃO

Acervo Controle de Constitucionalidade	31.12.2020	31.12.2021	12.9.2022	31.12.2022	08.9.2023
ADC – Ação Declaratória de Constitucionalidade	29	24	19	19	17
ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade	1.438	1.367	1.233	1.149	957
ADO – Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão	21	25	27	27	23
ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	275	308	311	301	232
TOTAL	**1.763**	**1.724**	**1.590**	**1.496**	1.229

Fonte: Corte Aberta. Acesso em 08.09.2023.

GRÁFICO 1 – PROCESSOS DE CONTROLE CONCENTRADO EM TRAMITAÇÃO



Redução de

23%

do acervo de processos de Controle Concentrado em tramitação.

Fonte: Corte Aberta. Acesso em 08.9.2023.

2.2.2 REFORÇO DA COLEGIALIDADE

> *"A democracia [...] pressupõe um diálogo constante, tolerância, compreensão das diferenças e cotejo pacífico de ideias distintas e até mesmo antagônicas. Em uma democracia, maiorias e minorias, como protagonistas relevantes do processo decisório, hão de conviver sob a égide dos mecanismos constitucionais destinados, nas arenas políticas e sociais, à promoção de amplo debate, com vista à formação de consensos, mantido sempre, no mínimo, o respeito às diferenças e às regras do jogo, além de assegurado a todos os cidadãos, sem qualquer exclusão, um núcleo essencial de direitos e garantias que não podem ser transgredidos nem ignorados."*
>
> Ministra Rosa Weber em discurso de posse na Presidência do STF.

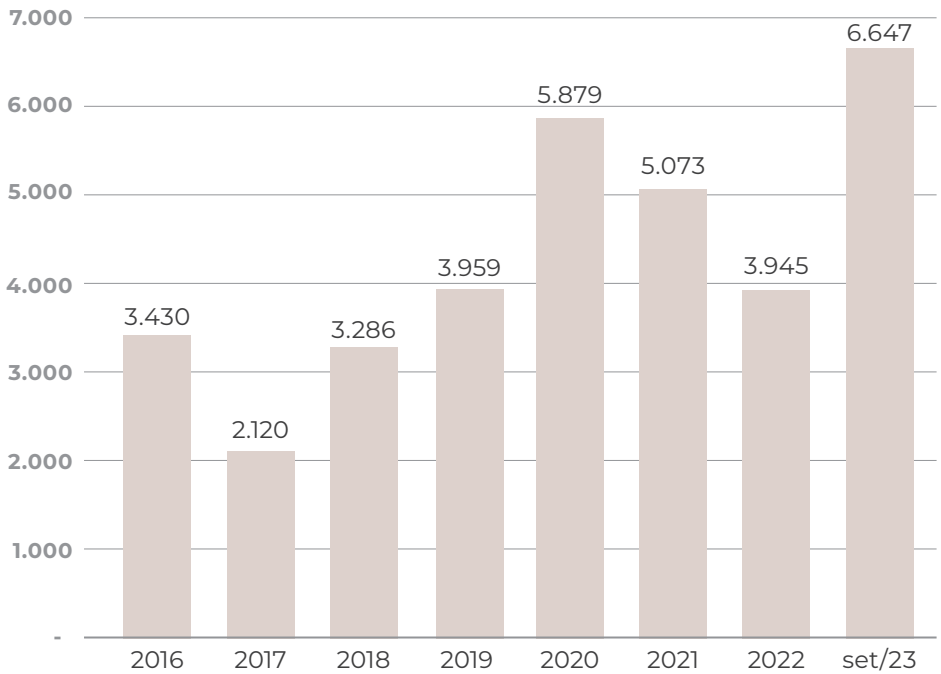
Na perspectiva da engenharia decisória da atividade jurisdicional, a observância do princípio da colegialidade constitui essência e fundamento da atuação da Presidência no período 2022-2023. Sob o enfoque procedimental, a colegialidade fomenta o compartilhamento de argumentos jurídicos visando à racionalidade única e institucional como expressão de divergências. Nesse sentido, vozes individuais cedem em favor de uma voz institucional objetiva, revelada no voto majoritário da Corte. Por outro lado, sob o enfoque da segurança jurídica, valor ínsito à democracia e ao próprio conceito de justiça, a colegialidade garante consistência e coerência à atuação institucional.

Nesse sentido, as alterações do RISTF promovidas pela Emenda Regimental 58/2022 visam à concretização do princípio da colegialidade como virtude do próprio Estado Democrático de Direito, na medida em que determina ao Ministro Relator submeter ao Plenário ou à Turma, a depender da competência, medidas cautelares destinadas à proteção de direito suscetível de grave dano de incerta reparação, bem como à garantia da eficácia de decisão anterior. Concedida a medida cautelar, deverá ser inserida na pauta da sessão virtual subsequente para referendo do colegiado competente.

Outra importante alteração consiste na previsão, em processos submetidos à sistemática da repercussão geral, de prazo comum de seis dias úteis para que cada ministro se manifeste sobre a questão, após recebida a manifestação do relator. A alteração normativa favorece a equalização procedimental dos julgamentos realizados na arena decisória do Plenário Virtual.

Nesse cenário normativo, o primeiro semestre de 2023 superou o número de processos julgados pelo Plenário quando comparado a todo o ano de 2022, o que demonstra o reforço à colegialidade e à eficiência do processo decisório.

GRÁFICO 2 – PROCESSOS JULGADOS PELO PLENÁRIO (PRESENCIAL E VIRTUAL)



Fonte: Portal de Informações Gerenciais. Acesso em 08.09.2023.

Aumento de

74%

nos processos julgados pelo Plenário comparado ao 1º semestre de 2022.

SESSÕES

Até **setembro/2023**, o Plenário realizou 78 sessões ordinárias presenciais, 70 sessões virtuais e 5 sessões solenes/especiais, totalizando 6.647 processos julgados.

Durante esse período, nas Turmas, foram realizadas 85 sessões presenciais e 114 sessões virtuais, totalizando 8.989 processos julgados.





TABELA 2 – SESSÕES E JULGAMENTOS COLEGIADOS

Sessões	Plenário	1ª Turma	2ª Turma
Sessões presenciais	78	7	14
Sessões ordinárias virtuais	42	42	42
Sessões solenes e/ou especiais	5	-	-
Sessões virtuais extraordinárias	28	2	2
Total Geral	153	51	58
JULGAMENTOS	**6.647**	**4.663**	**4.326**

Fonte: Assessoria do Plenário e Secretarias das Turmas em 08.09.2023.

2.3 Fortalecimento da Cultura de Precedentes

> "*Refletir sobre o sistema de precedentes judiciais tornou-se um compromisso com o próprio estado de direito, que tem como vetor institucional e normativo a observância das regras em busca da tutela dos valores da segurança jurídica, da previsibilidade das decisões judiciais e do tratamento igualitário aos jurisdicionados*".
>
> Ministra Rosa Weber na abertura do IV Encontro Nacional de Precedentes Qualificados.

Um dos desafios do Supremo, em conjunto com tribunais e juízos vinculados ao STF, consiste em racionalizar o trabalho no controle difuso de constitucionalidade, reduzindo o recebimento de recursos extraordinários e de recursos extraordinários com agravo com idêntica questão jurídica, por meio da integração administrativa e tecnológica, possibilitando que as questões possam ser definidas com maior celeridade e eficiência e que os processos possam ter solução ainda nas instâncias de origem, sem a necessidade da tramitação de processos repetidos no STF.

A diminuição do número de recursos distribuídos ao longo dos anos enriquece a atuação do Supremo Tribunal Federal como Corte Constitucional. Além de incrementar o tempo destinado à discussão das causas originárias, incentiva o refinamento da análise dos temas recursais, objeto de submissão à sistemática de precedentes.

ACORDO DE COOPERAÇÃO COM O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: AVANÇOS NA GESTÃO

O Supremo Tribunal Federal (na gestão do Ministro Luiz Fux) e o Superior Tribunal de Justiça celebraram o Acordo de Cooperação Técnica 05/2021 com o escopo de compartilhar informações e dados institucionais visando à redução da litigiosidade pela identificação célere e eficiente de questões jurídicas para submissão à sistemática de julgamentos de precedentes qualificados. Trata-se de estratégia de fortalecimento do sistema de precedentes qualificados e de racionalização do trâmite processual com base na atuação colaborativa entre as Cortes.

Durante a gestão 2022-2023, houve o fortalecimento da cultura de precedentes instituída pelo ACT 05/2021 por meio de reuniões técnicas. A Presidência do STF identificou e submeteu à sistemática de repercussão geral três novos temas:

Tema	Título	Resultado	Quantidade de processos nas manifestações (RE ou ARE)
1251	Possibilidade de estender a servidores inativos e pensionistas a pontuação mínima da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social – GDASS, devida ao pessoal da ativa, com a nova redação dada pela Lei 13.324/2016.	Destacado.	25 recursos e 27 mil casos.
1256	Pagamento de honorários advocatícios contratuais por meio de retenção de valores destinados ao FUNDEF/FUNDEB (principal e juros de mora), obtidos em ação judicial.	Há repercussão geral.	Há mais de 30 processos idênticos.
1259	Direito de militares do Estado do Tocantins ao recebimento de parcelas reconhecidas pelo Poder Público, relativas a índice de revisão geral anual alegadamente absorvido por posterior reajuste salarial.	Não há repercussão geral (questão infraconstitucional).	75 processos idênticos.

O trabalho desenvolvido pode ser consultado no Resumo Executivo do Acordo de Cooperação 5/2021, divulgado em maio/2023 e acessível no Portal do STF, com o teor do acordo, painel dinâmico de dados e extrato com os principais ganhos e benefícios obtidos.

Outra iniciativa no sentido do fortalecimento da racionalização do procedimento decisório entre as Cortes consiste na classificação automática das peças dos processos que tramitam no STF por meio do sistema de integração. No ano de 2023, o STJ passou a indicar o início e o fim de cada peça por ele classificada, enquanto o STF, com base nessa informação, passou a classificá-las de acordo com seu próprio rol de peças.

Essa classificação automática de peças recebidas por meio do sistema de integração proporciona agilidade e eficácia à atuação de processos, na medida em que reduz o tempo do serviço e a quantidade de processos devolvidos por ausência de peças essenciais.

ACORDO DE COOPERAÇÃO COM O TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Em continuidade ao escopo de fortalecimento da cultura de precedentes, voltada à redução da litigiosidade e da atuação repetitiva de ambas as Cortes, no período 2022-2023, o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior do Trabalho celebraram o Acordo de Cooperação Técnica 03/2023. Trata-se de acordo destinado ao intercâmbio de dados, documentos, acessos a sistemas processuais e apoio técnico-institucional e de informações de interesse recíproco, especialmente quanto a temas de potencial repetitividade, bem como à automatização de rotinas de acesso a dados processuais.



17.5.2023 – Presidente Rosa Weber, Presidente do TST, Lelio Bentes Corrêa, e Vice-Presidente do TST, Aloysio Corrêa da Veiga, durante assinatura do acordo de cooperação. Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF

ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A AGU: RACIONALIZAÇÃO DO TRÂMITE DE PROCESSOS

O Supremo Tribunal Federal também celebrou acordo de cooperação técnica com a Advocacia-Geral da União (AGU), a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a Procuradoria-Geral Federal (PGF) para racionalizar o trâmite de processos. Esse acordo tem por objeto a execução de projetos e a realização de eventos de interesse comum ligados à prevenção de litígios, ao gerenciamento de precedentes e ao fomento à resolução consensual das controvérsias.



23.8.2023 – Ministra Rosa Weber assina o documento ao lado do Advogado-Geral da União, Jorge Messias, da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, Anelize Almeida, e da Procuradora-Geral Federal, Adriana Venturini. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

SEXTAS INTELIGENTES

Trata-se de projeto de realização de reuniões por videoconferência às sextas-feiras com magistrados e servidores dos Núcleos de Gerenciamento de Precedentes dos tribunais de todo o país com o objetivo de alcançar o alinhamento de procedimentos, compartilhamento de boas práticas, ampliação da cultura de precedentes, além da consolidação de parceria institucional.



14.4.2023 – Projeto Sextas Inteligentes recebeu o Professor Daniel Mitidiero. Foto: Carlos Moura/SCO/STF

No período, foram realizadas **31** reuniões do projeto Sextas Inteligentes.

Destaca-se a participação do professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Daniel Mitidiero, em abril/2023. O tema abordado foi "O papel do STJ no sistema prático de precedentes".

Merecem nota, ainda, as participações dos professores Hermes Zaneti Jr. (junho/2023; tema: "Precedentes e boas razões"), Teresa Arruda Alvim (agosto/2023; tema: "Fundamentação dos acórdãos e das sentenças") e Fredie Didier (setembro/2023; tema: "Cooperação, precedentes e boas práticas"). Todos esses eventos são transmitidos pelo canal do STF no Youtube:

1. Daniel Mitidiero

O papel do STF no sistema prático de precedentes

2. Professor Hermes Zaneti Jr

Precedentes e boas razões

3. Professora Teresa Arruda Alvim

Fundamentação dos acórdãos e da sentença

4. Professor Fredie Didier

Cooperação, precedentes e boas práticas

VISITAS TÉCNICAS DE TRIBUNAIS AO STF. PRÁTICAS DE GESTÃO DE PRECEDENTES

Durante a gestão 2022-2023, o STF recebeu visitas técnicas de Tribunais com o objetivo de apresentar as iniciativas da Corte em gestão de precedentes, apresentar e esclarecer os mecanismos utilizados para facilitar o fluxo de processos recursais, notadamente quanto ao uso de inteligência artificial.

- Fevereiro/2023: integrantes da Presidência, Vice-Presidência e do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) do Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- Abril/2023: comitiva do Tribunal de Justiça do Piauí, chefiada pelo Vice-Presidente da Corte, o Desembargador Manoel Dourado.



16.2.2023 - Visita técnica do Tribunal Superior do Trabalho.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF



26.4.2023 – Visita de comitiva do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI).
Foto: Nelson Jr./SCO/STF

PROJETO IMERSÃO: PRECEDENTES NA PRÁTICA

O “Projeto imersão: precedentes na prática”, resultado da parceria entre STF e STJ, tem por objetivo promover visitas técnicas para o compartilhamento de experiências, bem como incentivar estratégias de colaboração entre os tribunais para o desenvolvimento de novas soluções que favoreçam o sistema de precedentes qualificados.

Durante quatro dias, esse projeto promoveu visita técnica de magistrados, magistradas, servidores e servidoras que atuam nos núcleos de gerenciamento de precedentes do país.

Nas três edições realizadas durante a gestão, foram recebidos 15 tribunais.



24.5.2023 – Uma das etapas do “Projeto imersão: precedentes na prática”.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF

IV ENCONTRO NACIONAL DE PRECEDENTES QUALIFICADOS

O IV Encontro Nacional de Precedentes Qualificados foi realizado nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro de 2022, em parceria com o STJ, com a participação de representantes de Tribunais Superiores, de Tribunais Regionais Federais, de Tribunais de Justiça e de Tribunais Regionais do Trabalho, Ministros, Desembargadores, Juízes e Servidores, dos Núcleos de Gerenciamento de Precedentes, bem como de importantes atores do sistema de justiça, como a Procuradoria-Geral da República, Defensoria, Advocacia Pública e Privada.

Sob o tema central "Fortalecendo a Cultura dos Precedentes, foram debatidos pontos relevantes sobre ações coletivas, bem como sobre formação, aplicação e gestão de precedentes qualificados.



2.4 Repercussão Geral

O instituto da repercussão geral, incluído no ordenamento jurídico pela Emenda Constitucional 45/2004, foi regulamentado pelo Código de Processo Civil e pelo RISTF.

Inclusão de 38 temas de Repercussão Geral

No período entre 12 de setembro de 2022 e 12 de setembro 2023, foram incluídos 38 temas de repercussão geral, conforme detalhado abaixo:

- 22 temas em que se reconheceu a presença de repercussão geral, sendo 10 temas com reafirmação de jurisprudência;
- 11 temas em que se assentou a ausência de repercussão geral;
- 4 temas em análise pelo Plenário Virtual;
- 1 tema destacado do Plenário Virtual.

Desse total, 13 temas foram criados a partir da indicação dos tribunais de origem de recursos com a qualidade de representativos da controvérsia (admitidos nos termos do art. 1.036, § 1º, do CPC).

Dentre os temas acima mencionados, 29 foram submetidos ao Plenário Virtual por iniciativa da Presidência, dos quais:

- 13 temas em que se reconheceu a presença de repercussão geral, sendo 9 temas com reconhecimento da repercussão geral e a reafirmação de jurisprudência;
- 11 temas em que se assentou a ausência de repercussão geral;
- 4 temas estão atualmente em análise pelo Plenário Virtual;
- 1 tema está na situação destacado no Plenário Virtual.

REJULGAMENTO

Nos termos do art. 323-B do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, na redação conferida pela Emenda Regimental 54/2020, ao relator cabe propor a revisão do reconhecimento da repercussão geral:

> "Art. 323-B. O relator poderá propor, por meio eletrônico, a revisão do reconhecimento da repercussão geral quando o mérito do tema ainda não tiver sido julgado" Art. 323-B do RISTF (na redação dada pela Emenda Regimental 54, de 1º de julho de 2020).

Nos autos do RE 588.954 RG (Tema 218), o Ministro Gilmar Mendes propôs a revisão da repercussão geral da controvérsia atinente à possibilidade de creditamento de ICMS incidente na aquisição de energia elétrica usada no processo produtivo de alimentos comercializados por supermercado, à luz do art. 155, § 2º, I, da Constituição Federal, reconhecida em 13.11.2009, sem o julgamento do mérito.

Em sessão virtual finalizada em 4.10.2022, o Supremo Tribunal Federal rejeitou a repercussão geral da controvérsia por envolver o exame da legislação infraconstitucional, bem como a análise do conjunto fático-probatório sobre a verificação da destinação da energia elétrica para fins de obtenção de crédito de ICMS.

O RE 632.250 RG (Tema 352), por sua vez, foi incluído no Plenário Virtual da Repercussão Geral para reapreciação de sua admissibilidade e, em sessão virtual finalizada em 2.9.2023, foi assentada a ausência de repercussão geral da controvérsia (por inexistir questão constitucional) sobre a aplicação de norma que dispõe sobre direitos *antidumping* relativamente a contrato de importação celebrado anteriormente à sua vigência.

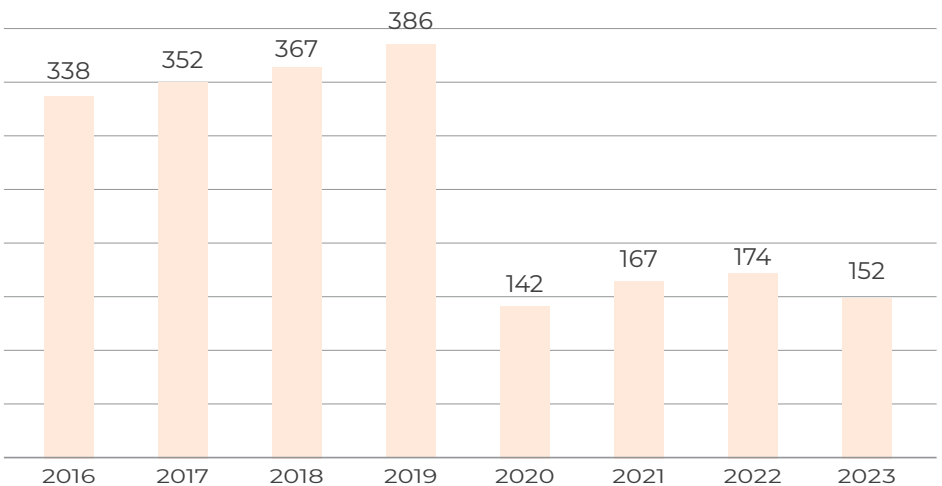
JULGAMENTO DE MÉRITO DE REPERCUSSÃO GERAL

No período compreendido entre 12 de setembro de 2022 e 12 de setembro de 2023, foi julgado o mérito de 54 temas de repercussão geral, com impacto em cerca de 84.868 processos que puderam ser resolvidos desde logo pelas instâncias de origem. Consequentemente, houve a redução do número de processos sobrestados, conforme dados do **Banco Nacional de Precedentes do Conselho Nacional de Justiça**.

Em setembro de 2023, registra-se que estão pendentes de julgamento de mérito 152 temas de repercussão geral, conforme gráfico abaixo, extraído do Corte Aberta, no portal do STF.

Importante destacar que houve redução do acervo de temas de repercussão geral para julgamento, conforme se confere dos dados históricos sobre a pendência de julgamento de mérito de repercussão geral.

GRÁFICO 3 – TEMAS DE REPERCUSSÃO GERAL PENDENTES DE JULGAMENTO



Redução do acervo de temas de repercussão geral para julgamento

Fonte: Corte Aberta. Acesso em 12.9.2023

Durante a gestão, destacam-se os seguintes temas de repercussão geral quanto ao impacto da gestão de precedentes efetivada pelo STF:

Tema	Descrição	Impacto Quantitativo
1239	Exigibilidade do pagamento de férias-prêmio por parte de servidor estadual temporário, cujo vínculo então firmado com fundamento na Lei Complementar nº 100/2007, do Estado de Minas Gerais, foi declarado nulo em razão do julgamento da ADI 4.876/MG pelo Plenário desta Suprema Corte	29.460 processos[1]
1246	Constitucionalidade de complementação de norma penal em branco por ato normativo estadual ou municipal, para aplicação do tipo de infração de medida sanitária preventiva (art. 268 do Código Penal).	935 processos[2]
1255	Possibilidade da fixação dos honorários por apreciação equitativa (artigo 85, § 8º, do Código de Processo Civil) quando os valores da condenação, da causa ou o proveito econômico da demanda forem exorbitantes.	510 processos[2]
1265	Pagamento do adicional de insalubridade, previsto na Lei Complementar nº 432/1985 do Estado de São Paulo, ao policial militar, no período em que frequentou o curso de formação de soldado.	A questão possui expressivo potencial de multiplicidade, como comprova o julgamento da temática pelo rito do incidente de resolução demandas repetitivas (IRDR), bem como a indicação, pelo órgão de origem, do presente recurso extraordinário como representativo da controvérsia, na forma do art. 1.036 do Código de Processo Civil, com indicação da existência de aproximadamente 2.000 (dois mil) recursos sobrestados sobre a temática
1266	Incidência da regra da anterioridade anual e nonagesimal na cobrança do ICMS com diferencial de alíquota (DIFAL) decorrente de operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto, após a entrada em vigor da Lei Complementar 190/2022.	681 processos[2]

Tema	Descrição	Impacto Quantitativo
1271	Exclusão da criança e do adolescente sob guarda do rol de beneficiários, na condição de dependentes, do segurado do Regime Geral de Previdência Social, implementada pelo art. 23 da Emenda Constitucional nº 103/2019.	A questão ostenta multiplicidade, como comprova a informação prestada pelo recorrente quanto ao registro de mais de 4.200 (quatro mil e duzentos) casos de indeferimento de benefícios em situação fática semelhante do processo paradigma.
1272	Percepção das diferenças de vencimentos por policial civil do Estado de São Paulo que desempenhou as funções do cargo em delegacia de classe superior, nos termos do art. 6º do Decreto-Lei estadual 141/1969.	O TJSP informou que existem, em relação à presente discussão, 39 julgados oriundos da Seção de Direito Público e 2.686 no âmbito dos Colégios Recursais do Estado de São Paulo, além de 4.081 sentenças proferidas pelos Juizados Especiais da Fazenda Pública daquele Estado.

[1] Dados do NUGEP do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Processos relacionados à controvérsia dos autos, incluídos os que se encontram tramitando ou suspensos na Justiça Comum de primeira e segunda instâncias e nos Juizados Especiais e suas Turmas Recursais.

[2] Dados do NUGEP STF. Identificados em trâmite no STF.

TEMAS DE REPERCUSSÃO GERAL CRIADOS UTILIZANDO INSUMOS DA VitórIA

A gestão 2022-2023 iniciou a atividade de identificação de questões multitudinárias com o uso de informações geradas a partir da ferramenta de inteligência artificial denominada VitórIA.

Com o uso dessa ferramenta, foi possível identificar e monitorar recursos extraordinários e recursos extraordinários com agravo com questões de direito semelhantes, mediante a técnica de agrupamento por similaridade semântica, nos seguintes casos:

Tema	Descrição	Recursos identificados
1261	Revisão da base de cálculo das vantagens pessoais remuneratórias de servidor público de magistério municipal, considerado o respectivo plano de carreira.	247
1263	Regularidade da execução fiscal de multas administrativas impostas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)	93
1269	Auxílio-moradia e auxílio-alimentação por ocasião de participação em Programa de Residência Médica (PRM) no período indicado, de acordo com a Lei 6.932/1981, alterada pela Lei 12.514/2011	78

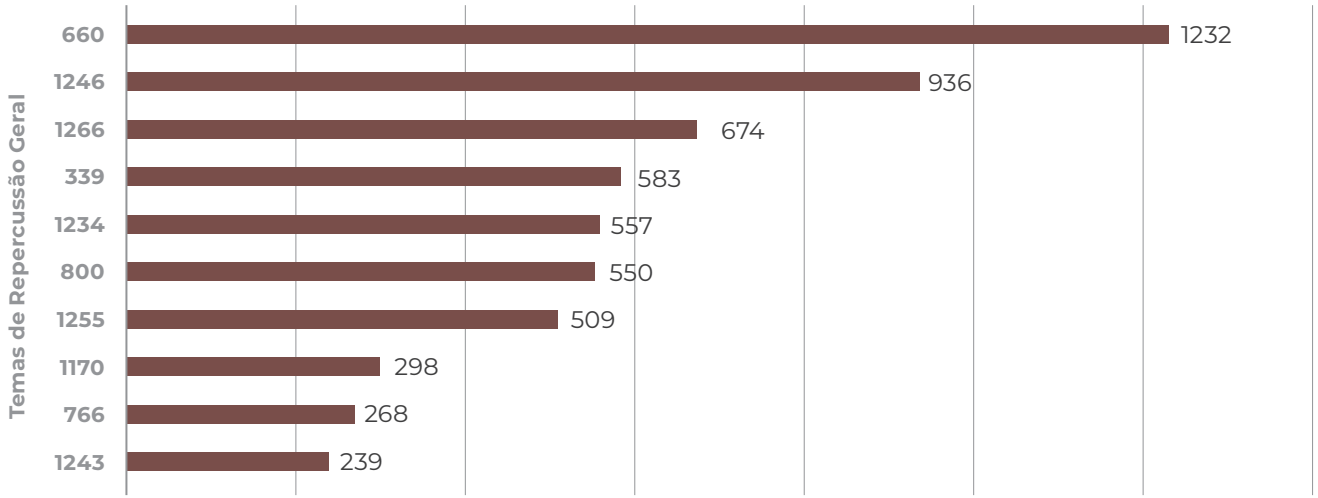
TEMAS DE REPERCUSSÃO GERAL MAIS APLICADOS

Durante a gestão 2022-2023, foram aplicados 12.922 temas em 11.518 decisões. Ressalta-se que em cada decisão pode ser aplicado mais de um tema de repercussão geral.

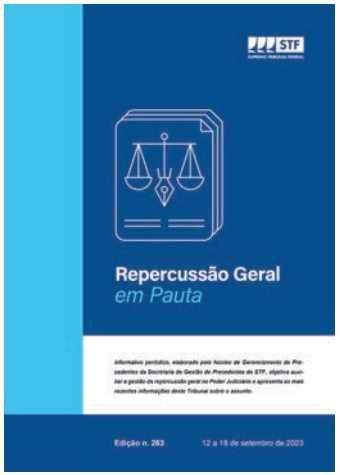
Os 10 Temas de Repercussão Geral mais aplicados foram responsáveis pela devolução de 5.846 processos aos Tribunais e Turmas Recursais do país, correspondendo a 50,8% do total de devoluções com fundamento na repercussão geral no período.

O gráfico abaixo demonstra os números absolutos de devoluções por tema.

PROCESSOS DEVOLVIDOS PELOS 10 TEMAS DE REPERCUSSÃO GERAL MAIS APLICADOS



Fonte: Portal de Informações Gerenciais. Acesso em 12.9.2023.



REPERCUSSÃO GERAL EM PAUTA

O periódico "Repercussão Geral em Pauta" tem o importante objetivo de permitir a consulta direta e unificada a respeito dos processos submetidos à sistemática da repercussão geral. Trata-se de publicação editada semanalmente voltada à atuação de magistrados e servidores nas atividades de sobrestamento de processos, aplicação de tese e juízo de retratação.

Entre 12.9.2022 e 15.7.2023, foram publicados 44 boletins.

2.5 Audiências Públicas

> *"A luta pela efetivação e prevalência dos direitos humanos, assim como a defesa da democracia e do Estado Democrático de Direito não devem, porém, ter como palco apenas os tribunais. Esse esforço há de ser compartilhado pela sociedade civil, de modo a viabilizar e garantir o avanço civilizatório sem quaisquer retrocessos. Acredito, contudo, e é preciso que o diga mais uma vez: a despeito dos tempos turbulentos de desafios e desassossego que vivemos, acredito na essência do que nos consubstancia brasileiras e brasileiros como povo na busca do bem maior que nos une, além de quaisquer diferenças."*
>
> Ministra Rosa Weber em discurso de posse na Presidência do STF.

As audiências públicas no Supremo Tribunal Federal foram regulamentadas pela Emenda Regimental 29/2009, que atribuiu competência ao presidente ou ao relator, nos termos dos arts. 13, XVII, e 21, XVII, do RISTF, para "convocar audiência pública para ouvir o depoimento de pessoas com expe-

riência e autoridade em determinada matéria, sempre que entender necessário o esclarecimento de questões ou circunstâncias de fato, com repercussão geral e de interesse público relevante".

Durante a gestão da Ministra Rosa Weber, foram realizadas três audiências públicas, convocadas pelos Ministros Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Luiz Fux:



foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

36ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
Processos relacionados: ADC 81 e ADI 7.187
Relator: Ministro Gilmar Mendes
Tema: Autorização para novos cursos de medicina
Data: 17 de outubro



foto: Nelson Jr./SCO/STF

37ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
Processo relacionado: ADPF 976
Relator: Ministro Alexandre de Moraes
Tema: População em situação de rua no Brasil
Data: 21 e 22 de novembro



Foto: Carlos Moura/SCO/STF

38ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
Processos relacionados: RE 1037396 e RE 1057258
Relatores: Ministros Dias Toffoli e Luiz Fux
Tema: Responsabilização civil de provedores por conteúdo ilícito gerado por terceiros
Data: 28 e 29 de março de 2023

2.6 Aprimoramento tecnológico na Prestação Jurisdicional

> "*Tecnologias devem ser projetadas para dar resposta a problemas definidos, que devem incorporar, no seu design, os imperativos da inclusão e do ser humano em primeiro lugar.*"
>
> Ministra Rosa Weber na abertura do Fórum Internacional Justiça e Inovação.

Um dos objetivos do Plano Estratégico 2022/2023 consistiu na ampliação do uso de ferramentas de Inteligência Artificial no Supremo Tribunal Federal. Nesse contexto, foi instituída a Assessoria de Inteligência Artificial (AIA) pelo Ato Regulamentar nº 26, de 19 de dezembro de 2022.

Vinculada ao Gabinete da Presidência, a AIA tem a missão de assessorar as decisões da Presidência do Supremo Tribunal Federal relacionadas ao desenvolvimento e ao uso de soluções de inteligência artificial. A unidade é responsável pelo desenvolvimento de soluções de inteligência artificial aplicadas à prestação jurisdicional do STF e pela manutenção das soluções já existentes, em conformidade com padrões de qualidade e eficiência, e com estrita observância dos direitos fundamentais, do devido processo legal e da legislação pertinente a essa tecnologia.

Além disso, cabe à AIA propor e realizar experimentos sobre a aplicação de ferramentas de inteligência artificial para aprimorar a prestação jurisdicional, tornar o trabalho mais produtivo e auxiliar na tomada de decisão; apoiar as contratações relacionadas ao atendimento a demandas de IA; promover a utilização e o aperfeiçoamento de componentes e serviços de IA; apoiar a normatização e a padronização internas do desenvolvimento e do uso dos serviços de IA; e orientar e capacitar os usuários internos e externos do tribunal sobre os padrões de uso dos serviços e ferramentas de IA.

Por outro lado, em razão dos inquéritos e dos novos processos decorrentes dos atos antidemocráticos ocorridos em 8.1.2023, o setor de tecnologia da Suprema Corte sofreu profundos impactos, que exigiram ajustes emergenciais.

Nesse sentido, destaca-se a Pet-10820 como o maior processo da história do STF, com um volume de dados de 14GB e 2.514 partes cadastradas. Por outro lado, o Inq 4921 possui 3.323 partes. Em volume de dados, são os maiores processos eletronicamente armazenados. Essa realidade exigiu ajustes emergenciais nos sistemas processuais para viabilizar os julgamentos em tempo adequado. Além de alterações nos programas em uso, foram desenvolvidas automações para auxiliar o cadastramento de partes e a juntada de diversos documentos ao sistema.

Sem o desenvolvimento urgente da tecnologia, o tempo destinado às atividades de autuação e tramitação desses processos seria significativamente maior.

Exemplos de iniciativas nesse contexto:

- Otimização do carregamento de peças pelo STF Digital;
- Melhoria no reordenamento das peças processuais;
- Implementação da pesquisa da peça pelo identificador;
- Adaptação do STF- Digital para inclusão de arquivos maiores;
- Adaptação para a inclusão de mais de uma peça simultaneamente;
- Criação de consulta de incidentes no sistema do e-Decisão;
- Ajustes no Plenário Virtual;
- Alterações na consulta de peças via MNI/Peticionamento, que viabilizam a integração com outros órgãos.

VitórIA



"*Era algo extremamente desejado, extremamente expressivo, e tenho certeza que trará excelentes frutos para o STF naquilo a que ele se propõe, que é a entrega de uma prestação jurisdicional qualificada, célere e que de fato atenda toda a aspiração da nossa sociedade*".

Ministra Rosa Weber no lançamento do robô VitórIA.

Iniciativa estratégica, o Projeto VitórIA consiste no desenvolvimento de ferramenta de inteligência artificial para realizar agrupamentos de processos judiciais por similaridade. Dado um conjunto de processos, a VitórIA identifica e agrupa processos que versam o mesmo assunto, permitindo antecipar a identificação de novas controvérsias e ondas de litigiosidade, servindo de base, ainda, para a sugestão de novos temas de repercussão geral.

A ferramenta amplia o conhecimento estruturado sobre o perfil dos processos recebidos no STF, permitindo gestão racional do acervo mediante a identificação, com mais agilidade e segurança, de processos aptos a tratamento conjunto, de ondas de litigiosidade e candidatos a temas de repercussão geral. As primeiras fases do projeto, já concluídas, consistiram na entrega de algoritmo capaz de (i) realizar o agrupamento livre dos processos em um determinado uni-

verso (processos em determinada unidade ou processos recebidos em determinado intervalo, por exemplo) com base no seu grau de similaridade, a partir da análise textual; e (ii) monitorar a entrada de novos processos que sejam similares aos agrupamentos já realizados. A terceira etapa, em fase de implementação, inclui a busca de processos similares a partir do fornecimento de um dado texto como paradigma. Na sequência, a classe processual Reclamação será incluída no fluxo da VitórIA.

VICTOR

Fruto de parceria entre o Supremo Tribunal Federal e a Universidade de Brasília, o Victor executa quatro tarefas: (i) conversão de imagens em textos no processo digital ou eletrônico; (ii) identificação e separação de início e fim de documentos aglutinados (peça processual, decisão, etc); (iii) separação e classificação das peças processuais mais utilizadas nas atividades do STF; e (iv) identificação e classificação de processos em tramitação no tribunal segundo os temas de repercussão geral reconhecidos. Entre as ações realizadas na gestão, no que se refere à ferramenta, destaca-se a substituição do modelo de vetorização original, elaborado no âmbito do convênio com a Universidade de Brasília em 2018, por novo modelo de vetorização, desenvolvido internamente, mais robusto e atual, e que também serve de base para a VitórIA.

Além disso, durante a gestão, o Victor passou a identificar 81 novos temas de repercussão geral, ampliando o número de temas de repercussão geral identificados de 432 para um total de 513 temas.

A ampliação do número de temas de repercussão geral identificados pelo Victor traz ganhos imediatos de produtividade e eficiência para a tramitação das classes recursais. A unificação dos modelos de vetorização das ferramentas Victor e VitórIA, concluída em maior de 2023, otimiza a manutenção de ambos os sistemas.

STAF – SOLUÇÃO TECNOLÓGICA DE AUTOMATIZAÇÃO FUNCIONAL

Criada a plataforma que utiliza o conceito de RPA (*Robotic Process Automation*) para o desenvolvimento de robôs que automatizam tarefas repetitivas em sistemas do STF. Foram construídos dois robôs. Um deles cria tarefas para controle de prazos dentro do STF Digital. O segundo preenche automaticamente os questionários de admissibilidade. Em 15 dias de utilização, os módulos criaram mais de 500 tarefas de controle de prazo e preencheram aproximadamente 200 questionários de forma autônoma e instantânea.

O desenvolvimento de automações seguiu em 2023 com o principal objetivo de conferir maior agilidade ao trâmite processual a partir da execução automática de rotinas repetitivas. Essa tecnologia permite a realocação do esforço humano dedicado a tais atividades para a execução de tarefas de maior complexidade. Os robôs desenvolvidos já realizaram mais de 170 mil tarefas de forma automática, proporcionando uma economia de aproximadamente 10.000 horas de trabalho.

INTEGRAÇÃO DE TRIBUNAIS E ÓRGÃOS AO STF

O Supremo Tribunal Federal interage atualmente com **598 diferentes instâncias de origem de todo o país**, dentre tribunais, turmas recursais, varas e comarcas, recebendo recursos e processos para o regular trâmite na Suprema Corte.

De setembro/22 a setembro/23, 161 novas origens foram credenciadas por meio do STF Tribunais para o envio de recursos em meio eletrônico, sendo 62 Turmas Recursais e 99 Varas.

Entidade	Quantidade
Turma Recursal	62
Vara	99
Total	**161**

Em novembro de 2022, o critério utilizado para se considerar uma origem integrada foi ajustado. Com esta medida, 83 novas origens passaram a ser consideradas integradas ao STF com o potencial de serem visualizadas nos sistemas internos, inclusive naqueles que se conectam com ferramentas utilizadas nos procedimentos de baixa pela Secretaria Judiciária do STF.

Desde janeiro/2023 até 11.9.2023, 80 novas origens integraram-se ao STF, das quais duas por Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI, representando um aumento de 15,44%.



MNI 2.2.2
Tribunais / Origens = 14



STF Tribunais
Tribunais = 50
Turmas = 299
Varas = 235



TOTAL
598 Origens Integradas

O fomento à integração de tribunais e turmas recursais do país, especialmente quanto à adesão ao Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI, é foco permanente da atuação do Supremo. A adesão a esse modelo confere maior agilidade ao envio das informações processuais em razão da eliminação de atividades humanas e do trânsito de autos físicos entre os órgãos. O uso inteligente dessa tecnologia, na prática, permite maior eficiência do sistema de justiça, com menores prazos.

O envio automatizado atinge 53,3% dos recursos recebidos pelo STF. Em setembro/2023, 22,5% dos Tribunais encaminharam recursos diretamente de seus sistemas eletrônicos.

NOVO SISTEMA DE APOIO AOS JULGAMENTOS

Trata-se de projeto estratégico para unificação das atividades realizadas pelos gabinetes e unidades de apoio para o julgamento dos processos em um mesmo sistema. Com isso, elimina-se a necessidade de elaborar o voto em um programa e realizar a manifestação sobre o julgamento em outro. O sistema, chamado Novo Plenário Virtual, também unifica os procedimentos de julgamento, independentemente de sua realização de forma virtual ou presencial.

Além disso, foram automatizados alguns fluxos para viabilização dos julgamentos, desde a criação da sessão até a publicação do inteiro teor do acórdão. Esse projeto visa, também, descontinuar sistemas tecnologicamente defasados, aumentando a segurança dos julgamentos em meio eletrônico.

ADAPTAÇÕES EM SISTEMAS PARA ATENDIMENTO À EMENDA REGIMENTAL 58/2022

Foram realizadas diversas ações para adequar os sistemas à Emenda Regimental 58/2022, que alterou algumas regras referentes aos prazos de devolução de vista e referendos em medidas urgentes. Os sistemas judiciais precisaram ser atualizados para refletirem as novas regras. Com isso, foram implementados mecanismos para realizar a devolução automática de vistas, a criação e o agendamento de julgamentos para referendos em medidas urgentes e ajustes nos prazos de julgamento da repercussão geral. A automatização na devolução de pedidos de vista, bem como a implementação de alguns controles permitem aos gabinetes o adequado acompanhamento de seus acervos, garantindo a plena aplicação das definições presentes na emenda.

CONSULTA PROCESSUAL

Todas as informações relevantes, mesmo que provenientes de outros sistemas processuais, já estão disponíveis no STF Digital para consulta unificada. Em 2022, foram desenvolvidos ajustes na pesquisa processual vinculados à manipulação e visualização de peças, com adição de filtros para tornar as pesquisas mais específicas.

PESQUISA AVANÇADA

A unificação da pesquisa avançada na plataforma do STF Digital segue a mesma ideia do projeto Consulta Processual, facilitando a identificação de processos a partir de critérios específicos, de modo integrado às demais ferramentas de apoio à atividade jurisdicional, tornando mais céleres as tarefas de análise processual.

Todos os critérios de pesquisa do sistema *Supremo*, e outros presentes no *eSTF-Gabinetes* foram implementados no STF Digital. Também foi implementada a pesquisa de protocolo por número na origem e aprimorada a usabilidade na exclusão de peças.

ADOÇÃO DO NOVO SISTEMA PELOS GABINETES

Foram adicionadas ao sistema STF Digital diversas funcionalidades que beneficiam o trabalho desenvolvido pelos Gabinetes dos Ministros: tratamento e assinatura de textos em lote; alteração do setor vinculado pelo próprio usuário, facilitando a usabilidade para aqueles que atuam nos Gabinetes da Presidência e Vice-Presidência; melhorias na edição de textos, no assinador digital e na gestão do acervo processual dos Gabinetes. O sistema está em utilização por todos os Gabinetes do STF.

PROCESSAMENTO – CONTROLE AUTOMÁTICO DE PRAZOS

Foram desenvolvidos ajustes necessários no mecanismo de controle de prazos, que passou a contemplar todas as classes processuais, o que possibilitou seu uso pelos demais setores de processamento da Secretaria Judiciária. O módulo de Expedientes foi implantado em sua primeira versão, que contempla o fluxo básico de elaboração, revisão, aprovação e assinatura dos expedientes.

UNIFICAÇÃO DA PESQUISA DO DJE – DIÁRIO DE JUSTIÇA ELETRÔNICO

O STF está substituindo os sistemas antigos de processamento eletrônico pela nova plataforma STF Digital. Durante essa transição, havia processos tramitando nos dois programas, o que obrigava o cidadão a pesquisar publicações em dois Diários Eletrônicos. Assim, esse projeto, elencado como estratégico pela gestão 2022-2023, teve como maior objetivo facilitar o acesso do cidadão às publicações realizadas pelo STF, unificando-as na mesma interface de consulta e aprimorando os critérios de pesquisa até então disponibilizados.

JULGAMENTOS

A fase de pós-julgamento recebeu novas funcionalidades: finalização da sessão de julgamento, lançamento de resultado, revisão e publicação do extrato da ata de julgamento. Também foi desenvolvida a integração do sistema com o editor de textos *onlyoffice* e a construção da nova interface do STF Digital, que contempla a atualização de tecnologias necessárias para funcionamento adequado e seguro do sistema.

APLICATIVO

Além da consulta processual, pesquisa básica de processos e calendário de julgamentos, o aplicativo também está sendo utilizado para realizar a assinatura dos pronunciamentos pelos Ministros. Novas funcionalidades de filtragem, aprovação e atualização de datas nas decisões foram implementadas.

MELHORIAS NO PLENÁRIO VIRTUAL

O sistema do Plenário Virtual recebeu inovações a fim de permitir que os julgamentos no meio virtual tenham procedimentos semelhantes às sessões presenciais. Uma delas refere-se à possibilidade de os Ministros consignarem seus votos antecipadamente na hipótese de pedidos de Vista ou Destaque. Outra inovação consiste na funcionalidade que permite o cancelamento pelos Ministros do pedido de Destaque realizado no Plenário Virtual. O sistema também passou a permitir que os advogados encaminhem memoriais e vídeos de sustentação oral para o julgamento virtual de listas de processos.

GESTÃO DE ACERVO PROCESSUAL NO STF-DIGITAL

A pesquisa de acervo em um único sistema foi unificada para facilitar a identificação de processos por critérios específicos. Dentre as principais funcionalidades, pode-se citar a inclusão e gestão de rótulos manuais, pesquisa por rótulos, tipo de texto, tarefas por usuário; associação de tarefas em lote por rótulo, bem como a possibilidade de filtrar o critério “andamento”.

UNIFICAÇÃO DA CONSULTA PROCESSUAL

A unificação da consulta processual dos sistemas legados e do STF-Digital garante a expansão de uso da nova plataforma e facilita a comunicação e a análise processual para os usuários internos e externos.

2.7 Aprimoramentos nos fluxos de trabalho

Melhorias nos processos de trabalho são de suma importância para a eficiência e a produtividade organizacional. O fluxo de trabalho otimizado garante que as tarefas sejam executadas de forma mais rápida, organizada e com menor chance de erros, resultando em economia de tempo e recursos. Além disso, o aprimoramento dos fluxos internos contribui para que o STF se adapte às mudanças de contexto interno e externo. Nesse sentido, durante a gestão, foram realizadas importantes melhorias no fluxo do processo judicial que merecem destaque. Algumas foram de grande relevância para viabilizar o trâmite das ações relacionadas aos atos do dia 8.1.2023.

- Publicação da Resolução nº 788, de 2/12/22, que estruturou o plantão de forma mais eficiente e disciplinou avanços importantes, como, por exemplo: ampliação do plantão para todas as classes originárias; estabelecimento de força de mandado às decisões prolatadas em plantão, eliminando a etapa de elaboração de expediente e permitindo a ampliação do tempo de cobertura pela equipe da Secretaria Judiciária; inclusão de pontos facultativos no plantão; condicionamento da distribuição de processos ao cumprimento dos requisitos do plantão (preenchimento do formulário + risco de perecimento do direito).

- Publicação dos acórdãos sem revisão a partir do 61º dia, nos termos previstos pelo RISTF, ressalvadas as situações previstas regimentalmente.

- Ampliação da capacidade da sala de audiências já existente, de 15 para 45 pessoas, disponibilização de uma segunda sala de audiências para 15 pessoas e de duas salas de espera.

- Implementação de melhorias para aumentar a segurança de acesso a arquivos de processos sigilosos digitalizados.

- Automatização das etapas manuais executadas nos sistemas legados para exportação automática do conteúdo para o novo DJe.

- Substituição do envio individualizado de expedientes judiciais pela disponibilização de repositório eletrônico dos expedientes para visualização em lote para órgãos do sistema judicial.

- Inclusão de peças e registro de partes de forma automatizada.

- Eliminação do fornecimento de cópia de autos em HD externo, com disponibilização de peças em nuvem.

- Deslocamento automático dos recursos cuja autuação é concluída e que ingressam no fluxo de análise de admissibilidade.

- Identificação de grupos de recursos com idêntica questão jurídica, objetivando identificar ondas de litigiosidade e novos temas para sugestão de submissão de manifestações à Presidência para inclusão no Plenário Virtual da Repercussão Geral utilizando a nova Inteligência Artificial – VitórIA.

- Desenvolvimento de painéis gerenciais para subsidiar a Secretaria de Gestão de Precedentes, a Secretaria Judiciária e Gabinetes.



“Julgamentos de especial relevância”

3

“Inesquecível, ainda, o discurso de Ulisses Guimarães, em 02 de fevereiro de 1987, como Presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Disse ele: ‘*Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas. A Nação quer mudar, a Nação deve mudar, a Nação vai mudar*’. Cinco anos depois, o fruto desse processo, que hoje comemoramos, também pode ser sintetizado em suas autorizadas palavras: ‘*A lei maior brasileira registrou a mudança da sociedade brasileira. Seu escopo primeiro e mais importante: o homem. Chamei-a a Constituição Cidadã, porque no cidadão instituiu seu fim e sua esperança*’. E, ainda, no mesmo discurso – e nós com ele reiterando – ‘a persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia’.”

Ministra Rosa Weber em discurso em homenagem aos 34 anos da Constituição da República.

No cumprimento da missão institucional de guarda da supremacia da Constituição da República, na gestão 2022-2023, o Supremo Tribunal Federal examinou importantes questões constitucionais nas mais diversas áreas (trabalho, saúde, educação, eleição, previdência, penal).

A seguir, são apresentados alguns julgamentos relevantes de processos analisados pelo Tribunal Pleno, organizados por área de concentração.

3.1 COVID-19

3.1.1 DIREITO AGRÁRIO. POLÍTICA AGRÍCOLA. AGRICULTURA FAMILIAR. PROGRAMAS ASSISTENCIAIS. FOMENTO EMERGENCIAL DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. PROCESSO LEGISLATIVO. VETO PRESIDENCIAL

COVID-19: SOCORRO FINANCEIRO A AGRICULTORES FAMILIARES EM VIRTUDE DOS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DECORRENTES DA PANDEMIA

A ausência de apresentação da estimativa do respectivo impacto orçamentário, assim como a existência de ações já implementadas pelo Poder Executivo — como a instituição do Programa Auxílio Inclusão Produtiva (Lei 14.284/2021), que criou o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimentar Brasil — enfraquecem a necessidade da aplicação de medidas estratégicas estabelecidas pela Lei 14.275/2021, voltadas a amparar os agricultores familiares do Brasil pelos problemas socioeconômicos decorrentes da pandemia da Covid-19 (**Informativo 1080**).

ADPF 968 MC/DF

3.1.2 DIREITO CIVIL. POSSE. DIREITO DA SAÚDE. VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA

COVID-19: RETOMADA DAS AÇÕES DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE SUSPENSAS EM RAZÃO DA PANDEMIA

Em face do arrefecimento dos efeitos da pandemia da Covid-19, cabe adotar um regime de transição para a retomada das reintegrações de posse suspensas em decorrência da doença, por meio do qual os tribunais deverão instalar comissões para mediar eventuais despejos antes de qualquer decisão judicial, a fim de reduzir os impactos habitacionais e humanitários em casos de desocupação coletiva (**Informativo 1075**).

ADPF 828 TPI-quarta-Ref/DF

3.1.3 DIREITO FINANCEIRO. RESPONSABILIDADE FISCAL. PARCELAMENTO DE DÉBITOS

COVID-19: PRORROGAÇÃO DE BENEFÍCIO CONCEDIDO PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NO ÂMBITO DESPORTIVO

É inconstitucional — por violar os princípios da legalidade, da segurança jurídica, da não surpresa dos contribuintes e da isonomia — a interpretação do artigo 1º da Lei 14.117/2021 no sentido de condicionar os efeitos da suspensão de exigibilidade dos parcelamentos de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT) ao término da vigência do Decreto Legislativo 6/2020 (**Informativo 1078**).

ADI 7015/DF

3.1.4 HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL. INTERPRETAÇÃO CONFORME. SAÚDE. VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA

COVID-19: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDAS DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA

O prazo de vigência das medidas que integram o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (PEMER) — política pública de enfrentamento à pandemia da Covid-19, instituída pela Lei 14.020/2020 — possui sentido inequívoco, de modo que não é possível interpretação diversa de sua literalidade (31 de dezembro de 2020) (Informativo 1089).

ADI 6.662/DF

3.1.5 REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS. TELECOMUNICAÇÕES. ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

COVID-19: MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULA DE FIDELIDADE CONTRATUAL NOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

É inconstitucional, por ofensa à competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações, lei estadual que veda a aplicação de multa por quebra de fidelidade nos serviços de TV por assinatura, telefonia, internet e serviços assemelhados, enquanto perdurar a pandemia da Covid-19 (Informativo 1070).

ADI 7211/RJ

3.2 DIREITO ADMINISTRATIVO

3.2.1 CARREIRA POLICIAL. DISCIPLINA HIERARQUIA. TRANSGRESSÕES DISCIPLINARES

POLICIAIS CIVIS E RESTRIÇÕES À PROMOÇÃO OU À PARTICIPAÇÃO EM MANIFESTAÇÕES

É compatível com o sistema normativo-constitucional vigente, norma estadual que veda a promoção ou a participação de policiais em manifestações de apreço ou desapreço a quaisquer autoridades ou contra atos da Administração Pública em geral (**Informativo 1090**).

ADPF 734/PE

3.2.2 CONCURSO PÚBLICO. DIREITO À NOMEAÇÃO. CANDIDATO ESTRANGEIRO

DIREITO À NOMEAÇÃO DE ESTRANGEIRO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

Tese fixada em repercussão geral: "O candidato estrangeiro tem direito líquido e certo à nomeação em concurso público para provimento de cargos de professor, técnico e cientista em universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais, nos termos do art. 207, § 1º, da Constituição Federal, salvo se a restrição da nacionalidade estiver expressa no edital do certame com o exclusivo objetivo de preservar o interesse público e desde que, sem prejuízo de controle judicial, devidamente justificada".

Tema 1.032 RG
RE 1.177.699/SC

3.2.3 ESTATUTO DA ADVOCACIA. INCOMPATIBILIDADES

EXERCÍCIO DA ADVOCACIA EM CAUSA PRÓPRIA POR POLICIAIS E MILITARES

É inconstitucional — por ofensa aos princípios da isonomia, da moralidade e da eficiência administrativa — norma que permite o exercício da advocacia em causa própria, mediante inscrição especial na OAB, aos policiais e militares da ativa, ainda que estritamente para fins de defesa e tutela de direitos pessoais (Informativo 1087).

ADI 7.227/DF

3.2.4 LICENÇAS E AFASTAMENTOS

LICENÇA À GESTANTE E À ADOTANTE PARA MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS

É inconstitucional ato normativo que, ao disciplinar a licença maternidade no âmbito das Forças Armadas, estabelece prazos distintos de afastamento com fundamento na diferenciação entre a maternidade biológica e a adotiva, bem como em função da idade da criança adotada (Informativo 1067).

ADI 6603

3.2.5 REGISTRO E PORTE DE ARMA DE FOGO

FLEXIBILIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE ARMAS DE FOGO POR MEIO DE DECRETO PRESIDENCIAL

A flexibilização, via decreto presidencial, dos critérios e requisitos para a aquisição de armas de fogo prejudica a fiscalização do Poder Público, além de violar a competência legislativa

em sentido estrito para a normatização das hipóteses legais quanto à sua efetiva necessidade (**Informativo 1069**).

ADI 6119 MC-Ref/DF
(Julgamento conjunto ADI 6139 MC-Ref/DF e ADI 6466 MC-Ref/DF)

3.2.6 SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. FÉRIAS-PRÊMIO. CONCURSO PÚBLICO

SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS: FILHO COM DEFICIÊNCIA E JORNADA REDUZIDA

Tese fixada em repercussão geral: "Aos servidores públicos estaduais e municipais é aplicado, para todos os efeitos, o art. 98, § 2º e § 3º, da Lei 8.112/1990".

Tema 1.097 RG
RE 1.237.867/SP

3.2.7 SERVIDOR PÚBLICO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. SANÇÕES. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. EXONERAÇÃO A PEDIDO

IMPEDIMENTO DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA E DA EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR ESTADUAL QUE RESPONDE A PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

É constitucional norma estadual que impede a exoneração a pedido e a aposentadoria voluntária de servidor que responde a processo administrativo disciplinar (PAD). Contudo, é possível

conceder a aposentadoria ao investigado quando a conclusão do PAD não observar prazo razoável (**Informativo 1092**).

ADI 6.591/DF

3.2.8 SERVIDOR PÚBLICO. REGIME DE SUBSÍDIOS. PERCEPÇÃO DE ADICIONAIS. POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

REGIME DE SUBSÍDIOS DA CARREIRA DE POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

Tese: "O regime de subsídio não é compatível com a percepção de outras parcelas inerentes ao exercício do cargo, mas não afasta o direito à retribuição pelas horas extras realizadas que ultrapassem a quantidade remunerada pela parcela única".

ADI 5.404/DF

3.3 DIREITO AMBIENTAL

3.3.1 FUNDO AMAZÔNIA. AMAZÔNIA LEGAL. POLÍTICAS PÚBLICAS. DEGRADAÇÃO AMBIENTAL. VEDAÇAÕ DO RETROCESSO EM TUTELA AMBIENTAL

OMISSÃO ESTATAL NA PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL

Configura omissão normativa quanto às obrigações referentes à ativação do Fundo Amazônia, em patente inobservância ao art. 225, § 4º, da Constituição Federal de 1988, o inadimplemento

dos deveres constitucionais de tutela do meio ambiente pela União, materializado na ausência de políticas públicas adequadas para a proteção da Amazônia Legal e na desestruturação institucional daquelas formuladas em períodos antecedentes (Informativo 1104).

ADO 59/DF

3.4 DIREITO CIVIL

3.4.1 FAMÍLIA. RELAÇÕES DE PARENTESCO. DIREITO À FILIAÇÃO BIOLÓGICA

COLETA E ARQUIVAMENTO DE MATERIAL GENÉTICO DE NASCITUROS E PARTURIENTES SEM PRÉVIO CONSENTIMENTO

"É inconstitucional a lei estadual que preveja o arquivamento de materiais genéticos de nascituros e parturientes, em unidades de saúde, com o fim de realizar exames de DNA comparativo em caso de dúvida" (Informativo 1090).

ADI 5.545/RJ

3.5 DIREITO CONSTITUCIONAL

3.5.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SEUS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EXPLÍCITOS. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTO SECRETO: USO DE EMENDAS DO RELATOR PARA INCLUSÃO DE NOVAS DESPESAS NO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO

É vedada a utilização das emendas do relator-geral do orçamento com a finalidade de criar novas despesas ou de ampliar as programações previstas no projeto de lei orçamentária anual, uma vez que elas se destinam, exclusivamente, a corrigir erros e omissões (CF/1988, art. 166, § 3º, III, alínea "a") (**Informativo 1080**).

ADPF 850/DF
ADPF 851/DF
ADPF 854/DF
ADPF 1.014/DF

3.5.2 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. PROCESSO E JULGAMENTO. ADPF INCIDENTAL. PODER GERAL DE CAUTELA. EFEITOS VINCULANTES E *ERGA OMNES*, MODULAÇÃO DE EFEITOS

CONSTITUCIONALIDADE DE DISPOSITIVOS DA LEI DA ADPF

Tese: "É constitucional a Lei nº 9.882/1999, que dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental" (Informativo 1095).

ADI 2.231/DF

3.5.3 CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

COISA JULGADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA: LIMITES DE SUA EFICÁCIA TEMPORAL QUANDO DERIVADA DE RELAÇÃO JURÍDICA DE TRATO CONTINUADO

Tese fixada em repercussão geral "1. As decisões do STF em controle incidental de constitucionalidade, anteriores à instituição do regime de repercussão geral, não impactam automaticamente a coisa julgada que se tenha formado, mesmo nas relações jurídicas tributárias de trato sucessivo. 2. Já as decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas referidas

relações, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo".

Tema 881 RG
RE 949.297/CE
Tema 885 RG
RE 955.227/BA

3.5.4 DEFENSORIA PÚBLICA. ATRIBUIÇÕES. REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

DEFENSORIA PÚBLICA: AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E DETERMINAÇÃO JUDICIAL PARA O PREENCHIMENTO DE CARGO DE DEFENSOR EM LOCALIDADES DESAMPARADAS

Tese fixada em repercussão geral: "Ofende a autonomia administrativa das Defensorias Públicas decisão judicial que determine a lotação de defensor público em localidade desamparada, em desacordo com os critérios previamente definidos pela própria instituição, desde que observados os critérios do art. 98, *caput* e § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT" (Informativo 1086).

Tema 847 RG
RE 887.671/CE

3.5.5 DEFENSORIA PÚBLICA. ATRIBUIÇÕES. REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

REQUISIÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL PELA DEFENSORIA PÚBLICA

É inconstitucional norma estadual que confere à Defensoria Pública o poder de requisição para instaurar inquérito policial (**Informativo 1086**).

ADI 4.346/MG

3.5.6 DEFENSORIA PÚBLICA. AUTONOMIA

DEFENSORIA PÚBLICA: PAGAMENTO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS EM LITÍGIO COM ENTE PÚBLICO AO QUAL VINCULADA

Tese fixada em repercussão geral: "1. É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra; 2. O valor recebido a título de honorários sucumbenciais deve ser destinado, exclusivamente, ao aparelhamento das Defensorias Públicas, vedado o seu rateio entre os membros da instituição".

Tema 1.002 RG
RE 1.140.005/DF

3.5.7 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. DIREITOS SOCIAIS. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO. POLÍTICAS PÚBLICAS. ORDEM SOCIAL. SAÚDE. PODER JUDICIÁRIO

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELO PODER JUDICIÁRIO PARA GARANTIR O DIREITO À SAÚDE

"1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos Poderes. 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado; 3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP)" (**Informativo 1101**).

Tema 698 RG
RE 684.612/RJ

3.5.8 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. DIREITOS SOCIAIS. TRANSPORTE. FAMÍLIA. CRIANÇA. ADOLESCENTE. JOVEM. IDOSO

TRANSPORTE COLETIVO INTERESTADUAL: GRATUIDADE E REDUÇÃO DE TARIFA PARA JOVENS DE BAIXA RENDA

É constitucional — por não ofender o direito de propriedade e os princípios da ordem econômica e do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos — lei federal que determina a reserva, por veículo, de duas vagas gratuitas e, após estas esgotarem, de duas vagas com tarifa

reduzida em, no mínimo, 50%, para serem utilizadas por jovens de baixa renda no sistema de transporte coletivo interestadual de passageiros (**Informativo 1076**).

ADI 5657/DF

3.5.9 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. DIREITO À PRIVACIDADE. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO ESTADO BRASILEIRO. COMPARTILHAMENTO DE DADOS

COMPARTILHAMENTO DE DADOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

É legítimo, desde que observados alguns parâmetros, o compartilhamento de dados pessoais entre órgãos e entidades da Administração Pública federal, sem qualquer prejuízo da irrestrita observância dos princípios gerais e mecanismos de proteção elencados na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018) e dos direitos constitucionais à privacidade e proteção de dados (**Informativo 1068**).

ADI 6649
ADPF 695

3.5.10 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. LIBERDADE DE EXPRESSÃO. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA. ADVOCACIA PÚBLICA. LIBERDADE ACADÊMICA

PROIBIÇÃO DA DIVULGAÇÃO DE ASSUNTOS FUNCIONAIS POR ADVOGADOS PÚBLICOS FEDERAIS

"Considerando-se a natureza do cargo, é constitucional a necessidade de ordem ou autorização expressa do Advogado-Geral da União para manifestação do advogado público sobre assunto pertinente às suas funções, ressalvadas a liberdade de cátedra e a comunicação às autoridades competentes acerca de ilegalidades constatadas" (Informativo 1098).

ADI 4.652/DF

3.5.11 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. LIBERDADE DE EXPRESSÃO. RESTRIÇÕES. CARREIRA MILITAR. CÓDIGO PENAL MILITAR.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PROIBIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO PÚBLICA DE MILITAR CONTRA ATOS DE SUPERIORES OU RESOLUÇÕES DO GOVERNO

O art. 166 do Código Penal Militar (CPM) é compatível com o sistema normativo-constitucional vigente, pois as restrições por ele impostas são adequadas e proporcionais quando consideradas as peculiaridades das atribuições militares e a singularidade de suas carreiras, que possibilita aos seus integrantes a submissão a regime disciplinar distinto do aplicado aos servidores públicos civis em geral (Informativo 1090).

ADPF 475/DF

3.5.12 MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS. PERDA DE POSTO, PATENTE OU GRADUAÇÃO. COMPETÊNCIA JURISDICIONAL. PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAIS E JUÍZES DOS ESTADOS

JUSTIÇA MILITAR: COMPETÊNCIA PARA DECRETAR A PERDA DE POSTO, PATENTE OU GRADUAÇÃO DE MILITAR ESTADUAL EM DECORRÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA

"1) A perda da graduação da praça pode ser declarada como efeito secundário da sentença condenatória pela prática de crime militar ou comum, nos termos do art. 102 do Código Penal Militar e do art. 92, I, 'b', do Código Penal, respectivamente. 2) Nos termos do artigo 125, § 4º, da Constituição Federal, o Tribunal de Justiça Militar, onde houver, ou o Tribunal de Justiça são competentes para decidir, em processo autônomo decorrente de representação do Ministério Público, sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças que teve contra si uma sentença condenatória, independentemente da natureza do crime por ele cometido" (Informativo 1100).

Tema 1.200 RG

ARE 1.320.744/DF

3.5.13 MINISTÉRIO PÚBLICO. PRERROGATIVAS. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

PRERROGATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE POSICIONAR-SE AO LADO DO MAGISTRADO NOS JULGAMENTOS

A prerrogativa atribuída aos membros do Ministério Público de situar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos magistrados nas audiências e sessões de julgamento (Lei Complementar 75/1993, art. 18, I, "a"; e Lei 8.625/1993, art. 41, XI) não fere os princípios da isonomia, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório (CF/1988, art. 5º, I, LIV e LV) nem compromete a necessária paridade de armas que deve existir entre a defesa e a acusação (Informativo 1077).

ADI 4768

3.5.14 PODER LEGISLATIVO. CONGRESSO NACIONAL. CONTROLE EXTERNO. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL E DEVER DE PRESTAR CONTAS AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Tese fixada em repercussão geral: "O Conselho Federal e os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil não estão obrigados a prestar contas ao Tribunal de Contas da União nem a qualquer outra entidade externa".

Tema 1.054 RG

RE 1.182.189/BA

3.5.15 PODER LEGISLATIVO. CONGRESSO NACIONAL. INVIOLABILIDADES E IMUNIDADES. EXTENSÃO AOS DEPUTADOS FEDERAIS

EXTENSÃO DAS IMUNIDADES DOS PARLAMENTARES FEDERAIS AOS ESTADUAIS

Por força do § 1º do art. 27 da Constituição Federal de 1988, as imunidades materiais e formais conferidas aos membros do Congresso Nacional (deputados federais e senadores) estendem-se aos deputados estaduais (**Informativo 1081**).

ADI 5.824/RJ
ADI 5.825/MT

3.5.16 PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PUBLICIDADE

ACESSO RESTRITO AOS PROCESSOS DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL

"O ato de qualquer dos poderes públicos restritivo de publicidade deve ser motivado objetiva, específica e formalmente, sendo nulos os atos públicos que imponham, genericamente e sem fundamentação válida e específica, impeditivo do direito fundamental à informação" (**Informativo 1103**).

ADPF 872/DF

3.5.17 ORDEM SOCIAL. EDUCAÇÃO INFANTIL

EDUCAÇÃO INFANTIL: DEVER ESTATAL DE GARANTIR O ATENDIMENTO EM CRECHE E PRÉ-ESCOLA ÀS CRIANÇAS DE ATÉ CINCO ANOS DE IDADE

Tese fixada em repercussão geral: "1. A educação básica em todas as suas fases — educação infantil, ensino fundamental e ensino médio — constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata. 2. A educação infantil compreende creche (de zero a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos). Sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado neste processo. 3. O Poder Público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica" (Informativo 1069).

Tema 548 RG
RE 1008166/SC

3.5.18 REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS. DIREITO AMBIENTAL. PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE. LEIS MUNICIPAIS

SUBSTITUIÇÃO DE SACOS E SACOLAS PLÁSTICOS POR OUTROS DE MATERIAL BIODEGRADÁVEL IMPOSTA POR LEI MUNICIPAL

"É constitucional – formal e materialmente – lei municipal que obriga à substituição de sacos e sacolas plásticos por sacos e sacolas biodegradáveis" (Informativo 1073).

Tema 970 RG
RE 732686/SP

3.5.19 REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS. ORDEM SOCIAL. CULTURA

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA: INSTITUIÇÃO DE FERIADO LOCAL POR LEI MUNICIPAL

É constitucional a instituição, por lei municipal, de feriado local para a comemoração do Dia da Consciência Negra, a ser celebrado em 20 de novembro, em especial porque a data representa um símbolo de resistência cultural e configura ação afirmativa contra o preconceito racial (Informativo 1078).

ADPF 634/SP

3.5.20 SEGURANÇA PÚBLICA. ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA. GUARDAS MUNICIPAIS. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RECONHECIMENTO DAS GUARDAS MUNICIPAIS COMO ÓRGÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

As guardas municipais são reconhecidamente órgãos de segurança pública e aquelas devidamente criadas e instituídas integram o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) (Informativo 1105).

ADPF 995/DF
(acórdão pendente de julgamento)

3.6 DIREITO ELEITORAL

3.6.1 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. PROPAGANDA ELEITORAL. CENSURA PRÉVIA. COMBATE À DESINFORMAÇÃO

RESOLUÇÃO DO TSE E ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO NO PROCESSO ELEITORAL

A Resolução 23.714/2022 do TSE — que dispõe sobre o enfrentamento à desinformação atentatória à integridade do processo eleitoral — não exorbita o âmbito da sua competência normativa e tampouco impõe censura ou restrição a meio de comunicação ou linha editorial da mídia impressa e eletrônica (Informativo 1074).

ADI 7261 MC-Ref/DF

3.6.2 ELEIÇÕES INDIRETAS. GOVERNADOR E VICE-GOVERNADOR. DUPLA VACÂNCIA NO ÚLTIMO BIÊNIO. EXTINÇÃO DE MANDATO POR CAUSAS NÃO ELEITORAIS. REGISTRO DA CANDIDATURA. PRINCÍPIO DA UNIDADE DA CHAPA.

DUPLA VACÂNCIA NA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO: ELEIÇÕES INDIRETAS E AUTONOMIA ESTADUAL PARA ESTABELECER A RESPECTIVA SOLUÇÃO NORMATIVA.

“Os Estados possuem autonomia relativa na solução normativa do problema da dupla vacância da Chefia do Poder Executivo, não estando vinculados ao modelo e ao procedimento federal (art. 81, CF), mas tampouco pode desviar-se dos princípios constitucionais que norteiam a matéria,

por força do art. 25 da Constituição Federal devendo observar: (i) a necessidade de registro e votação dos candidatos a Governador e Vice-Governador por meio de chapa única; (ii) a observância das condições constitucionais de elegibilidade e das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 14 da Constituição Federal e na Lei Complementar a que se refere o § 9º do art. 14; e (iii) que a filiação partidária não pressupõe a escolha em convenção partidária nem o registro da candidatura pelo partido político; (iv) a regra da maioria, enquanto critério de averiguação do candidato vencedor, não se mostra afetada a qualquer preceito constitucional que vincule os Estados e o Distrito Federal."

ADPF 969/AL

3.6.3 ELEIÇÕES. SISTEMA ELEITORAL PROPORCIONAL. REGISTRO DA CANDIDATURA. PERCENTUAL DE GÊNERO. CANDIDATURA FICTÍCIA. CASSAÇÃO E INELEGIBILIDADE.

CANDIDATURAS FEMININAS NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS: PUNIÇÃO NO CASO DE FRAUDES E LIMITAÇÃO DE SEU ALCANCE

É constitucional o entendimento jurisprudencial do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) segundo o qual é: (i) cabível a utilização da Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) para apuração de fraude à cota de gênero; e (ii) imperativa a cassação do registro ou do diploma de todos os candidatos beneficiados por essa fraude (Informativo 1089).

ADI 6.338/DF

3.6.4 PARTIDOS POLÍTICOS. FUNDOS FINANCIAMENTO DE CAMPANHA

FUNDO PARTIDÁRIO E FUNDO ELEITORAL: VEDAÇÃO DE REPASSE DE SEUS RECURSOS

São constitucionais, visto não ofenderem a autonomia partidária, os dispositivos de Resolução editada pelo TSE que vedam o repasse de recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) por partidos políticos ou candidatos não pertencentes à mesma coligação e/ou não coligados (Informativo 1070).

ADI 7214/DF

3.6.5 PROCESSO ELEITORAL. LIMITE DE GASTOS. PUBLICIDADE ELEITORAL. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE ELEITORAL

GASTOS COM PUBLICIDADE INSTITUCIONAL NO PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO ELEITORAL: ALTERAÇÃO DOS CRITÉRIOS DO CÁLCULO DA MÉDIA E PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE ELEITORAL

É constitucional a modificação dos critérios de cálculo para a fixação do limite de gastos com publicidade institucional dos órgãos públicos no primeiro semestre do ano eleitoral, promovendo ajustes na redação do art. 73, VII, da Lei 9.504/1997 (Lei das Eleições). Entretanto, essa alteração não se aplica ao pleito eleitoral de 2022, em razão do princípio da anterioridade eleitoral (CF/1988, art. 16) (Informativo 1081).

ADI 7.178/DF
ADI 7.182/DF

3.6.6 REGISTRO DE CANDIDATURA. REELEIÇÃO. MESA DIRETORA

REELEIÇÃO OU RECONDUÇÃO DE MEMBROS DE MESA DIRETORA DE ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS

"(i) a eleição dos membros das Mesas das Assembleias Legislativas estaduais deve observar o limite de uma única reeleição ou recondução, limite cuja observância independe de os mandatos consecutivos referirem-se à mesma legislatura; (ii) a vedação à reeleição ou recondução aplica-se somente para o mesmo cargo da mesa diretora, não impedindo que membro da mesa anterior se mantenha no órgão de direção, desde que em cargo distinto; (iii) o limite de uma única reeleição ou recondução, acima veiculado, deve orientar a formação da Mesa da Assembleia Legislativa no período posterior à data de publicação da ata de julgamento da ADI 6.524, de modo que não serão consideradas, para fins de inelegibilidade, as composições eleitas antes de 7.1.2021, salvo se configurada a antecipação fraudulenta das eleições como burla ao entendimento do Supremo Tribunal Federal" (**Informativo 1079**).

ADI 6688/PR

(Julgamento conjunto ADI 6698/MS, ADI 6714/PR, ADI 7016/MS, ADI 6683/AP, ADI 6686/PE, ADI 6687/PI e ADI 6711/PI)

3.6.7 SISTEMA ELEITORAL PROPORCIONAL. NÚMERO DE VAGAS. REVISÃO PERIÓDICA. DEPUTADOS FEDERAIS

REVISÃO PERIÓDICA DA PROPORCIONALIDADE NA RELAÇÃO DEPUTADO/POPULAÇÃO: OMISSÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL E SENTENÇA CONSTRUTIVA

A mora legislativa na edição de lei complementar para proceder aos ajustes necessários à adequação do número de deputados federais à proporção da população de cada estado e do

Distrito Federal configura omissão inconstitucional do Congresso Nacional em dar efetividade à segunda parte do art. 45, § 1º, da CF/1988 (Informativo 1106).

ADO 38/DF
(acórdão pendente de publicação)

3.7 DIREITO INTERNACIONAL

3.7.1 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL. INTERNET. COMPARTILHAMENTO DE DADOS

POSSIBILIDADE DA REQUISIÇÃO DIRETA DE DADOS FEITA POR AUTORIDADES NACIONAIS A PROVEDORES NO EXTERIOR

As empresas de tecnologia que operam aplicações de internet no Brasil sujeitam-se à jurisdição nacional e, como tal, devem cumprir as determinações das autoridades nacionais do Poder Judiciário — inclusive as requisições feitas diretamente — quanto ao fornecimento de dados eletrônicos para a elucidação de investigações criminais, ainda que parte de seus armazenamentos esteja em servidores localizados em países estrangeiros (Informativo 1084).

ADC 51/DF

3.7.2 TRATADOS INTERNACIONAIS. DENÚNCIA. MANIFESTAÇÃO DE VONTADE. CONGRESSO NACIONAL. PRODUÇÃO DE EFEITOS

DENÚNCIA DE TRATADOS INTERNACIONAIS: NECESSIDADE DA MANIFESTAÇÃO DA VONTADE DO CONGRESSO NACIONAL

"A denúncia pelo Presidente da República de tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, para que produza efeitos no ordenamento jurídico interno, não prescinde da sua aprovação pelo Congresso". Contudo, esse entendimento deve ser aplicado somente a partir da publicação da ata do presente julgamento, mantendo-se a eficácia das denúncias realizadas até esse marco temporal (Informativo 1099).

ADC 39/DF
(acórdão pendente de publicação)

3.8 DIREITO DO TRABALHO

3.8.1 LICENÇAS E AFASTAMENTOS. BENEFÍCIOS. SALÁRIO-MATERNIDADE

TERMO INICIAL DA LICENÇA-MATERNIDADE E DO SALÁRIO-MATERNIDADE

Nos casos de internações pós-parto que durem mais de duas semanas, o termo inicial da licença-maternidade e do salário-maternidade é a alta hospitalar da mãe ou do recém-nascido — o que ocorrer por último —, prorrogando-se ambos os benefícios por igual período ao da internação, visto que não podem ser reduzidos de modo irrazoável e conflitante com o direito social de proteção à maternidade e à infância (Informativo 1073).

ADI 6327/DF

3.8.2 REFORMA TRABALHISTA. UNIFORMIZAÇÃO DE JURIPRUDÊNCIA. ALTERAÇÃO, REVISÃO OU CANCELAMENTO DE SÚMULAS

REFORMA TRABALHISTA: REGRAS PARA UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO

É inconstitucional — por violar o princípio da separação de Poderes e a autonomia dos tribunais — iniciativa do Poder Legislativo que cerceia a atribuição dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, derivada da própria função jurisdicional que lhes é inerente, de estabelecer, alterar ou cancelar enunciados sumulares (Informativo 1104).

ADI 6188
(acórdão pendente de publicação)

3.9 DIREITO PENAL

3.9.1 DOSIMETRIA DA PENA. PARTICIPAÇÃO DOS MIISTROS QUE VOTARAM PELA ABSOLVIÇÃO

CONDENAÇÃO DO RÉU POR MAIORIA: PARTICIPAÇÃO DOS MINISTROS QUE VOTARAM PELA ABSOLVIÇÃO NA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA

A dosimetria da pena é uma fase independente do julgamento, razão pela qual todos os ministros possuem o direito de se manifestar, independentemente de terem votado no sentido da absolvição ou condenação do réu (Informativo 1096).

QO na AP 1.025/DF
(acórdão pendente de julgamento)

3.9.2 EXCLUSÃO DE ILICITUDE. LEGÍTIMA DEFESA. IMPUTABILIDADE PENAL. EMOÇÃO E PAIXÃO. FEMINICÍDIO. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

INCONSTITUCIONALIDADE DA TESE DA "LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA"

É inconstitucional — por contrariar os princípios da dignidade da pessoa humana (CF/1988, art. 1º, III), da proteção à vida (CF/1988, art. 5º, *"caput"*) e da igualdade de gênero (CF/1988, art. 5º, I) — o uso da tese da "legítima defesa da honra" em crimes de feminicídio ou de agressão contra mulheres, seja no curso do processo penal (fase pré-processual ou processual), seja no âmbito de julgamento no Tribunal do Júri (Informativo 1105).

ADPF 779/DF
(acórdão pendente de publicação)

3.9.3 EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. GRAÇA. INDULTO. PERDÃO

DECRETO PRESIDENCIAL QUE CONCEDE GRAÇA: REQUISITOS PARA SUA VALIDADE E CONSONÂNCIA COM OS DITAMES CONSTITUCIONAIS

É inconstitucional — por violar os princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa (CF/1988, art. 37, *caput*) e por incorrer em desvio de finalidade — decreto presidencial que, ao conceder indulto individual (graça em sentido estrito), visa atingir objetivos distintos daqueles autorizados pela Constituição Federal de 1988, eis que observa interesse pessoal ao invés do público (Informativo 1094).

ADPF 964/DF
(acórdão pendente de publicação)
(Julgamento conjunto ADPF 965/DF, ADPF 966/DF e ADPF 967/DF)

3.9.4 EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. PRESCRIÇÃO EXECUTÓRIA. TERMO INICIAL

TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO EXECUTÓRIA ESTATAL: A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO OU PARA TODAS AS PARTES

"O prazo para a prescrição da execução da pena concretamente aplicada somente começa a correr do dia em que a sentença condenatória transita em julgado para ambas as partes, momento em que nasce para o Estado a pretensão executória da pena, conforme interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal ao princípio da presunção de inocência (art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal) nas ADC 43, 44 e 54" (Informativo 1101).

Tema 788 RG

ARE 848.107/DF

3.9.5 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. LEI MARIA DA PENHA. PROCEDIMENTOS. DISPOSIÇÕES GERAIS

LEI MARIA DA PENHA: OBRIGATORIEDADE DE DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE RETRATAÇÃO E DO COMPARECIMENTO DA VÍTIMA

A interpretação no sentido da obrigatoriedade da audiência prevista no artigo 16 da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), sem que haja pedido de sua realização pela ofendida, viola o texto constitucional e as disposições internacionais que o Brasil se obrigou a cumprir, na medida em que discrimina injustamente a própria vítima de violência (Informativo 1104).

ADI 7.267/DF

3.10 DIREITO PREVIDENCIÁRIO

3.10.1 APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL: ANÁLISE DA CAPACIDADE PARA A PRÁTICA DE ATOS DA VIDA CIVIL E PAGAMENTO DO BENEFÍCIO AO CURADOR

Tese fixada em repercussão geral: "A enfermidade ou doença mental, ainda que tenha sido estabelecida a curatela, não configura, por si, elemento suficiente para determinar que a pessoa com deficiência não tenha discernimento para os atos da vida civil".

Tema 1.096 RG
RE 918.315/DF

3.10.2 SALÁRIO DE BENEFÍCIO. RENDA MENSAL INICIAL

CONSTITUCIONALIDADE DA "REVISÃO DA VIDA TODA": POSSIBILIDADE DO SEGURADO DO INSS OPTAR PELA REGRA MAIS FAVORÁVEL PARA O CÁLCULO DE SEU BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

Tese fixada em repercussão geral: "O segurado que implementou as condições para o benefício previdenciário após a vigência da Lei 9.876, de 26.11.1999, e antes da vigência das novas regras constitucionais, introduzidas pela EC 103/2019, tem o direito de optar pela regra definitiva, caso esta lhe seja mais favorável" (**Informativo 1078**).

Tema 1102 RG
RE 1276977/DF

3.11 DIREITO PROCESSUAL CIVIL

3.11.1 AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. COLABORAÇÃO PREMIADA. INDISPONIBILIDADE DE BENS. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. PRESCRIÇÃO

COLABORAÇÃO PREMIADA: POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO NO ÂMBITO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Tese fixada em repercussão geral: "É constitucional a utilização da colaboração premiada, nos termos da Lei 12.850/2013, no âmbito civil, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público, observando-se as seguintes diretrizes: **(1)** Realizado o acordo de colaboração premiada, serão remetidos ao juiz, para análise, o respectivo termo, as declarações do colaborador e cópia da investigação, devendo o juiz ouvir sigilosamente o colaborador, acompanhado de seu defensor, oportunidade em que analisará os seguintes aspectos na homologação: regularidade, legalidade e voluntariedade da manifestação de vontade, especialmente nos casos em que o colaborador está ou esteve sob efeito de medidas cautelares, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 4º da referida Lei 12.850/2013; **(2)** As declarações do agente colaborador, desacompanhadas de outros elementos de prova, são insuficientes para o início da ação civil por ato de improbidade; **(3)** A obrigação de ressarcimento do dano causado ao erário pelo agente colaborador deve ser integral, não podendo ser objeto de transação ou acordo, sendo válida a negociação em torno do modo e das condições para a indenização; **(4)** O acordo de colaboração deve ser celebrado pelo Ministério Público, com a interveniência da pessoa jurídica interessada e devidamente homologado pela autoridade judicial; **(5)** Os acordos já firmados somente pelo Ministério Público ficam preservados até a data deste julgamento, desde que haja

previsão de total ressarcimento do dano, tenham sido devidamente homologados em Juízo e regularmente cumpridos pelo beneficiado" (Informativo 1101).

Tema 1.043 RG
ARE 1.175.650/PR

3.11.2 JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

COMPETÊNCIA PARA JULGAR AÇÃO EM QUE SERVIDOR CELETISTA PLEITEIA PARCELA DE NATUREZA ADMINISTRATIVA

"1. A Justiça Comum é competente para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia parcela de natureza administrativa, modulando-se os efeitos da decisão para manter na Justiça do Trabalho, até o trânsito em julgado e correspondente execução, os processos em que houver sido proferida sentença de mérito até a data de publicação da presente ata de julgamento." (Informativo 1102).

Tema 1.143 RG
RE 1.288.440/SP

3.11.3 NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCCESSO CIVIL. EFETIVAÇÃO DOS JULGADOS. PODERES DO MAGISTRADO. ADEQUAÇÃO. RAZOABILIDADE. NECESSIDADE. PROPORCIONALIDADE

CONSTITUCIONALIDADE DA PREVISÃO DE MEDIDAS ATÍPICAS PARA ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DE ORDENS JUDICIAIS

São constitucionais — desde que respeitados os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os valores especificados no próprio ordenamento processual, em especial os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade — as medidas atípicas previstas no CPC/2015 destinadas a assegurar a efetivação dos julgados (Informativo 1082).

ADI 5.941/DF

3.12 DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

3.12.1 PROCESSO COLETIVO

PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DE EMPREGADO EM ACORDO CELEBRADO NO ÂMBITO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Tese fixada em repercussão geral: “Em ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho em face de empresa estatal, com o propósito de invalidar a contratação irregular de

pessoal, não é cabível o ingresso, no polo passivo da causa, de todos os empregados atingidos, mas é indispensável sua representação pelo sindicato da categoria." (Informativo 1074).

Tema 1004 RG
RE 629647/RR

3.13 DIREITO PROCESSUAL PENAL

3.13.1 EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DA FALTA GRAVE. PERDA DE DIAS REMIDOS

DIREITO CONSTITUCIONAL. ORGANIZAÇÃO DOS PODERES. PODER LEGISLATIVO. PODER JUDICIÁRIO. ATRIBUIÇÕES. PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES

ART. 127 DA LEP: PERDA DE DIAS REMIDOS POR FALTA GRAVE E REVISÃO OU CANCELAMENTO DO ENUNCIADO DA SÚMULA VINCULANTE 9

Tese fixada em repercussão geral: "1. A revogação ou modificação do ato normativo em que se fundou a edição de enunciado de súmula vinculante acarreta, em regra, a necessidade de sua revisão ou cancelamento pelo Supremo Tribunal Federal, conforme o caso. 2. É constitucional a previsão legislativa de perda dos dias remidos pelo condenado que comete falta grave no curso da execução penal" (Informativo 1084).

Tema 477 RG
RE 1.116.485/RS

3.13.2 JUIZ DAS GARANTIAS. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL. PROCESSO EM GERAL. AÇÃO PENAL. PROVAS. PRISÃO. MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA

LEI ANTICRIME E ALTERAÇÕES NO CPP: JUIZ DAS GARANTIAS, PROCEDIMENTO DE ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL, ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL, OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO PRAZO DE 24 HORAS E REVOGAÇÃO AUTOMÁTICA DE PRISÃO

É constitucional o art. 3º da Lei 13.964/2019 (Lei Anticrime), especificamente quanto à instituição e à implementação do juiz das garantias no processo penal brasileiro, porquanto trata de questões atinentes ao processo penal, matéria da competência legislativa privativa da União (CF/1988, art. 22, I), que tem natureza cogente sobre todos os entes federativos e os Poderes da República. No entanto, é formalmente inconstitucional — por configurar invasão desarrazoada à autonomia administrativa e ao poder de auto-organização do Judiciário (CF/1988, art. 96, I) — a introdução, pela Lei Anticrime, do parágrafo único do art. 3º-D do CPP, que impõe a criação de um "sistema de rodízio de magistrados" nas comarcas em que funcionar um único juiz (Informativo 1106).

ADI 6.298/DF
ADI 6.299/DF
ADI 6.300/DF
ADI 6.305/DF
Julgamento conjunto
Acórdãos pendentes de publicação

3.13.3 PRISÃO ESPECIAL. PORTADORES DE DIPLOMA DE ENSINO SUPERIOR

PRISÃO ESPECIAL AOS PORTADORES DE DIPLOMA DE CURSO SUPERIOR

É incompatível com a Constituição Federal de 1988 — por ofensa ao princípio da isonomia (CF/1988, arts. 3º, IV; e 5º, *caput*) — a previsão contida no inciso VII do art. 295 do Código de Processo Penal (CPP) que concede o direito a prisão especial, até decisão penal definitiva, a pessoas com diploma de ensino superior (Informativo 1089).

ADPF 334/DF

3.13.4 REGIMENTO INTERNO DO STF. QUESTÃO DE ORDEM. PRESERVAÇÃO DO VOTO DE MINISTRO QUE DEIXOU A CADEIRA. FATOS NOVOS. RELATOR SUBSTITUTO

FATOS SUPERVENIENTES E POSSIBILIDADE DA APRESENTAÇÃO DO VOTO DO MINISTRO SUCESSOR

A superveniência de fatos novos configura circunstância excepcional que permite que ministro que atualmente ocupe a cadeira profira voto, ainda que seu antecessor, oportunamente, já tenha votado. Assim, a preservação do voto do ministro sucedido só deve ocorrer se as condições e circunstâncias levadas a julgamento permanecerem as mesmas (Informativo 1098).

Inq 3515 ED-QO

3.14 DIREITO TRIBUTÁRIO

3.14.1 IMPOSTOS. ICMS. AUTOCOMPOSIÇÃO FEDERATIVA. FEDERALISMO FISCAL. REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS. COMBUSTÍVEIS. GASOLINA.ENERGIA ELÉTRICA

LEIS COMPLEMENTARES 192/2022 E 194/2022: STF E AUTOCOMPOSIÇÃO FEDERATIVA REFERENTE À FIXAÇÃO DE ALÍQUOTAS DO ICMS INCIDENTES SOBRE COMBUSTÍVEIS

O papel do STF no contexto da autocomposição, consideradas as variáveis político-fiscal-orçamentárias, é o de reconstruir pontes para devolver à arena político-legislativa solução final mais adequada para a tutela dos interesses envolvidos após a conclusão da mediação/conciliação (Informativo 1097).

ADPF 984/DF
ADI 7.191 2ª JULG/DF

3.14.2 IMPOSTOS. IPVA. FATO GERADOR. PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE

IPVA: CONTAGEM DE PRAZOS PARA ATENDIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ANTERIORIDADE ANUAL E NONAGESIMAL

"I - No caso de um tributo sujeito duplamente à anterioridade de exercício e à noventena, a lei que institui ou majora a imposição somente será eficaz, de um lado, no exercício financeiro seguinte ao de sua publicação e, de outro, após decorridos noventa dias da data de sua divulgação em

meio oficial. Logo, a contar da publicação da lei, os prazos transcorrem simultaneamente, e não sucessivamente. II - Não há desvio de finalidade no caso de lei ordinária alterar o aspecto temporal do IPVA para viabilizar, a um só tempo, o respeito à garantia da anterioridade, inclusive nonagesimal, e viabilizar a tributação dos veículos automotores pela alíquota majorada no exercício financeiro seguinte ao da publicação desse diploma legal. Afinal, a finalidade da legislação é lícita e explícita. III - O princípio da igualdade tributária não resta ofendido na hipótese de um veículo automotor novo submeter-se a alíquota distinta de IPVA em comparação a outro automóvel adquirido em anos anteriores no lapso referente aos 90 (noventa) dias da noventena, em certo exercício financeiro. Sendo assim, pela própria sistemática de tributação do IPVA posta na legislação infraconstitucional, não se cuida de tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente" (**Informativo 1072**).

ADI 5282/PR

3.14.3 SANÇÕES TRIBUTÁRIAS. MULTA ISOLADA. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. EXTINÇÃO. COMPENSAÇÃO

MULTA AUTOMÁTICA PELA SIMPLES NEGATIVA DO PEDIDO DE COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA

"É inconstitucional a multa isolada prevista em lei para incidir diante da mera negativa de homologação de compensação tributária por não consistir em ato ilícito com aptidão para propiciar automática penalidade pecuniária" (**Informativo 1087**).

Tema 736 RG

RE 796.939/RS

3.15 TESES FIRMADAS E LIBERAÇÃO DE PROCESSOS EM TODO O PAÍS

O julgamento de mérito dos temas com repercussão geral tem como consequência imediata a liberação de processos correlatos sobrestados pelos tribunais do país.

Durante a gestão, foi julgado o mérito de 49 temas com de repercussão geral. Mais de 37.300 processos tornaram-se aptos a serem resolvidos pelas instâncias de origem.

QUADRO – TEMAS DE REPERCUSSÃO GERAL COM MÉRITO JULGADO DURANTE A GESTÃO

Tema	Processo paradigma	Tema	Tese	Relator Atual	Data de julgamento
548	RE-1008166	Dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade.	1. A educação básica em todas as suas fases - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata. 2. A educação infantil compreende creche (de zero a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos). Sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado neste processo. 3. O Poder Público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica.	Min. Luiz Fux	22/9/2022
922	RE-820823	Desligamento de associado condicionado à quitação de débitos e/ou multas.	É inconstitucional o condicionamento da desfiliação de associado à quitação de débito referente a benefício obtido por intermédio da associação ou ao pagamento de multa.	Min. Dias Toffoli	3/10/2022

Tema	Processo paradigma	Tema	Tese	Relator Atual	Data de julgamento
465	RE-642890	Alteração da fórmula do cálculo do auxílio-invalidez para os servidores militares.	A Portaria n. 931/2005 do Ministério da Defesa, que alterou a fórmula de cálculo do auxílio-invalidez para os servidores militares, está em harmonia com os princípios da legalidade e da irredutibilidade de vencimentos.	Min. Nunes Marques	10/10/2022
970	RE-732686	Análise das inconstitucionalidades formal e material de lei municipal que dispõe sobre o meio ambiente.	É constitucional - formal e materialmente - lei municipal que obriga à substituição de sacos e sacolas plásticos por sacos e sacolas biodegradáveis.	Min. Luiz Fux	19/10/2022
699	RE-612686	Incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre as receitas decorrentes das aplicações financeiras dos fundos fechados de previdência complementar e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre os resultados apurados pelos referidos fundos.	É constitucional a cobrança, em face das entidades fechadas de previdência complementar não imunes, do imposto de renda retido na fonte (IRRF) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).	Min. Dias Toffoli	3/11/2022
1004	RE-629647	Discussão relativa à existência de litisconsórcio passivo necessário de sindicato representante de empregados diretamente afetados por acordo celebrado em ação civil pública entre empresa de economia mista e Ministério Público do Trabalho.	Em ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho em face de empresa estatal, com o propósito de invalidar a contratação irregular de pessoal, não é cabível o ingresso, no polo passivo da causa, de todos os empregados atingidos, mas é indispensável sua representação pelo sindicato da categoria.	Min. Alexandre de Moraes	3/11/2022

Tema	Processo paradigma	Tema	Tese	Relator Atual	Data de julgamento
756	RE-841979	Alcance do art. 195, § 12, da Constituição federal, que prevê a aplicação do princípio da não-cumulatividade à Contribuição ao PIS e à COFINS.	I. O legislador ordinário possui autonomia para disciplinar a não cumulatividade a que se refere o art. 195, § 12, da Constituição, respeitados os demais preceitos constitucionais, como a matriz constitucional das contribuições ao PIS e COFINS e os princípios da razoabilidade, da isonomia, da livre concorrência e da proteção à confiança; II. É infraconstitucional, a ela se aplicando os efeitos da ausência de repercussão geral, a discussão sobre a expressão insumo presente no art. 3º, II, das Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03 e sobre a compatibilidade, com essas leis, das IN SRF nºs 247/02 (considerada a atualização pela IN SRF nº 358/03) e 404/04. III. É constitucional o § 3º do art. 31 da Lei nº 10.865/04.	Min. Dias Toffoli	28/11/2022
1102	RE-1276977	Possibilidade de revisão de benefício previdenciário mediante a aplicação da regra definitiva do artigo 29, incisos I e II, da Lei nº 8.213/91, quando mais favorável do que a regra de transição contida no artigo 3º da Lei nº 9.876/99, aos segurados que ingressaram no Regime Geral de Previdência Social antes da publicação da referida Lei nº 9.876/99, ocorrida em 26/11/99.	O segurado que implementou as condições para o benefício previdenciário após a vigência da Lei 9.876, de 26.11.1999, e antes da vigência das novas regras constitucionais, introduzidas pela EC 103/2019, tem o direito de optar pela regra definitiva, caso esta lhe seja mais favorável.	Min. Alexandre de Moraes	1/12/2022

Tema	Processo paradigma	Tema	Tese	Relator Atual	Data de julgamento
221	RE-593448	Competência legislativa municipal para restringir direito de férias de servidores municipais.	No exercício da autonomia legislativa municipal, não pode o Município, ao disciplinar o regime jurídico de seus servidores, restringir o direito de férias a servidor em licença saúde de maneira a inviabilizar o gozo de férias anuais previsto no art. 7º, XVII, da Constituição Federal de 1988.	Min. Edson Fachin	5/12/2022
919	RE-776594	Competência tributária municipal para a instituição de taxas de fiscalização em atividades inerentes ao setor de telecomunicações, cuja competência legislativa e para a exploração é exclusiva da União.	A instituição de taxa de fiscalização do funcionamento de torres e antenas de transmissão e recepção de dados e voz é de competência privativa da União, nos termos do art. 22, IV, da Constituição Federal, não competindo aos Municípios instituir referida taxa.	Min. Dias Toffoli	5/12/2022
1238	ARE-1316369	Repercussão da nulidade das provas no processo penal na esfera administrativa.	São inadmissíveis, em processos administrativos de qualquer espécie, provas consideradas ilícitas pelo Poder Judiciário.	Min. Gilmar Mendes	9/12/2022
1239	RE-1400775	Exigibilidade do pagamento de férias-prêmio por parte de servidor estadual temporário, cujo vínculo então firmado com fundamento na Lei Complementar nº 100/2007, do Estado de Minas Gerais, foi declarado nulo em razão do julgamento da ADI 4.876/MG pelo Plenário desta Suprema Corte.	Não tem direito à indenização de férias prêmio o servidor estadual cujo vínculo com a Administração Pública, decorrente da Lei Complementar mineira nº 100/2007, foi declarado nulo, por inobservância dos princípios constitucionais que regem o ingresso no serviço público.	Ministra Presidente	16/12/2022

Tema	Processo paradigma	Tema	Tese	Relator Atual	Data de julgamento
1240	RE-1394401	Conflito entre o Código de Defesa do Consumidor e a Convenção de Varsóvia, no que diz com a reparação por dano moral decorrente da má prestação de serviço de transporte aéreo internacional.	Não se aplicam as Convenções de Varsóvia e Montreal às hipóteses de danos extrapatrimoniais decorrentes de contrato de transporte aéreo internacional.	Ministra Presidente	16/12/2022
1241	RE-1400787	Direito à percepção do terço constitucional de férias calculado sobre todo o período estabelecido pela legislação de regência para gozo de férias, ainda que superior a trinta dias anuais.	O adicional de 1/3 (um terço) previsto no art. 7º, XVII, da Constituição Federal incide sobre a remuneração relativa a todo período de férias.	Ministra Presidente	16/12/2022
627	RE-658999	Acumulação de pensão decorrente de cargo de médico militar com outra pensão oriunda de cargo de médico civil.	Em se tratando de cargos constitucionalmente acumuláveis, descabe aplicar a vedação de acumulação de aposentadorias e pensões contida na parte final do artigo 11 da Emenda Constitucional 20/98, porquanto destinada apenas aos casos de que trata, ou seja, aos reingressos no serviço público por meio de concurso público antes da publicação da referida emenda e que envolvam cargos inacumuláveis.	Min. Dias Toffoli	17/12/2022
1097	RE-1237867	Possibilidade de redução da jornada de trabalho do servidor público que tenha filho ou dependente portador de deficiência.	Aos servidores públicos estaduais e municipais é aplicado, para todos os efeitos, o art. 98, § 2º e § 3º, da Lei 8.112/1990.	Min. Ricardo Lewandowski	17/12/2022

Tema	Processo paradigma	Tema	Tese	Relator Atual	Data de julgamento
1172	RE-1288634	Efeitos da concessão de benefícios fiscais sobre o cálculo da quota devida aos municípios na repartição de receitas tributárias referentes ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, a depender do modelo de implantação, como nos Programas Fomentar e Produzir do Estado de Goiás.	Os programas de diferimento ou postergação de pagamento de ICMS - a exemplo do FOMENTAR e do PRODUZIR, do Estado de Goiás - não violam o sistema constitucional de repartição de receitas tributárias previsto no art. 158, IV, da Constituição Federal, desde que seja preservado o repasse da parcela pertencente aos Municípios quando do efetivo ingresso do tributo nos cofres públicos estaduais.	Min. Gilmar Mendes	18/12/2022
281	RE-611601	Contribuição para a seguridade social a cargo das agroindústrias sobre a receita bruta prevista na Lei nº 10.256/2001.	É constitucional o art. 22A da Lei nº 8.212/1991, com a redação da Lei nº 10.256/2001, no que instituiu contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção, em substituição ao regime anterior da contribuição incidente sobre a folha de salários.	Min. Dias Toffoli	19/12/2022
801	RE-816830	Constitucionalidade da incidência da contribuição destinada ao SENAR sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, nos termos do art. 2º da Lei 8.540/1992, com as alterações posteriores do art. 6º da Lei 9.528/1997 e do art. 3º da Lei 10.256/2001.	É constitucional a contribuição destinada ao SENAR incidente sobre a receita bruta da comercialização da produção rural, na forma do art. 2º da Lei nº 8.540/92, com as alterações do art. 6º da Lei 9.528/97 e do art. 3º da Lei nº 10.256/01.	Min. Dias Toffoli	19/12/2022
847	RE-887671	Definição dos limites à atuação do Poder Judiciário quanto ao preenchimento de cargo de defensor público em localidades desamparadas.	Ofende a autonomia administrativa das Defensorias Públicas decisão judicial que determine a lotação de defensor público em localidade desamparada, em desacordo com os critérios previamente definidos pela própria instituição, desde que observados os critérios do art. 98, *caput* e § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.	Min. Marco Aurélio	19/12/2022

Tema	Processo paradigma	Tema	Tese	Relator Atual	Data de julgamento
1096	RE-918315	Constitucionalidade de norma legal que dispõe que o pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental será feito somente ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.	A enfermidade ou doença mental, ainda que tenha sido estabelecida a curatela, não configura, por si, elemento suficiente para determinar que a pessoa com deficiência não tenha discernimento para os atos da vida civil.	Min. Ricardo Lewandowski	19/12/2022
881	RE-949297	Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado.	1. As decisões do STF em controle incidental de constitucionalidade, anteriores à instituição do regime de repercussão geral, não impactam automaticamente a coisa julgada que se tenha formado, mesmo nas relações jurídicas tributárias de trato sucessivo. 2. Já as decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo.	Min. Edson Fachin	8/2/2023
885	RE-955227	Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado.	1. As decisões do STF em controle incidental de constitucionalidade, anteriores à instituição do regime de repercussão geral, não impactam automaticamente a coisa julgada que se tenha formado, mesmo nas relações jurídicas tributárias de trato sucessivo. 2. Já as decisões proferidas em ação direta ou em sede de repercussão geral interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas referidas relações, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo".	Min. Luís Roberto Barroso	8/2/2023

Tema	Processo paradigma	Tema	Tese	Relator Atual	Data de julgamento
390	RE-636562	Reserva de lei complementar para tratar da prescrição intercorrente no processo de execução fiscal.	É constitucional o art. 40 da Lei nº 6.830/1980 (Lei de Execuções Fiscais LEF), tendo natureza processual o prazo de 1 (um) ano de suspensão da execução fiscal. Após o decurso desse prazo, inicia-se automaticamente a contagem do prazo prescricional tributário de 5 (cinco) anos.	Min. Luís Roberto Barroso	22/2/2023
477	RE-1116485	Revisão de Súmula Vinculante em virtude da superveniência de lei de conteúdo divergente.	1. A revogação ou modificação do ato normativo em que se fundou a edição de enunciado de súmula vinculante acarreta, em regra, a necessidade de sua revisão ou cancelamento pelo Supremo Tribunal Federal, conforme o caso. 2. É constitucional a previsão legislativa de perda dos dias remidos pelo condenado que comete falta grave no curso da execução penal	Min. Luiz Fux	1/3/2023
736	RE-796939	Constitucionalidade da multa prevista no art. 74, §§ 15 e 17, da Lei 9.430/1996 para os casos de indeferimento dos pedidos de ressarcimento e de não homologação das declarações de compensação de créditos perante a Receita Federal.	É inconstitucional a multa isolada prevista em lei para incidir diante da mera negativa de homologação de compensação tributária por não consistir em ato ilícito com aptidão para propiciar automática penalidade pecuniária.	Min. Edson Fachin	20/3/2023
1246	ARE-1418846	Constitucionalidade de complementação de norma penal em branco por ato normativo estadual ou municipal, para aplicação do tipo de infração de medida sanitária preventiva (art. 268 do Código Penal).	O art. 268 do Código Penal veicula norma penal em branco que pode ser complementada por atos normativos infralegais editados pelos entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), respeitadas as respectivas esferas de atuação, sem que isso implique ofensa à competência privativa da União para legislar sobre direito penal (CF, art. 22, I).	Ministra Presidente	25/3/2023

Tema	Processo paradigma	Tema	Tese	Relator Atual	Data de julgamento
694	RE-781926	Possibilidade de creditamento de ICMS em operação de aquisição de matéria-prima gravada pela técnica do diferimento.	O diferimento do ICMS relativo à saída do álcool etílico anidro combustível (AEAC) das usinas ou destilarias para o momento da saída da gasolina C das distribuidoras (Convênios ICMS nº 80/97 e 110/07) não gera o direito de crédito do imposto para as distribuidoras.	Min. Dias Toffoli	27/3/2023
1032	RE-1177699	Direito de candidato estrangeiro à nomeação em concurso público para provimento de cargos de professor, técnico e cientista em universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais, nos termos do art. 207, § 1º, da Constituição Federal.	O candidato estrangeiro tem direito líquido e certo à nomeação em concurso público para provimento de cargos de professor, técnico e cientista em universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais, nos termos do art. 207, § 1º, da Constituição Federal, salvo se a restrição da nacionalidade estiver expressa no edital do certame com o exclusivo objetivo de preservar o interesse público e desde que, sem prejuízo de controle judicial, devidamente justificada.	Min. Edson Fachin	27/3/2023
1128	RE-1232885	Constitucionalidade da transposição, absorção ou aproveitamento de empregado público de sociedade de economia mista, para quadro estatutário da Administração Pública Estadual, com base no artigo 65-A da Constituição do Estado do Amapá.	"É inconstitucional dispositivo de Constituição estadual que permite transposição, absorção ou aproveitamento de empregado público no quadro estatutário da Administração Pública estadual sem prévia aprovação em concurso público, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal".	Min. Nunes Marques	13/4/2023

Tema	Processo paradigma	Tema	Tese	Relator Atual	Data de julgamento
1247	RE-1390517	Incidência, ou não, da regra da anterioridade nonagesimal, prevista no art. 195, § 6º, da Constituição, na hipótese de decreto regulamentar majorar o percentual da alíquota de contribuição do PIS e da COFINS, observados os limites da lei autorizativa da exação tributária.	As modificações promovidas pelos Decretos 9.101/2017 e 9.112/2017, ao minorarem os coeficientes de redução das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a importação e comercialização de combustíveis, ainda que nos limites autorizados por lei, implicaram verdadeira majoração indireta da carga tributária e devem observar a regra da anterioridade nonagesimal, prevista no art. 195, § 6º, da Constituição Federal.	Ministra Presidente	13/4/2023
1054	RE-1182189	Controvérsia relativa ao dever, por parte da Ordem dos Advogados do Brasil, de prestar contas ao Tribunal de Contas da União.	O Conselho Federal e os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil não estão obrigados a prestar contas ao Tribunal de Contas da União nem a qualquer outra entidade externa”	Min. Edson Fachin	25/4/2023
1056	RE-1210727	Constitucionalidade de lei municipal que proíbe a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos produtores de estampidos.	É constitucional formal e materialmente lei municipal que proíbe a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos produtores de estampidos.	Min. Luiz Fux	9/5/2023
1084	ARE-1245097	Constitucionalidade da lei que delega à esfera administrativa, para efeito de cobrança do IPTU, a avaliação individualizada de imóvel não previsto na Planta Genérica de Valores (PGV) à época do lançamento do imposto.	É constitucional a lei municipal que delega ao Poder Executivo a avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel novo não previsto na Planta Genérica de Valores, desde que fixados em lei os critérios para a avaliação técnica e assegurado ao contribuinte o direito ao contraditório.	Min. Luís Roberto Barroso	5/6/2023
372	RE-609096	Exigibilidade do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras das instituições financeiras.	As receitas brutas operacionais decorrentes da atividade empresarial típica das instituições financeiras integram a base de cálculo PIS/COFINS cobrado em face daquelas ante a Lei nº 9.718/98, mesmo em sua redação original, ressalvadas as exclusões e deduções legalmente prescritas.	Min. Dias Toffoli	13/6/2023

Tema	Processo paradigma	Tema	Tese	Relator Atual	Data de julgamento
1254	RE-1426306	Regime previdenciário aplicável aos servidores estabilizados pelo art. 19 do ADCT não efetivados por concurso público, se o regime próprio de previdência do Estado a que vinculado o servidor ou se o regime geral de previdência social.	Somente os servidores públicos civis detentores de cargo efetivo (art. 40, CF, na redação dada pela EC 20/98) são vinculados ao regime próprio de previdência social, a excluir os estáveis nos termos do art. 19 do ADCT e os demais servidores admitidos sem concurso público.	Ministra Presidente	13/6/2023
1256	RE-1428399	Pagamento de honorários advocatícios contratuais por meio de retenção de valores destinados ao FUNDEF/FUNDEB (principal e juros de mora), obtidos em ação judicial.	1. É inconstitucional o emprego de verbas do FUNDEF/FUNDEB para pagamento de honorários advocatícios contratuais. 2. É possível utilização dos juros de mora inseridos na condenação relativa a repasses de verba do FUNDEF, para pagamento de honorários advocatícios contratuais.	Ministra Presidente	17/6/2023
100	RE-586068	a) Aplicação do art. 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil, no âmbito dos Juizados Especiais Federais. b) Possibilidade de desconstituição de decisão judicial de processo com trânsito em julgado fundada em norma posteriormente declarada inconstitucional.	Julgamento suspenso para fixação de tese.	Min. Rosa Weber	22/6/2023
231	RE-597092	Sequestro de recursos financeiros do Estado no caso de parcelamento compulsório de precatório.	É constitucional o sequestro de verbas públicas pela autoridade judicial competente nas hipóteses do §4º do art. 78 do ADCT, cuja normatividade veicula regime especial de pagamento de precatórios de observância obrigatória por parte dos entes federativos inadimplentes na situação descrita pelo *caput* do dispositivo.	Min. Edson Fachin	26/6/2023

Tema	Processo paradigma	Tema	Tese	Relator Atual	Data de julgamento
1002	RE-1140005	Discussão relativa ao pagamento de honorários à Defensoria Pública, em litígio com ente público ao qual vinculada.	1. É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra; 2. O valor recebido a título de honorários sucumbenciais deve ser destinado, exclusivamente, ao aparelhamento das Defensorias Públicas, vedado o seu rateio entre os membros da instituição.	Min. Luís Roberto Barroso	26/6/2023
1200	ARE-1320744	Inteligência do artigo 125, § 4º, da Constituição Federal, pela redação conferida após o advento da EC 45/04. Alcance da competência da Justiça Militar para decretar a perda do posto, patente ou graduação de militar que teve contra si uma sentença condenatória, independentemente da natureza do crime por ele cometido.	1) A perda da graduação da praça pode ser declarada como efeito secundário da sentença condenatória pela prática de crime militar ou comum, nos termos do art. 102 do Código Penal Militar e do art. 92, I, 'b', do Código Penal, respectivamente. 2) Nos termos do artigo 125, § 4º, da Constituição Federal, o Tribunal de Justiça Militar, onde houver, ou o Tribunal de Justiça são competentes para decidir, em processo autônomo decorrente de representação do Ministério Público, sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças que teve contra si uma sentença condenatória, independentemente da natureza do crime por ele cometido	Min. Alexandre de Moraes	26/6/2023

Tema	Processo paradigma	Tema	Tese	Relator Atual	Data de julgamento
416	RE-635347	Forma de pagamento de débito originado de erro no cálculo das verbas a serem repassadas pela União a título de complementação do FUNDEF.	1. A complementação ao FUNDEF realizada a partir do valor mínimo anual por aluno fixada em desacordo com a média nacional impõe à União o dever de suplementação de recursos. 2. Sendo tal obrigação imposta por título executivo judicial, aplica-se a sistemática dos precatórios, nos termos do art. 100 da Constituição Federal.	Min. Luís Roberto Barroso	3/7/2023
698	RE-684612	Limites do Poder Judiciário para determinar obrigações de fazer ao Estado, consistentes na realização de concursos públicos, contratação de servidores e execução de obras que atendam o direito social da saúde, ao qual a Constituição da República garante especial proteção.	1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. 2. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado. 3. No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).	Min. Ricardo Lewandowski	3/7/2023

Tema	Processo paradigma	Tema	Tese	Relator Atual	Data de julgamento
1043	ARE-1175650	A utilização da colaboração premiada no âmbito civil, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público em face do princípio da legalidade (CF, art. 5º, II), da imprescritibilidade do ressarcimento ao erário (CF, art. 37, §§ 4º e 5º) e da legitimidade concorrente para a propositura da ação (CF, art. 129, § 1º).	(1) Realizado o acordo de colaboração premiada, serão remetidos ao juiz, para análise, o respectivo termo, as declarações do colaborador e cópia da investigação, devendo o juiz ouvir sigilosamente o colaborador, acompanhado de seu defensor, oportunidade em que analisará os seguintes aspectos na homologação: regularidade, legalidade e voluntariedade da manifestação de vontade, especialmente nos casos em que o colaborador está ou esteve sob efeito de medidas cautelares, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 4º da referida Lei 12.850/2013; (2) As declarações do agente colaborador, desacompanhadas de outros elementos de prova, são insuficientes para o início da ação civil por ato de improbidade; (3) A obrigação de ressarcimento do dano causado ao erário pelo agente colaborador deve ser integral, não podendo ser objeto de transação ou acordo, sendo válida a negociação em torno do modo e das condições para a indenização; (4) O acordo de colaboração deve ser celebrado pelo Ministério Público, com a interveniência da pessoa jurídica interessada e devidamente homologado pela autoridade judicial; (5) Os acordos já firmados somente pelo Ministério Público ficam preservados até a data deste julgamento, desde que haja previsão de total ressarcimento do dano, tenham sido devidamente homologados em Juízo e regularmente cumpridos pelo beneficiado.	Min. Alexandre de Moraes	3/7/2023

Tema	Processo paradigma	Tema	Tese	Relator Atual	Data de julgamento
1143	RE-1288440	Competência para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia prestação de natureza administrativa.	1. A Justiça Comum é competente para julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o Poder Público, em que se pleiteia parcela de natureza administrativa, modulando-se os efeitos da decisão para manter na Justiça do Trabalho, até o trânsito em julgado e correspondente execução, os processos em que houver sido proferida sentença de mérito até a data de publicação da presente ata de julgamento.	Min. Luís Roberto Barroso	3/7/2023
788	ARE-848107	Termo inicial para a contagem da prescrição da pretensão executória do Estado: a partir do trânsito em julgado para a acusação ou a partir do trânsito em julgado para todas as partes.	O prazo para a prescrição da execução da pena concretamente aplicada somente começa a correr do dia em que a sentença condenatória transita em julgado para ambas as partes, momento em que nasce para o Estado a pretensão executória da pena, conforme interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal ao princípio da presunção de inocência (art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal) nas ADC 43, 44 e 54.	Min. Dias Toffoli	4/7/2023
1001	RE-910552	Limites da competência legislativa municipal em matéria de contratação pública e âmbito de incidência da vedação constitucional ao nepotismo (restrita à contratação de mão de obra pela Administração Pública ou extensiva à celebração de contratos administrativos).	É constitucional o ato normativo municipal, editado no exercício de competência legislativa suplementar, que proíba a participação em licitação ou a contratação: (a) de agentes eletivos; (b) de ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança; (c) de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer destes; e (d) dos demais servidores públicos municipais.	Min. Cármen Lúcia	4/7/2023

Tema	Processo paradigma	Tema	Tese	Relator Atual	Data de julgamento
1262	RE 1420691	Possibilidade de restituição administrativa do indébito reconhecido na via judicial por mandado de segurança.	Não se mostra admissível a restituição administrativa do indébito reconhecido na via judicial, sendo indispensável a observância do regime constitucional de precatórios, nos termos do art. 100 da Constituição Federal.	Ministra Presidente	22/8/2023
1268	RE 1427694	Prescritibilidade da pretensão ressarcitória referente à exploração ilegal do patrimônio mineral da União, tendo em conta a degradação ambiental e os princípios constitucionais de proteção, preservação e reparação do meio ambiente.	É imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário decorrente da exploração irregular do patrimônio mineral da União, porquanto indissociável do dano ambiental causado .	Ministra Presidente	02/9/2023



“Transparência e compromisso com o conhecimento”

4

“A Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, estabelece os direitos e deveres de todos os cidadãos brasileiros. [...] É o símbolo que marca a superação do passado violador da ditadura militar, e que busca restabelecer os valores democráticos, a justiça, a pluralidade, a solidariedade e o pleno respeito aos direitos humanos de todos os grupos sociais e étnicos que compõem nossa rica e plural nação. A nossa Constituição é um compromisso. Compromisso com o futuro.”

Ministra Rosa Weber no discurso de lançamento da Constituição Federal em Nheengatu.

4.1 Transparência

A transparência desempenha papel fundamental na promoção da justiça e da confiança da sociedade na Corte. O STF, na gestão 2022-2023, reforçou o seu compromisso com a imparcialidade e a equidade, permitindo que os cidadãos tenham acesso a informações essenciais para entender como as decisões judiciais são tomadas.

A transparência é pilar fundamental da democracia e da garantia dos direitos fundamentais, no que promove uma sociedade mais justa e igualitária.

4.1.1 CENTRAL DO CIDADÃO

Canal de comunicação direta entre o cidadão e o Supremo Tribunal Federal, a Central do Cidadão contribui de maneira eficaz à transparência institucional. Mediante a escuta ativa das manifestações trazidas pela sociedade, são transmitidas informações sobre o funcionamento da Corte e promovidas ações para a melhoria contínua do atendimento às demandas.

Nesse sentido, a atuação da Central do Cidadão destina-se ao incremento dos padrões de transparência, presteza e segurança das atividades desenvolvidas no Tribunal.

O acesso do cidadão ocorre por formulário eletrônico e atendimento telefônico (teleinformações).

No período compreendido entre 12.9.2022 e 8.9.2023, foram contabilizados **20.222 atendimentos** distribuídos da seguinte forma:

ATENDIMENTOS AOS CIDADÃOS

24.065

atendimentos pelo canal de teleinformações processuais, preponderantemente sobre andamento processual e formas de acesso ou utilização dos serviços oferecidos pelo STF, incluídos 330 atendimentos relativos ao suporte à integração eletrônica de Tribunais ao Supremo

18.164

manifestações recebidas pelo formulário eletrônico, com sugestões, críticas, elogios, denúncias, livre manifestação de pensamento, pedidos de informações processuais e de acesso à informação; destes, 280 baseados na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12527/2011) e na Resolução STF nº 528/2014

7.912

cartas, em sua maioria com demandas relacionadas à população carcerária

81

atendimentos presenciais

MELHORIAS IMPLEMENTADAS NA GESTÃO:

- reorganização das informações exigidas à prestação de contas do STF, acrescida de dados complementares sobre a transparência institucional;

- elaboração e validação do inventário de dados pessoais tratados pela Central do Cidadão, em observância ao disposto no art. 37 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD);

- revisão do normativo que dispõe sobre o procedimento de recebimento e tratamento de solicitações do titular de dados pessoais no STF;

- reexame de procedimentos internos e mapeamento de processos de trabalho que resultaram na revisão da classificação das manifestações, viabilizaram a estruturação de dados estatísticos e a ampliação da atuação da Central do Cidadão em projetos desenvolvidos pelo Tribunal.

4.1.2 PROGRAMA DE VISITAÇÃO PÚBLICA AO STF

O STF abre suas portas à sociedade por meio da iniciativa “Portas Abertas”. O programa de visitação presencial é dividido nas seguintes modalidades: i) visitas às Instalações do Tribunal, consistentes em recepção, acompanhamento, mostra do edifício, ambientes e obras de arte; ii) visita acessível aos surdos; iii) visitas às Sessões de Julgamento no Plenário; iv) visitas às Sessões de Julgamento nas Turmas.

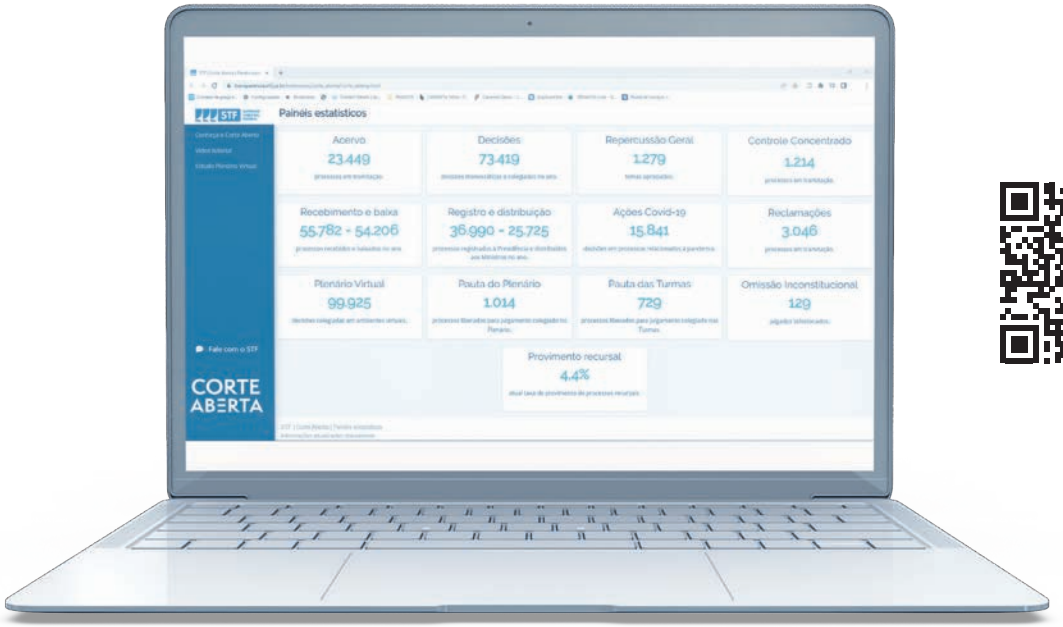
Devido aos eventos de vandalismos ocorridos em 8 de janeiro, o programa ficou suspenso até o mês de maio.

No período compreendido entre 12.9.2022 e 30.6.2023, foram recebidos nas instalações do STF 4.566 visitantes, sendo 3.186 para as visitas monitoradas ao Palácio; 1.250 para a visita às Sessões de Julgamento no Plenário e 130 para visitas às Sessões de Julgamento nas Turmas.

4.1.3 CORTE ABERTA: NOVOS PAINÉIS

Desde junho de 2023, o Programa Corte Aberta disponibiliza para consulta pública três novos painéis com informações sistematizadas sobre ações de controle concentrado de constitucionalidade, reclamações e omissão inconstitucional.

Os painéis possibilitam navegação interativa e dinâmica pelas bases de dados e podem ser acessados pelo *site* do Programa Corte Aberta no portal do STF.



4.1.4 NOVA PÁGINA DA REPERCUSSÃO GERAL

Em novembro/2022, foi inaugurada a nova página da repercussão geral no portal do Supremo Tribunal Federal (STF), que traz informações sobre o instituto de forma mais clara, objetiva e eficiente. Com um visual mais acessível e moderno, inclusive para quem acessa pelo celular, a página agrega novas informações, como tabela dinâmica com os andamentos relevantes de todos os processos paradigmas da repercussão geral.

Outra novidade é a possibilidade de verificar as votações de análise da repercussão geral diretamente na primeira página, facilitando o acompanhamento dos temas mais novos propostos pelos Ministros. Também há um painel com os temas em que foi determinada a suspensão nacional de processos. Foi reativado, ainda, no menu "Conheça Mais", um *link* para as questões de ordem relevantes sobre o instituto, utilizadas como norteador para mudanças de procedimentos, melhorias nos sistemas e alterações normativas internas e externas.



4.1.5 NOVA PESQUISA DE ATOS NORMATIVOS

Trata-se de solução para gestão de atos normativos do STF implantada em dezembro de 2002. Ao unificar os sistemas utilizados para cadastro de normas, o novo modelo permite realizar pesquisas de forma simples e ágil.

4.1.6 CRESCIMENTO DAS REDES SOCIAIS DO STF

Perfis STF	Número de seguidores (setembro/2022)	Número de seguidores (junho/2023)	Total de postagens realizadas (setembro/2022 a junho/2023)
Instagram	282.015	369.945	940
Facebook	25.741	33.165	785
Youtube	447.016	447.897	412
Twitter	2.483.453	2.732.411	1.347
Tiktok	1.333	78.700	142
Spotify			104

4.1.7 TV E RÁDIO JUSTIÇA

INTEGRAÇÃO DA TV E DA RÁDIO JUSTIÇA

Em março de 2023, foi efetivada a unificação contratual da TV e da Rádio Justiça, o que trouxe inúmeros benefícios. Entre eles, destaca-se: i) otimização das equipes e dos processos de trabalho; ii) comunicação mais direta, uniforme e clara para a sociedade; e iii) maior oferta de informação.

TRANSMISSÃO DE PROGRAMAS DA RÁDIO JUSTIÇA EM VÍDEO

A partir de março de 2023, a Rádio Justiça passou a transmitir programas também em vídeo no YouTube. A iniciativa proporcionou ao público mais uma forma de acompanhar a Rádio Justiça, com imagem ao vivo direto do estúdio.

SÉRIE DE INTERPROGRAMAS E VOCÊ COM ISSO?

A série tem o propósito de mostrar para as pessoas as decisões do Supremo Tribunal Federal que influenciam diretamente a vida delas por meio de explicação simples e direta, com suporte visual dinâmico. O formato curto (média de 2 minutos) permite repetidas inserções na programação, além da exibição nas redes sociais, o que aumenta o potencial de alcance da mensagem.

CRIAÇÃO DO PERFIL DA RÁDIO E TV JUSTIÇA NA REDE SOCIAL *THREADS*

Inserir o perfil da Rádio e TV Justiça em uma nova rede social resulta na ampliação do seu alcance e visibilidade. A expansão da presença digital alcança um público mais amplo e diversificado. Na medida em que essas plataformas têm usuários e comunidades específicos, oferecem a oportunidade de conexão com novos públicos e divulgação de informações relevantes com conteúdo jurídico e temas importantes para a sociedade.

4.2 Compromisso com o conhecimento

A Presidência da Ministra Rosa Weber promoveu o aperfeiçoamento das atividades da Corte e a difusão de conhecimento de temas que têm relação com a atuação do Tribunal. Foram realizados eventos abertos que contaram com participação de especialistas nacionais e internacionais. Os encontros debateram novas tecnologias, literatura, direito, entre outras temáticas.

4.2.1 PROGRAMA DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO

A gestão 2022-2023 privilegiou a confiança dos cidadãos na Suprema Corte ao dar continuidade ao Programa de Combate à Desinformação criado pela Resolução nº 747/2021. Trata-se de programa inserido no âmbito do sistema de proteção das liberdades de comunicação, previsto na Constituição Federal e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, dedicado ao enfrentamento de práticas que resultem em alteração ou desvirtuação das decisões da Suprema Corte.

Nesse sentido, foram lançadas novas iniciativas, como o "STF na Escola" e a página eletrônica "STF com Você", além de estabelecidas novas parcerias, a exemplo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Em julho de 2023, o Programa alcançou os seguintes números:

- **53 adesões** de parceiros, sendo 24 universidades.
- **32 ações** e projetos concluídos ou permanentes.



27.2.2023 – Secretário-Geral da Presidência e Coordenador do Comitê Gestor do Programa de Combate à Desinformação, Estêvão André Cardoso Waterloo, reitores de universidades e representantes de instituições da área de educação parceiras durante visita às instalações do Supremo. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

STF NA ESCOLA

Lançado em 27 de fevereiro de 2023, no âmbito do Programa de Combate à Desinformação, o projeto "STF na Escola" de educação cidadã busca a aproximação entre o Supremo e a comunidade escolar.

O "STF na Escola" é composto por duas etapas. Primeiro, um voluntário do Supremo profere palestra em uma escola sobre a Suprema Corte, a Constituição Federal e a democracia, quando são distribuídas cartilhas sobre esses temas. Depois, um grupo de alunos é recebido na Corte. Os alunos conhecem as instalações da instituição, assistem ao início da sessão de julgamento no Plenário e ganham certificado de participação.

Estes foram os resultados dessa iniciativa:

- **4 escolas visitadas** nas cidades: Guará, Ceilândia, Santo Antônio do Descoberto e Recanto das Emas.

- **1.026 alunos assistiram à palestra** nas escolas, além de uma palestra realizada na própria Corte.

- **52 alunos foram recebidos** no Tribunal.



27.2.2023 – Presidente Rosa Weber lança o projeto "STF na Escola" em reunião com reitores de universidades e representantes de instituições da área de educação parceiras do Programa de Combate à Desinformação.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF



24.4.2023- Primeira palestra do projeto “STF na Escola”, no Centro de Ensino Fundamental 02, no Guará, Brasília-DF.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



14.4.2021 – Palestra do “STF na Escola”, no CEM 09, na Ceilândia, Distrito Federal. Foto: Nelson Jr./SCO/STF



3.5.2021 – Alunos do CEF 02, do Guará, sendo recebidos no STF. Foto: Carlos Moura/SCO/STF.



4.5.2021 – Alunos do CEF 02, do Guará, no *Hall* dos Bustos, na Suprema Corte. Foto: Carlos Moura/SCO/STF.



2.6.2023 – Palestra na Escola Municipal de Ensino Fundamental Castro Alves, em Santo Antônio do Descoberto, em Goiás.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF.



16.6.2023 – Palestra na escola CEF 103, no Recanto das Emas, no Distrito Federal. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



21.6.2023 – Alunos do CEM 09, da Ceilândia, visitam o STF.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF



22.6.2023 – Visita dos alunos do CEM 09, da Ceilândia, ao Salão Nobre do Tribunal. Foto: Carlos Moura/SCO/STF



Certificado – STF na Escola



Cartilha – STF na Escola

STF COM VOCÊ

Com o escopo de transmitir conhecimento sobre o Supremo em uma linguagem mais acessível, a partir de conteúdo leve e dinâmico, foi criada a página eletrônica “STF com Você”.

STF com você

A Suprema Corte do Nosso Brasil

Esse espaço integra o Programa de Combate à Desinformação e é mais um canal para aproximar a Suprema Corte da sociedade. O “STF com Você” abriga uma *playlist* de vídeos que explicam o papel do Tribunal, o que é a Constituição Federal, como são escolhidos os ministros e ministras, a importância da defesa da democracia. Além de crianças e adolescentes, também os adultos podem acessar o conteúdo produzido pela campanha “Turma da Mônica e o Poder Judiciário”. Outra iniciativa é a área “Julgamentos Relevantes”, que apresenta decisões de grande repercussão na sociedade, com destaque para as que enfrentam controvérsias sobre a garantia de direitos fundamentais.

Também estão disponíveis nessa página, informações sobre projetos da Corte, como o “STF Educa” e o “STF na Escola”.

Acesse o QR Code para conferir a página do STF com Você.

4.2.2 PROJETO SUPREMO +PRÓXIMO: CURSO "PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA NO STF"

A plataforma de educação a distância do Tribunal (**STF Educa**) passou a disponibilizar para a comunidade jurídica de todo o Brasil, de forma permanente, o curso "**Pesquisa de Jurisprudência no STF**".

O curso tem o objetivo de capacitar os usuários da página de pesquisa de jurisprudência do STF para realizar consultas ao banco de dados com facilidade, bem como recuperar os documentos de seu interesse com eficiência e segurança.

Até 20.7.2023, o curso havia recebido 7.478 inscrições e ficou em primeiro lugar em número de inscrições na plataforma.



4.2.3 PROJETO DIÁLOGOS COM O SUPREMO

Inaugurando o projeto "**Diálogos com o Supremo**", foi realizada a conferência pelo jurista alemão Armin Von Bogdandy sobre o "Mandato transformador do sistema interamericano de direitos humanos".



7.11.2022 – Presidente Rosa Weber, Vice-Presidente, Luís Roberto Barroso, e o jurista Armin Von Bogdandy.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

A Professora Gisèle Szczyglak, doutora em Filosofia Política com especialização em Sociologia Política e Ética Aplicada e especialista em equidade de gênero e igualdade profissional também foi uma das convidadas do projeto "**Diálogos com o Supremo**". Ela abordou o tema "Mulheres em posição de liderança: uma questão de equidade".

Projeto **"Diálogos com o Supremo**" apresentou a palestra Papel da Biblioteca Nacional na história do Brasil, que foi ministrada pelo Presidente da instituição, Marco Américo Lucchesi.



11.11.2022 – Professora Gisèle Szczyglak ministra palestra na Suprema Corte. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



23.6.2023 – Presidente Rosa Weber e o Presidente da Biblioteca Nacional, Marco Américo Lucchesi. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

O Escritor Itamar Vieira Jr. foi um dos convidados do "**Diálogos com o Supremo**" para falar sobre o romance "Torto Arado", que figurou em *rankings* dos livros brasileiros mais vendidos de ficção em 2021 e 2022.

A Suprema Corte, por meio do projeto **"Diálogos com o Supremo**", também foi honrada com a participação do economista Joseph E. Stiglitz, professor da Universidade de Columbia, vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2001. O professor Stiglitz apresentou a palestra "Desafios para o crescimento econômico com estabilidade e inclusão social".



26.6.2023 – Escritor Itamar Vieira Jr. em palestra do STF.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF



11.9.2023 – A Ministra Rosa Weber, Presidente do STF, fala na abertura da palestra do economista Joseph E. Stiglitz, professor titular da Universidade de Columbia (EUA) e vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 2001.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF.

4.2.4 EVENTOS

Em parceria com o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), o Supremo promoveu, nos dias 2 e 3 de março, o "Seminário Internacional sobre Direitos Constitucionais e Relações de Trabalho: Caminhos das Cortes Superiores para a Efetividade da Justiça Social".



2.3.2023 – Presidente Rosa Weber e Presidente do TST, Lelio Bentes, na abertura do Seminário.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

O “Simpósio de Segurança Cibernética dos Tribunais Superiores”, realizado pelo STF, teve o objetivo de capacitar e conscientizar servidores do Judiciário sobre a importância da segurança cibernética nos tribunais.

Professor Oscar Vilhena fez palestra a servidores do STF sobre futuro da democracia brasileira. O evento, no âmbito do projeto “Hora de Atualização”, foi promovido pelo gabinete do ministro Edson Fachin, para discutir os desafios na concretização dos direitos constitucionais nos próximos anos.

Em parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e apoio do TST, a Suprema Corte realizou por dois dias, 19 e 20 de junho, o Fórum Internacional Justiça e Inovação (Fiji). O objetivo foi discutir a relação entre o Direito e as novas tecnologias, as implicações e os desafios dessa interação e as perspectivas para a sua evolução. O evento contou com a participação de especialistas internacionais e nacionais, além da Ministra Cármen Lúcia e dos Ministros Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.



31.3.2023 – Presidente Rosa Weber na abertura do Simpósio.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



28.4.2023 – Presidente Rosa Weber, Ministro Edson Fachin e Professor Oscar Vilhena durante evento “Hora de Atualização”. Foto: Rosinei Coutinho.



19.6.2023 – Presidente Rosa Weber na abertura do Fórum. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



24.8.2023 – Abertura do Seminário Internacional de Segurança Cibernética nas Cortes Superiores. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) promoveu o "Seminário Internacional de Segurança Cibernética nas Cortes Superiores". O evento aconteceu na sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília.

O encontro teve a finalidade de promover o intercâmbio das ações, boas práticas e recomendações de segurança cibernética seguidas por órgãos da cúpula do Judiciário internacional, por meio de apresentações temáticas envolvendo Gestão em segurança da informação, ataques cibernéticos e formas de monitoramento e combate, além de inovação tecnológica. A Presidente Rosa Weber abriu o evento e ressaltou a necessidade da união de esforços e da criação de redes de confiança para enfrentar os desafios impostos sobre o tema.

O Supremo realizou, nos dias 11 e 12 de setembro de 2023, o "Colóquio Internacional sobre Justiça Climática e Democracia", com o intuito de oferecer um espaço de debate sobre formas de a Justiça Climática se relacionar com temáticas como direitos humanos, democracia, minorias e responsabilidade intergeracional. Os painéis contaram com Ministros do STF, do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), além de especialistas brasileiros e estrangeiros debatendo a construção da jurisprudência sobre justiça climática e suas políticas públicas.



O Supremo Tribunal Federal, no dia 11 de setembro de 2023, em iniciativa conjunta com a Procuradoria Geral da República e a Organização Internacional do Trabalho, promoveu o lançamento da Convenção 169 da OIT traduzida para o Kaiapó. O evento contou com a participação do diretor do escritório da OIT para o Brasil, Vinicius de Carvalho Pinheiro, do cacique



11.9.2023 – Lançamento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na língua indígena Kaiapó.
Foto: Fellipe Sampaio SCO/STF

Raoni, da Deputada Federal Joenia Wapichana, da Ministra dos Povos Indígenas Sonia Guajajara, do Ministro da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias O documento, aprovado em 1989 e ratificado pelo Brasil em 2002, busca superar as práticas discriminatórias que afetam os povos indígenas de todo o mundo e assegurar que participem da tomada de decisões que impactam suas vidas.



14.9.2023 – Seminário "Combate à Desinformação e Defesa da Democracia".
Foto:Rosinei Coutinho/SCO/STF

O seminário "Combate à Desinformação e Defesa da Democracia", realizado em 14 e 15 de setembro de 2023, discutiu, entre outros temas, a regulação das plataformas digitais, a educação midiática e o papel das agências de checagem na defesa da democracia. A proposta foi abordar, junto a representantes da sociedade civil e da academia, formas de enfrentar a desinformação e o discurso de ódio.

4.2.5 EXPOSIÇÕES

A Suprema Corte realizou exposições abertas sobre as mais diversas temáticas. Além de abordar questões da história do Brasil, as exposições contribuem para a melhor compreensão das decisões do Tribunal e de temas relevantes como cidadania, Constituição Federal e democracia.



Tema: Exposição 34 Anos da Constituição Federal de 1988 – Garantia da Democracia Brasileira
Descrição: A exposição apresentou um panorama dos trabalhos da Assembleia Constituinte, com foco em elementos como a participação popular na apresentação de sugestões ao texto, a multiplicidade dos debates em torno das mais variadas propostas e a participação feminina; também destacou os direitos contemplados na Carta.
Inauguração: Outubro de 2022



Tema: Registros fotográficos de Sebastião Salgado no projeto “Amazônia”
Descrição: Exposição de quadros e arte com registros fotográficos assinados por Sebastião Salgado, que integram o projeto “Amazônia” e foram doados ao STF na gestão da Ministra Cármen Lúcia.
Inauguração: Outubro de 2022



Tema: "Convenção Americana sobre Direitos Humanos – 30 anos da promulgação no Brasil"
Descrição: A mostra trouxe painéis com informações básicas sobre a convenção, infográfico com os países signatários e a linha do tempo destacando antecedentes históricos dos direitos humanos na América e a recepção da convenção no Brasil.
Inauguração: Novembro de 2022



Tema: "Dia Nacional da Consciência Negra"
Descrição: Exposição em homenagem ao Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. Foram apresentados painéis com decisões fundamentais do Tribunal no processo de neutralização das desigualdades históricas e sociais e na consolidação de uma sociedade pluralista e livre de preconceitos. As peças mostraram registros fotográficos retirados do acervo do Nappy, banco de imagens só de pessoas negras.
Inauguração: Novembro de 2022



Tema: Exposição – 132 Anos da Instalação do STF
Descrição: Em 28 de fevereiro de 1891, no Solar do Marquês do Lavradio, na antiga capital do país, o Rio de Janeiro, era realizada a primeira sessão plenária do Supremo Tribunal Federal (STF). A mostra revisitou a legislação, os espaços, os ritos da época, a cobertura dos primeiros anos do Tribunal na imprensa, bem como rememora os juízes que, em 1891, assumiram o desafio da construção da Corte. Foram 10 painéis que recordam o nascimento desta instituição, que se consolidou como protagonista na proteção do Estado Democrático de Direito.
Inauguração: Fevereiro de 2023



Tema: STF e os Direitos das Mulheres
Descrição: Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, 8 de março, o Supremo realizou a exposição “O STF e os Direitos das Mulheres”. A mostra contou com trechos de decisões do Supremo que evidenciam seu o compromisso com a consolidação de uma sociedade igualitária.
Inauguração: Março de 2023



Tema: Povos Indígenas
Descrição: Em homenagem ao Dia dos Povos Indígenas, a exposição “Povos Indígenas” contou com 11 painéis fotográficos de Sebastião Salgado, que retratam, em preto e branco, o cotidiano de povos originários. O acervo do STF emprestou à mostra peças de cerâmica, cestarias e adornos, como cocares e colares, confeccionados por integrantes de comunidades indígenas que os presentearam em encontros com Ministros da Corte.
Inauguração: Abril de 2023



Tema: Uma rara conexão: livros e memória
Descrição: Foram montadas duas mostras com a divulgação do trabalho de restauração realizado em obras do século XVII. A primeira delas expôs a obra "*Operum quae de ivre fecit tam eorum quae e o superstite, quam quae post obitum eiusdem iussu edita sunt*", de Jacques de Cujas, datada de 1637. A segunda apresentou as obras "*Historia iuris civilis romani*", de Valentini Forsteri, datada de 1.609, e "*Lexicon philologicum praecipue etymologicum, in duo latinae et a latinis auctoribus usurpataetum purae*", de autoria de Matthia Martinio.
Inauguração: Fevereiro de 2023



Tema: Bicentenário da Assembleia Nacional Constituinte de 1823
Descrição: A mostra, montada no Espaço Menezes Direito por ocasião do Bicentenário da instalação da Assembleia Constituinte de 1823, rememorou fatos, personagens, peculiaridades e documentos dos primórdios do constitucionalismo pátrio.
Inauguração: Maio de 2023



Tema: "Magistratura Cidadã – Da normativa constitucional à efetivação dos direitos sociais"
Descrição: Montada no contexto do acordo de cooperação firmado entre o STF e a AMB, a mostra destacou iniciativas de magistrados com significativa relevância social.
Inauguração: Abril de 2023

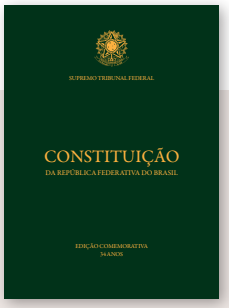
4.2.6 LIVROS

Ao longo da Presidência da Ministra Rosa Weber, o Supremo lançou publicações sobre a interpretação de decisões colegiadas da Corte e sobre temas debatidos em audiências púbicas. Também publicou obras em língua inglesa que reúnem decisões relevantes da Suprema Corte sobre temas específicos.

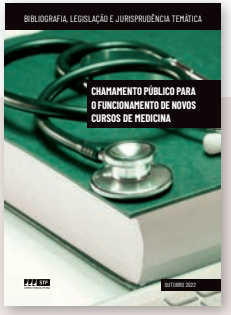
Esse período marcou a inauguração da tecnologia de texto alternativo (lido por programas especializados e convertido em áudio), com explicações da foto e dos ícones visuais utilizados na capa. A primeira obra a contar com esse serviço foi "População em Situação de Rua no Brasil", lançada em novembro de 2022. A publicação também destacou a *hashtag* #ParaTodosVerem, com a descrição das imagens.

Confira as principais obras lançadas:

OUTUBRO 2022



Edição comemorativa – 34 anos da Constituição da República Federativa do Brasil



Chamamento Público para o Funcionamento de Novos Cursos de Medicina

NOVEMBRO 2022



Consciência Negra – publicada no âmbito das homenagens promovidas por ocasião do Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro



Convenção Americana sobre Direitos Humanos (2ª edição)



População em Situação de Rua no Brasil

MARÇO 2023



Direitos das Mulheres



Responsabilização Civil de Provedores por Conteúdo Ilícito Gerado por Terceiros (2ª edição)



Cadernos de Jurisprudência do STF: concretizando Direitos Humanos – Direito à Igualdade Racial



Cadernos de Jurisprudência do STF: concretizando Direitos Humanos – Direitos das Mulheres

ABRIL 2023



Cadernos de Jurisprudência do STF: concretizando Direitos Humanos – Direito dos Povos Indígenas

JUNHO 2023

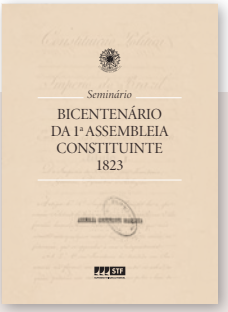


Liberdade de Expressão – 1ª Edição

AGOSTO DE 2023

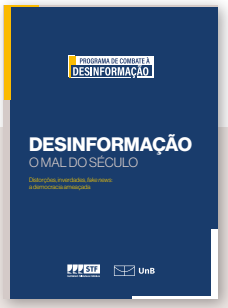


8.1.2023: Democracia Inabalada



Seminário – Bicentenário da 1ª Assembleia Constituinte 1823

SETEMBRO DE 2023



Desinformação – O mal do século



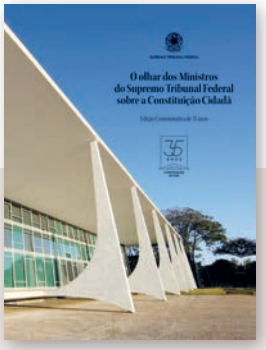
Memória Jurisprudencial – Ministro Eloy José da Rocha



Memória Jurisprudencial – Ministro José Linhares



Memória Jurisprudencial – Ministro Paulo Brossard

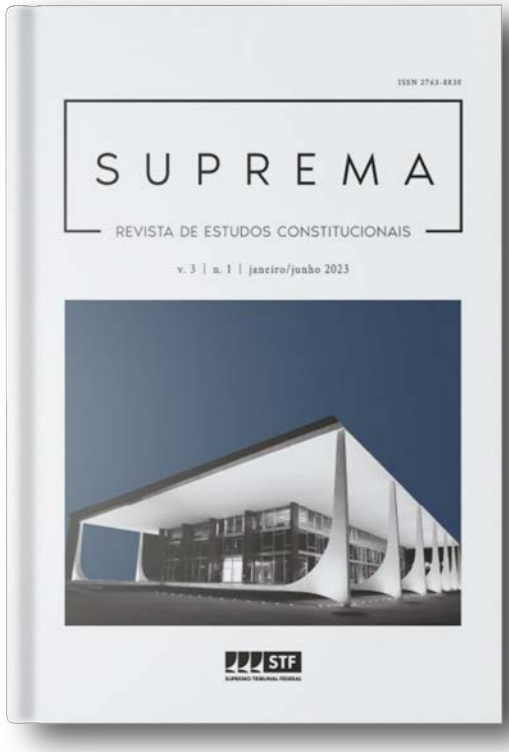


O olhar dos Ministros do Supremo Tribunal Federal sobre a Constituição Cidadã

Foram lançadas ainda duas edições da **Suprema – Revista de Estudos Constitucionais**. A publicação semestral apresenta artigos, traduções e resenhas inéditos com temáticas contemporâneas relacionadas à área jurídica.



v.2 n.2 (2022)



v.3 n.1 (2023)

Acesse a página da revista



Foram publicadas 36 edições do **Informativo STF,** periódico semanal do STF que apresenta, de forma objetiva e concisa, resumos das teses e conclusões dos principais julgamentos realizados pelos órgãos colegiados da Corte (Plenário e Turmas), em ambiente presencial e virtual.

Foram produzidas três edições **STF Bulletin**, publicação com resumo em inglês das decisões do Plenário do Supremo Tribunal Federal cujos tópicos possam ser de interesse da comunidade internacional.

4.2.7 AGENDA ONU 2030

Um dos objetivos estratégicos definidos pela gestão da Ministra Rosa Weber consistiu na ampliação da integração entre o STF e a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), com o propósito de avaliar o impacto positivo das ações do tribunal relacionadas aos objetivos e metas dessa Agenda. Para alcançar esse objetivo, foram mantidas as iniciativas inauguradas pela gestão anterior, além de estabelecidos novos critérios para a medição dos indicadores estratégicos.

Dentre as principais realizações durante esse período, destacam-se:

CLASSIFICAÇÃO DE PROCESSOS

- Classificação de 189 acórdãos de controle concentrado e de repercussão geral, bem como de 20 de temas com repercussão geral reconhecida, segundo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- Utilização da ferramenta de inteligência artificial RAFA 2030 como instrumento de apoio à classificação de 99 acórdãos de controle concentrado e de repercussão geral e de 20 temas com repercussão geral reconhecida.
- Inclusão de referência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados aos processos em julgamento nas minutas de manifestação de repercussão geral submetidas à Presidência.

EVENTOS

- Seminário "**Inteligência artificial no STF: a experiência da RAFA 2030**". O evento foi aberto pela Ministra Rosa Weber e contou com a participação de palestrantes internos e externos.
- Realização, entre 18 e 20 de abril de 2023, do ciclo de oficinas "**Imersão RAFA 2030: experimente a inteligência artificial do STF aplicada à Agenda 2030 da ONU**". Foram oferecidas 4 turmas, das quais participaram cerca de 40 servidores de diversas unidades do Tribunal, inclusive de gabinetes.



17.4.2023 – Presidente Rosa Weber na abertura do Seminário.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF



17.4.2023 – Oficinas de Imersão RAFA 2030

CONTEÚDO ESPECIAL

O Supremo deu ampla divulgação, por meio de canais de comunicação da instituição, a uma série de conteúdo especial alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU. Foram produzidos materiais sobre temas como Constituição Federal, direitos das mulheres, direitos humanos e meio ambiente.

Outubro de 2022 – Celebração dos 34 anos da Constituição Federal de 1988 – símbolo maior da garantia da democracia e da preservação dos direitos fundamentais do cidadão.





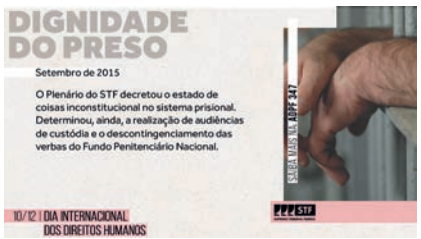


ODS nº 16 (paz, justiça e instituições eficazes)

Dezembro de 2022 – O STF e os direitos humanos







ODS nº 5 (igualdade de gênero) e 10 (redução das desigualdades)

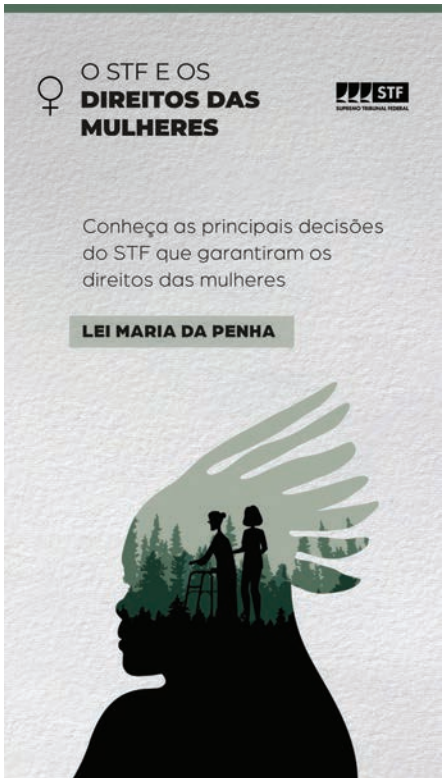
Março de 2023 – O STF e os direitos das mulheres

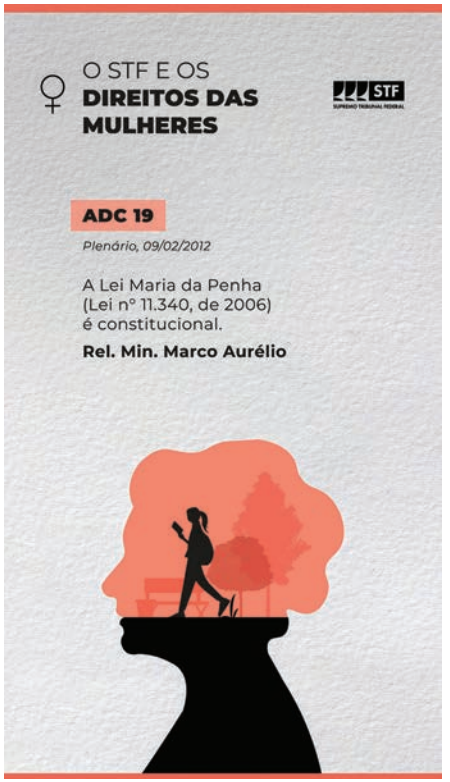


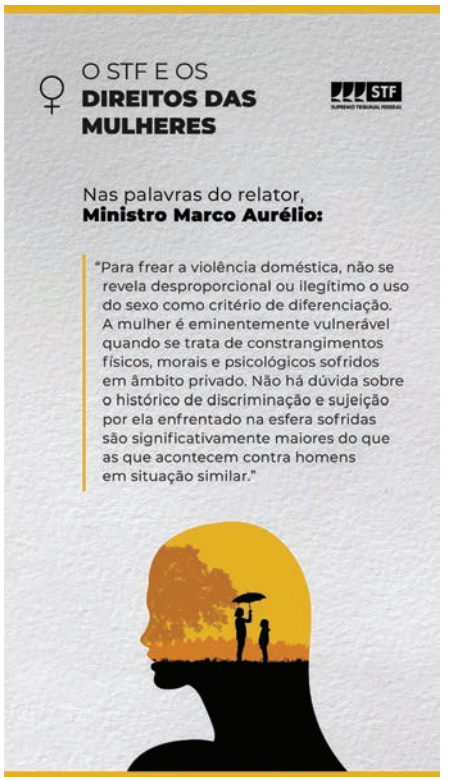








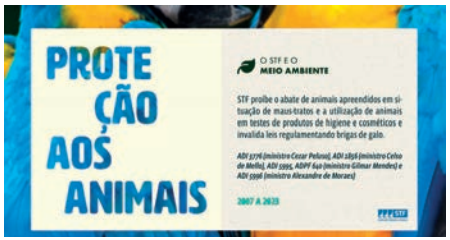


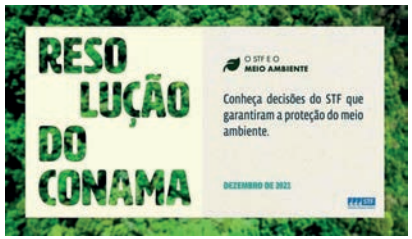


ODS nº 5 (igualdade de gênero)

Junho de 2023 – O STF e o meio ambiente







ODS nº 12 (consumo e produção responsáveis), 13 (ação contra a mudança global do clima), 14 (vida na água) e 15 (vida terrestre).

CALENDÁRIO DA SUSTENTABILIDADE

- Criação do **Calendário da Sustentabilidade** na intranet do Tribunal, que apresenta as principais datas comemorativas internacionais relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O objetivo da iniciativa é auxiliar as unidades do Tribunal no alinhamento de suas ações à Agenda 2030 da ONU.









RAFA 2030

As Redes Artificiais Focadas na Agenda 2030 – RAFA 2030 – são ferramentas tecnológicas que utilizam inteligência artificial, aliada a outros recursos de automação, para sugerir a correlação entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a classificação de processos de acordo com os objetivos e metas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Desenvolvida por equipe multidisciplinar do Tribunal, ao otimizar o trabalho de catalogação, essa ferramenta aperfeiçoa a atividade de classificação dos processos no âmbito da Corte.



Durante a gestão 2022-2023, a RAFA 2030 foi disponibilizada para mais três unidades do tribunal: Secretaria de Altos Estudos, Assessoria do Plenário e Secretaria Judiciária.

Além disso, foi reestruturado o código-fonte do aplicativo para facilitar sua manutenção e atualização. Estão sendo realizados testes de novos modelos para ampliação do número de ODS identificados pela ferramenta.



“Diálogo institucional”

5

“A democracia pressupõe um diálogo constante, tolerância, compreensão das diferenças e cotejo pacífico de ideias distintas e até mesmo antagônicas.”

Ministra Rosa Weber em discurso de posse no dia 12 de setembro de 2022.

5.1 Povos indígenas



19.7.2023 – Primeira Constituição brasileira traduzida para língua indígena é lançada na gestão da Ministra Rosa Weber.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

"[....] estamos aqui para vivenciar um momento de restauração, de promover escuta e debate intercultural, porque a Constituição não é meramente um texto escrito, mas, sim, um sentimento, enquanto alicerce da nossa democracia constitucional."

Ministra Rosa Weber durante o lançamento da Primeira Constituição brasileira traduzida para língua indígena

A gestão da Ministra Rosa Weber, à frente da Presidência do STF e do CNJ, promoveu a concretização dos valores democráticos de justiça, pluralidade e solidariedade, por meio da valorização dos povos indígenas em pleno respeito aos direitos humanos de todos os grupos sociais e étnicos que compõem a nação.

Uma das principais ações foi o lançamento da primeira Constituição Brasileira traduzida para uma língua indígena – o Nheengatu, conhecida como o tupi moderno. A cerimônia foi realizada na maloca da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), no Município de São Gabriel da Cachoeira (AM). A Ministra do STF Cármen Lúcia também esteve presente.

Em discurso no lançamento da publicação, a Ministra afirmou que não falaria como Rosa Weber, mas como Raminah Kanamari, nome indígena com o qual foi batizada no Vale do Javari (AM). E assim, destacou que a partir da Constituição Cidadã, os indígenas passaram a ter seus direitos reconhecidos e não serem mais "meros indivíduos tutelados". Ela acrescentou que "*traduzir a Constituição para um idioma indígena é um símbolo do nosso compromisso de garantir que todos os povos indígenas tenham acesso à justiça e conhecimento das leis que regem nosso país, fortalecendo sua participação na vida política, social, econômica e jurídica*".

A Constituição em Nheengatu foi feita por um grupo de 15 indígenas bilíngues da região do Alto Rio Negro e Médio Tapajós, em promoção ao marco da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032) das Nações Unidas. A tradutora Dadá Baniwa disse que foi um trabalho *"árduo e desafiador, mas também de muita alegria"*.

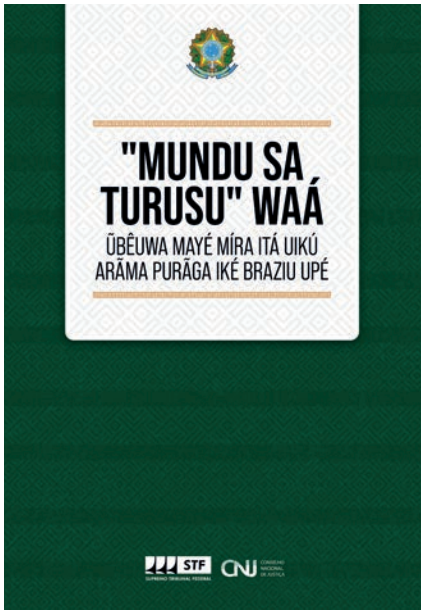
Para a Presidente do STF, reconhecer a utilização oficial do Nheengatu na leitura e na interpretação da Constituição *"é um passo em direção ao fortalecimento e à preservação de todas as demais línguas indígenas"*. Também chamada de Língua Geral Amazônica, o Nheengatu é a única língua descendente do Tupi antigo viva e que permite a comunicação entre comunidades de distintos povos espalhados em toda a Região Amazônica.

Em encontro com as 12 lideranças indígenas responsáveis pela tradução da Constituição Federal e os três consultores da obra, a Presidente do STF e do CNJ destacou que a intenção da tradução foi dar conhecimento aos povos originários sobre seus direitos: "*somente assim vamos fortalecer nossa unidade e compreender que somos todos Brasil*".

A Ministra Cármen Lúcia, por sua vez, ressaltou que a tradução representa um *"passo adiante"* na história brasileira. *"Espero que seja ensinada a Constituição em cada uma das línguas, que não fique em uma prateleira. Não se reivindica direito que não se conhece. Nosso objetivo é sermos uma sociedade livre, justa, solidária. A Constituição é de todos os brasileiros"*, afirmou ela.

Trata-se de momento histórico de materialização da conquista do movimento indígena que Ailton Krenak, um dos defensores dos direitos fundamentais dos povos originários, chamou de *"revoada de pássaros"*.

Nesse cenário de reconhecimento de direitos, a Constituição Cidadã em Nheengatu constitui instrumento significativo de preservação das culturas indígenas e de inclusão dos povos originários na igualdade substantiva preconizada como direito de todos os cidadãos. Ao suplantar as barreiras linguísticas, o documento promove o alcance da cidadania plena pelo conhecimento de direitos, instrumento essencial para o acesso à justiça.



Íntegra da Constituição em Nheengatu



19.7.2023 – Ministra Rosa Weber discursa no lançamento da primeira Constituição brasileira traduzida para língua indígena. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



19.7.2023 – Lançamento da primeira Constituição brasileira traduzida para língua indígena. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



19.7.2023 – A Ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, e a Presidente do STF, Rosa Weber. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Na Presidência da Suprema Corte, a Ministra Rosa Weber visitou aldeias, participou de eventos, recebeu diversas lideranças na sede do Tribunal e ouviu reivindicações dos povos indígenas quanto à proteção das terras. A seguir, algumas das agendas da Ministra envolvendo os povos indígenas:



15.9.2022 – Presidente Rosa Weber, no Salão Branco do STF, com representantes de seis etnias indígenas dos Estados do Maranhão, da Bahia, do Rio de Janeiro, de Mato Grosso do Sul, de São Paulo e de Minas Gerais, que pediram a retomada do julgamento que discute o marco temporal. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



27.1.2023 – Audiência com Sônia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas, e integrantes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).
Foto: Carlos Moura/SCO/STF



15.2.2023 – No Salão Branco do STF, a Ministra Rosa Weber com integrantes da Comissão Guarani Yvyrupa.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



15.3.2023 – Ministra Rosa Weber, no Salão Branco do STF, com representantes da Federação dos Povos e Organizações Indígenas do estado do Ceará. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



20.3.2023 – Ministra Rosa Weber, em Tabatinga (AM), no lançamento de cartazes que explicam o funcionamento das audiências de custódia e os direitos dos presos em quatro línguas indígenas – Tikuna, Marubo, Kanamari e Matis.
Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



18.4.2023 – Ministra Rosa Weber e Ministros Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes com o fotógrafo Sebastião Salgado na exposição "Povos Indígenas", no STF. Foto: Carlos Moura/SCO/STF



26.4.2023 – Ministra Rosa Weber recebe lideranças femininas indígenas, na sala de audiências da Presidência do STF.
Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



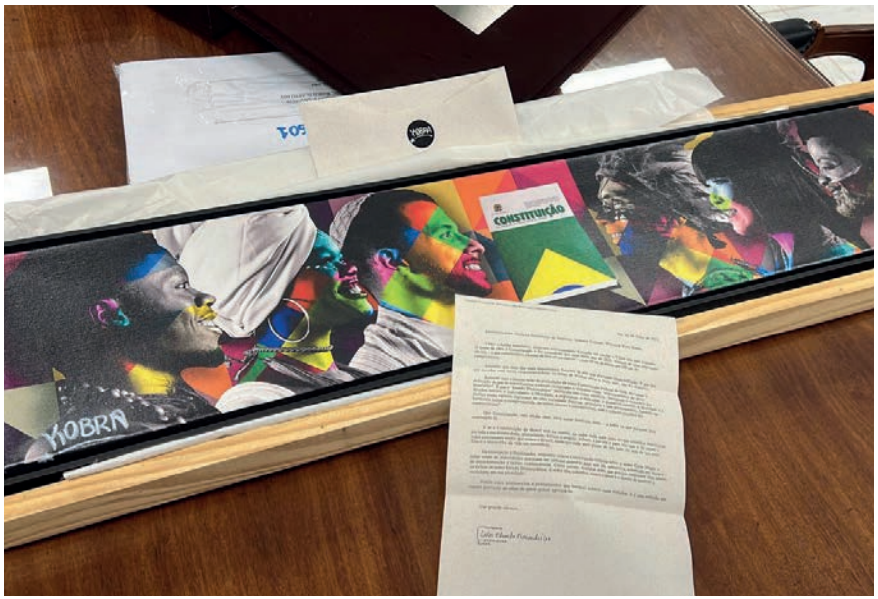
27.4.2023 – Ministra Rosa Weber recebe, no Salão Branco do STF, representantes do povo indígena Xikrin. Foto: Nelson Jr./SCO/STF



20.7.2023 – Visita da Presidente Rosa Weber à Aldeia Maturacá, do povo Yanomami, em São Gabriel da Cachoeira (AM).
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



21.7.2023 – Ministras Rosa Weber e Cármen Lúcia na Aldeia Maturacá, onde foram batizadas com nomes escolhidos pelos indígenas. A Ministra Rosa Weber foi chamada de Xororima Yanomami, nome que significa andorinha. Já a Ministra Cármen Lúcia foi chamada de Maiama Yanomami, que representa mulher guerreira.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



24.7.2023 – Ministra Rosa Weber foi presenteada com a obra denominada "Constituição", do artista plástico Eduardo Kobra, reconhecido internacionalmente por pinturas com forte enfoque social. A obra integrará o acervo artístico do Supremo, bem como ficará disponível para ser apreciada pelos visitantes do Tribunal. Foto: Kobra

5.2 Datas especiais

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Em 2022, a Constituição Federal completou 34 anos. Para celebrar a data, a Suprema Corte promoveu uma série de ações e eventos. Na sessão plenária especial no dia 5 de outubro, a Ministra Rosa Weber destacou, entre as inúmeras facetas da história constitucional, o processo participativo e plural que resultou na obra constituinte *"como prenúncio alvissareiro de uma nova era de liberdades e justiça social"*.



05.10.2022 - Ministra Presidente Rosa Weber e Ministros no lançamento do selo comemorativo dos 34 anos da CF. Foto: Carlos Moura/SCO/STF.

Como parte das celebrações, o Supremo lançou: versão digital da edição comemorativa da CF; selo personalizado e carimbo alusivos à data, em parceria com a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT); documentário *"34 anos da Constituição Federal – Garantia da Democracia Brasileira"*; uma série com frases de Ministras e Ministros divulgadas em telas espalhadas pela Corte e nas redes sociais; e uma exposição sobre a data.

91 ANOS DO VOTO FEMININO

> *"O déficit de representatividade feminina significa um déficit para a própria democracia brasileira. Não é uma busca apenas em benefício das mulheres, mas de todos, e se confunde, por isso mesmo, com o próprio fortalecimento da democracia."*
>
> 24.02.2023 - Manifestação da Presidente Rosa Weber pelo Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil, celebrado em 24 de fevereiro.

132 ANOS DO STF

> *"A história do Supremo Tribunal Federal é uma narrativa de resiliência, e essa resiliência é o melhor antídoto contra qualquer aventura antidemocrática."*
>
> 23.02.2023 - Manifestação da Presidente Rosa Weber pela instalação do STF, celebrado em 28 de fevereiro.

RUI BARBOSA: 100 ANOS DE SUA MORTE

No centenário de falecimento de Rui Barbosa, o Supremo prestou homenagem à trajetória do jurista, jornalista, advogado e escritor, falecido em 1923. Em sessão solene realizada no dia 1º de março, o Ministro Edson Fachin, em nome do STF, ressaltou que a nação deve ao jurista o fato de o Tribunal ter sido içado à plenitude de sua autêntica vocação constitucional. *"A concepção de Rui Barbosa moldou tanto a República quanto o Supremo como o conhecemos"*, disse.

Ainda em 1º de março, o projeto *"Diálogos com o Supremo"* recebeu o embaixador Carlos Henrique Cardim, professor da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto Rio Branco, para falar sobre Rui Barbosa. Cardim destacou que, por sua relevância, Rui virou um mito nacional e toca a todos brasileiros no inconsciente. Já a Ministra Rosa Weber, que conduzia o diálogo, lembrou que as ideias de Rui Barbosa muitas vezes foram inicialmente derrotadas no Supremo. Mas, com o tempo, seu ponto de vista foi sendo incorporado à doutrina da Corte. Ela lembrou que, ao noticiar a morte do jurista, a imprensa afirmou que o sol se apagou. *"Eu, particularmente, entendo que o sol não se apagou: ele segue fulgurante"*, afirmou.

O Senado Federal também registrou homenagens a Rui Barbosa. Ao participar de sessão solene na Casa legislativa, a Ministra Presidente destacou que Rui foi um homem de incontáveis talentos, brasileiro ímpar, patrono do Senado Nacional e dos advogados, tendo ainda relevância singular para história do STF. Ela registrou que o Supremo foi instalado sob a égide da primeira Constituição republicana, para a qual Rui contribuiu. *"Relembro que, instalada a República e promulgada a Constituição de 1891, foi determinante a atuação subsequente de Rui em memoráveis causas perante o Supremo"* expressou.



01.03.2023 - Presidente do STF, Ministra Rosa Weber, ao lado do Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, de parlamentares e de representantes da advocacia. Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Um encontro promovido na Suprema Corte para discutir o papel feminino atual e a garantia dos direitos sociais marcou as celebrações do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 2023. Sob o nome *"O Olhar Delas"*, o evento contou com a participação das Ministras Rosa Weber e Cármen Lúcia, da pesquisadora Margareth Dalcomo, da atriz e diretora de TV Regina Casé, além da estagiária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Alcineide Cordeiro, integrante do povo indígena Piratapuya.

"As mulheres são muito celebradas nas relações familiares e afetivas, mas são inviabilizadas e invisibilizadas nas relações de poder", disse a Presidente Rosa Weber. "*Mesmo quando nós, mulheres, logramos ocupar espaço institucional, maior é o esforço para sermos ouvidas em pé de igualdade com os homens*", completou. Ainda segundo ela, apesar das adversidades enfrentadas pelas mulheres na sociedade, é preciso seguir adiante. "*Devemos ter, no horizonte, a construção de uma democracia que, reconhecendo a existência de diferenças de gêneros, seja capaz de garantir a homens e mulheres a efetiva igualdade de direitos"*.



8.3.2023 – Ministra Cármen Lúcia, Presidente Rosa Weber e pesquisadora Margareth Dalcomo. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



8.3.2023 – Ministra Presidente Rosa Weber e participantes do evento *"O Olhar Delas"*.Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

BICENTENÁRIO DA 1ª ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Para celebrar os 200 anos da 1ª Assembleia Constituinte (1823), o Supremo realizou em maio de 2023 um seminário que contou com a presença dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, além do Ministro do STF Gilmar Mendes. Na ocasião, a Ministra Rosa Weber defendeu ser imperioso preservar a memória das instituições. *"Uma sociedade sem memória é uma sociedade sem imaginação e sem história"*, afirmou. O evento contou com painéis que reuniram historiadores e acadêmicos.



3.5.2023 – Seminário Bicentenário da 1ª Assembleia Constituinte 1823. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF

DIA DO MEIO AMBIENTE

A Presidente Rosa Weber e os Ministros Luís Roberto Barroso, Edson Fachin e André Mendonça se reuniram para, em um ato simbólico, plantar árvores no Bosque dos Ministros, em frente ao prédio anexo do Tribunal. O gesto ocorreu na semana em que se celebra o Dia do Meio Ambiente.



7.6.2023 – Presidente Rosa Weber planta muda de árvore no Bosque dos Ministros.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

DIA NACIONAL DA LIBERDADE DE IMPRENSA

"A liberdade de imprensa, nunca é demais repetir, constitui pressuposto basilar da ordem democrática, e o jornalismo independente, livre e profissional é o maior e o melhor aliado no combate à desinformação, ao discurso de ódio e à intolerância."

07.6.2023 - Manifestação da Presidente Rosa Weber no Dia Nacional da Liberdade de Imprensa.

5.3 Agenda internacional

BRICS

Um dos primeiros compromissos internacionais da Ministra Rosa Weber como Presidente da Suprema Corte foi a participação, de forma virtual, no Fórum de Justiça do BRICS (bloco de países composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). O evento foi organizado pelo Supremo Tribunal Popular da China, na cidade de Haikou, capital da província de Hainan.

Em sua participação, a Ministra Rosa Weber defendeu as urnas eletrônicas utilizadas no Brasil e afirmou que elas conferem confiança e velocidade à votação, garantindo a divulgação do resultado no mesmo dia. Segundo ela, a iniciativa brasileira é um feito singular que *"apresenta melhor performance quando comparado com quaisquer outros métodos, e cuja credibilidade e legitimidade são evidenciadas pela inexistência de demonstração efetiva de falhas no sistema ao longo dos quase trinta anos de sua aplicação"*.



21.9.2023 – Presidente Rosa Weber no Fórum de Justiça do BRICS. Imagem: Print de tela.

PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Em maio de 2023, o Supremo sediou o Seminário Intermédio da Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa (CJCPLP). Representantes dos sete países lusófonos, incluindo o Brasil, abordaram aspectos específicos das respectivas Constituições nacionais e a vinculação delas com preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Em seu pronunciamento, a Ministra Presidente destacou os laços fraternos que aproximam nações de Língua Portuguesa desde a origem. *"São tesouros de uma pródiga herança que, repartidas entre* as nações aqui representadas, serve de lastro para o reconhecimento de nossa identidade comum". Independentemente das distâncias geográficas, Rosa Weber ressaltou que momentos como esse servem não só para fomentar e enaltecer o vínculo entre essas nações, mas também para compartilhar experiências e formas de atuação na jurisdição constitucional. Acrescentou que é uma forma de proporcionar o estudo de soluções aplicáveis aos problemas jurídicos atuais.



16.5.2023 – Abertura do Seminário Intermédio da Conferência das Jurisdições Constitucionais dos Países de Língua Portuguesa. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



15.5.2023 – Ministra Rosa Weber e Ministro Luís Roberto Barroso recebem as delegações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

FINLÂNDIA



1º.6.2023 – Presidente do STF, Ministra Rosa Weber, e Presidente da Finlândia, Sauli Niinistö. Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



1º.6.2023 – Secretário-Geral da Presidência, Estêvão Waterloo, e o Diretor-Geral, Miguel Piazzi, conduzem o Presidente da Finlândia até o Salão Nobre da Corte. Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF

Em visita oficial ao Brasil no mês de junho, o Presidente da Finlândia, Sauli Niinistö, foi recebido pela Presidente do Supremo, Ministra Rosa Weber, na sede do Tribunal. Na conversa, trataram dos ataques de 8 de janeiro, das competências das Cortes constitucionais e da importância de programas de combate à desinformação.

Participaram também do encontro os Ministros Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux. A comitiva finlandesa foi recebida no Salão Nobre do STF, uma das salas que haviam sido completamente destruídas na invasão criminosa. A Presidente enfatizou que, apesar dos ataques, a democracia brasileira permanece inabalada. *"Saímos fortalecidos no nosso Estado Democrático de Direito"*, disse.

ARGENTINA

O Presidente da Argentina, Alberto Fernández, foi recebido no dia 26 de junho de 2023 pela Presidente da Suprema Corte, Ministra Rosa Weber. Estavam presentes também os Ministros Edson Fachin e Alexandre de Moraes e o Procurador-Geral da República, Augusto Aras. No encontro, Rosa Weber descreveu o estado em que ficou o edifício-sede do STF após os atos antidemocráticos de 8 de janeiro. Fernández disse que os atos de vandalismo tiveram efeito contrário ao pretendido pelos participantes e idealizadores. A Ministra concordou. *"A democracia necessita de um Judiciário forte e independente"*, afirmou.



26.6.2023 – O Presidente da Argentina, Alberto Fernández, assina o Livro de Honra do STF. Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



26.6.2023 – O Presidente da Argentina, Alberto Fernández, é recebido no Salão Nobre do STF. Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF

QUÊNIA



9.8.2023 – Ministra Presidente Rosa Weber, Ministros da Corte e delegação de Ministros da Suprema Corte do Quênia.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

A Presidente Rosa Weber e os Ministros da Corte Luís Roberto Barroso, Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Cristiano Zanin receberam a delegação de cinco ministros da Suprema Corte do Quênia. Eles conversaram sobre o funcionamento e a estrutura dos tribunais e trocaram experiências sobre a atuação das cortes constitucionais.

A delegação do Quênia foi composta pela Ministra Martha Karambu Koome, Chefe de Justiça e Presidente da Suprema Corte do país, pela Vice-Presidente Philomena Mbete Mwilu e mais três Ministros. A Corte é composta por sete Ministros, dos quais três são mulheres.

A Ministra Rosa Weber entregou à Presidente da Corte Queniana um exemplar da Constituição em inglês e recebeu de presente uma estátua, que fará parte do acervo de obras do Supremo Brasileiro.

5.4 Agenda institucional

A gestão da Ministra Rosa Weber manteve constante interlocução com integrantes dos três Poderes da República – Legislativo, Executivo e Judiciário –, além de representantes da sociedade científica, da sociedade civil, do corpo diplomático e de entidades de classe representativas das mais diversas categorias profissionais.

Representando a Suprema Corte, a Presidente Rosa Weber também esteve presente em eventos e agendas externas para estabelecer o diálogo com as instituições que se relacionam com Tribunal e que buscam soluções conjuntas para temas de interesse da nação.



21.9.2022 – Integrantes da Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva entregam à Ministra Presidente Rosa Weber a publicação *"Pela Inclusão"*. Foto: Nelson Jr./SCO/STF



23.9.2022 – Ministra Presidente Rosa Weber e os Ministros do TST Lelio Bentes e Aloysio Corrêa da Veiga. Foto: Carlos Moura/SCO/STF.



29.9.2022 – Ministra Presidente Rosa Weber participou, ao lado do Presidente do TSE, Ministro Alexandre de Moraes, da abertura do programa de observadores e convidados internacionais para as eleições gerais de 2022, promovido pela Corte eleitoral.
Foto: Rosinei Coutinho /SCO/STF



29.9.2022 – Ministra Presidente Rosa Weber recebeu em audiência autoridades eleitorais do Brasil, de Costa Rica, do Equador, de Honduras, do Paraguai e da Associação das Magistradas Eleitorais das Américas, para troca de impressões sobre o processo eleitoral do Brasil e de outros países.
Foto: Carlos Moura /SCO/STF



2.10.2022 – Presidente do STF, Ministra Rosa Weber, Presidente do TSE, Alexandre de Moraes, Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, Ministra Cármen Lúcia, e Presidente da OAB, Beto Simonetti, em entrevista coletiva no TSE após o primeiro turno das Eleições 2022. Foto: Antonio Augusto/Secom/TSE



6.10.2022 – A Ministra Presidente Rosa Weber e o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Bruno Dantas.
Foto: Rosinei Coutinho /SCO/STF



6.10.2022 – A Ministra Presidente Rosa Weber e o Ministro do TST Guilherme Caputo Bastos. Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



19.10.2022 – A Ministra Presidente Rosa Weber e integrantes da assessoria jurídica do gabinete do Comandante do Exército.
Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



19.10.2022 – A Ministra Presidente Rosa Weber e integrantes da Comissão Anamatra Mulheres. Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



19.10.2022 – A Ministra Presidente Rosa Weber e Ministros do STF no lançamento do livro *"A defesa da Constituição e do Estado de Direito: homenagem aos 20 anos do Ministro Gilmar Mendes no STF"*. Foto: Fellipe Sampaio SCO/STF



25.10.2022 – Presidente Rosa Weber e o Presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Gilberto Porcello Petry.
Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



25.10.2022 – Presidente Rosa Weber e representantes do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



30.10.2022 – Presidente Rosa Weber durante entrevista coletiva, no TSE, após segundo turno das Eleições 2022.
Foto: LR Moreira/Secom/TSE



04.11.2022 – Ministra Rosa Weber, Ministra Cármen Lúcia e Ministro Edson Fachin com o Arcebispo de Brasília, Dom Paulo Cezar Costa. Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



9.11.2022 – A Presidente do STF, Ministra Rosa Weber, recebeu – ao lado dos Ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Nunes Marques e André Mendonça – o Presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Vice-Presidente, Geraldo Alckmin.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF



10.11.2022 – Ministra Presidente Rosa Weber, Ministra Cármen Lúcia e Ministros Edson Fachin e Alexandre de Moraes com alunos da Universidade Federal Fluminense, da PUC-MG e do Centro Universitário Uni LS.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF



10.11.2022 – Presidente Rosa Weber com dirigentes da Associação Nacional da Advocacia Criminal.
Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



16.11.2022 – Presidente Rosa Weber no lançamento do livro *"A Propriedade Intelectual do Software"*, de autoria do chefe da Assessoria de Inteligência Artificial do STF, Rodrigo Canalli.
Foto: Nelson Jr./SCO/STF



21.11.2022 – Presidente Rosa Weber participa do 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



23.11.2022 – Presidente Rosa Weber com dirigentes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



30.11.2022 – Presidente Rosa Weber e Ministros do STF no lançamento da obra *"Controle Concentrado de Constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal"*. Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



07.12.2022 – Presidente Rosa Weber na cerimônia de premiação do 19º Prêmio Innovare. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



12.12.2022 – Presidente Rosa Weber recebeu 15 governadores – alguns em fim de mandato e outros eleitos – ocasião em que trataram do julgamento de ações envolvendo o Diferencial de Alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (Difal/ICMS).
Foto: Nelson Jr./SCO/STF



12.12.2022 – Presidente Rosa Weber na sessão solene, no Tribunal Superior Eleitoral, de diplomação do Presidente e do Vice-Presidente da República eleitos.
Foto: Antonio Augusto/Secom/TSE



12.12.2022 – Presidente Rosa Weber e a Deputada Carmen Zanotto. Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



21.12.2022 – Presidente Rosa Weber com integrantes da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe). Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



1º.01.2023 – Presidente Rosa Weber e Ministros, no Palácio do Planalto, na cerimônia de posse do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Foto: Carlos Moura/SCO/STF.



04.01.2023 – Presidente Rosa Weber e o Advogado-Geral da União, Jorge Messias. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



17.1.2023 – Ministra Rosa Weber com o interventor federal na segurança do DF, Ricardo Cappelli. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



18.1.2023 – Ministra Rosa Weber e Ignacio Ybáñez, embaixador da União Europeia no Brasil. Foto: Carlos Moura/SCO/STF



18.1.2023 – Ministra Rosa Weber com representantes das centrais sindicais. Foto: Carlos Moura/SCO/STF



18.1.2023 – Presidente Rosa Weber e o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF



27.1.2023 – Ministra Rosa Weber e Seán Hoy, embaixador da Irlanda.
Foto: Carlos Moura/SCO/STF



27.1.2023 – Presidente Rosa Weber e o Ministro Silvio Almeida, dos Direitos Humanos e Cidadania. Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



3.2.2023 – Ministra Rosa Weber e o Comandante do Exército, General Tomás Paiva. Foto: Carlos Moura/SCO/STF



9.2.2023 – Rosa Weber e a Jornalista Katia Brembatti, Presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



9.2.2023 – Presidente Rosa Weber e Presidente do Superior Tribunal Militar, Tenente-Brigadeiro do Ar Francisco Joseli Parente Camelo.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



16.2.2023 – Presidente Rosa Weber recebe Jan Jarab, representante regional do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), e Silva Rucks, Coordenadora residente do Sistema ONU Brasil. Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



27.2.2023 – Ministra Rosa Weber e a Pró-Reitora/Extensão/UECE, Lana Nascimento. Foto: Nelson Jr./SCO/STF



8.3.2023 – Ministra Rosa Weber recebe Manifesto pela Liberdade de Pessoas LGBTI+. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



15.3.2023 – Ministra Rosa Weber e estudantes do Instituto Luiz Mário Moutinho. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



22.3.2023 – Ministra Rosa Weber e representantes da Associação de Juízes do Rio Grande do Sul (AJURIS). Foto: Nelson Jr./SCO/STF



18.4.2023 – Presidente Rosa Weber participa, no Palácio do Planalto, de reunião sobre segurança nas escolas. Foto: Ricardo Stuckert/PR



5.5.2023 – Ministra Rosa Weber com desembargadores do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). Foto: Nelson Jr./SCO/STF



10.5.2023 – Presidente Rosa Weber discursa no lançamento do Anuário da Justiça. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



15.5.2023 – Presidente do STF participa de encontro do Judiciário no Tribunal Regional Federal da 4ª Região e da inauguração das novas instalações do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Foto: TRT4



17.5.2023 – Presidente Rosa Weber com o grupo Hip-Hop Construção Nacional. Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



18.5.2023 – Presidente Rosa Weber e dirigentes da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).
Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



19.5.2023 – Presidente Rosa Weber e Ministro Alexandre de Moraes visitam o Tribunal de Justiça de São Paulo. Foto: Comunicação Social TJSP



24.5.2023 – Presidente Rosa Weber com representantes da bancada feminina da Câmara dos Deputados. Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



30.5.2023 – Presidente Rosa Weber na solenidade de posse dos novos Ministros do TSE, André Ramos Tavares e Floriano Tavares Marques.
Foto: Antonio Augusto/Secom/TSE



31.5.2023 – Presidente Rosa Weber com Raquel Dodge, Subprocuradora-Geral da República, e Manoel Murrieta, Presidente da Conamp.
Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



31.5.2023 – Presidente Rosa Weber e Desembargadora Laís Nicotti.
Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



31.5.2023 – Presidente Rosa Weber, Giovanni Forneck Flores e Evandro Krebs, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente de Relações Institucionais da Associação dos Peritos na Justiça do Trabalho da 4ª Região (APEJUST). Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



31.5.2023 – Presidente Rosa Weber no lançamento de livro sobre constitucionalismo feminista. Foto: Nelson Jr./SCO/STF



1º.6.2023 – Presidente Rosa Weber e Vice-Presidente Luís Roberto Barroso em reunião com Presidentes de tribunais de segunda instância.
Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



14.6.2023 – Presidente Rosa Weber com estudantes no Salão Branco. Foto: Nelson Jr./SCO/STF



15.6.2023 – Presidente Rosa Weber com dirigentes da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe). Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



26.6.2023 – Presidente Rosa Weber com a Ministra das Relações Exteriores do Canadá, Mélanie Joly. Foto: Nelson Jr./SCO/STF



02.6.2023 – Presidente Rosa Weber e parlamentares.
Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



26.7.2023 – Presidente Rosa Weber em visita à Comunidade Quilombola Quingoma, no município de Lauro de Freitas (BA).
Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



17.7.2023 – Ministra Rosa Weber e representantes de entidades em defesa da Justiça do Trabalho. Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



28.7.2023 – Presidente Rosa Weber em cerimônia no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo. Estavam presentes o Governador Tarcísio de Freitas, o Ministro Alexandre de Moraes e o artista Eduardo Kobra.
Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



02.8.2023 – Presidente Rosa Weber recebe integrantes da ONG Estou Refugiado. Foto: Carlos Moura/SCO/STF



23.8.2023 – Ministra Rosa Weber recebe Ivo Herzog e Rogério Sottili, do Instituto Vladimir Herzog. Foto: Nelson Jr./SCO/STF



25.8.2023 – Ministra Rosa Weber entregou ao Presidente da Biblioteca Nacional, Marco Lucchesi, exemplar da Constituição traduzida para o Nheengatu para compor o acervo da instituição.
Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil



25.8.2023 – Presidente Rosa Weber e Vice-Presidente Luís Roberto Barroso em visita ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.
Foto: Felipe Cavalcanti/TJRJ



31.8.2023 – Presidente Rosa Weber na aposição do quadro de Luiz Orlando Carneiro no Comitê de Imprensa da Corte. Luiz Orlando, um dos mais renomados jornalistas que já cobriu o Judiciário brasileiro, faleceu em janeiro de 2023, aos 84 anos.
Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF.

5.5 Ministros de hoje, de ontem e de sempre

Ministro Celso de Mello – Na data em que o Ministro Celso de Mello completou dois anos de aposentadoria, em 13 de outubro de 2022, o Plenário recordou a importância de seu legado para a Corte. Na ocasião, a Presidente Rosa Weber destacou alguns ensinamentos do Ministro, com ênfase no respeito à Constituição Federal e às leis, a independência do Judiciário e a repulsa aos resíduos de autoritarismo ainda presentes atualmente.



13.10.2022 – Plenário homenageia o Ministro aposentado Celso de Mello. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Ministras do STF – O Tribunal inaugurou uma área em homenagem às Ministras que atuaram na Corte. O espaço conta com os retratos da Presidente do STF, Ministra Rosa Weber, da Ministra Cármen Lúcia e da Ministra aposentada Ellen Gracie, informando as datas de suas respectivas posses no STF. As três Ministras são as únicas mulheres a integrarem a Corte desde a sua fundação, há 132 anos.

Gravada abaixo das fotografias das Ministras está a frase do Ministro aposentado Celso de Mello: *"Por uma comunidade inclusiva, onde não haja discriminação de gênero e na qual a igualdade, a liberdade e o respeito pela condição feminina não se transformem em palavras vãs"*.



08.03.2023 – Espaço inaugurado no Museu do STF dedicado às Ministras da Corte. Foto: Nelson Jr/SCO/STF

Galerias de Presidentes – O Tribunal realizou a solenidade de aposição das fotografias da Ministra Cármen Lúcia e dos Ministros Dias Toffoli e Luiz Fux na galeria de Presidentes da Corte. A Ministra Rosa Weber destacou o simbolismo do ato para manter viva a história do Tribunal que reforça a permanência da instituição ao longo de 194 anos (62 no Império e 132 na República).



22.03.2023 – Aposição de fotos na galeria de Presidentes do STF. Foto: Nelson Jr./SCO/STF

Ministro Ricardo Lewandowski – Após 33 anos de magistratura, o Ministro Ricardo Lewandowski, anunciou, em 30 de março, sua aposentadoria a partir do dia 11 de abril.



30.03.2023 – Ministro Ricardo Lewandowski participa de sua última sessão plenária no STF. Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF

Ministro Sepúlveda Pertence – No dia 2 de julho de 2023 faleceu em Brasília o Ministro aposentado Sepúlveda Pertence. Ele integrou o STF no período compreendido entre 1989 e 2007 e presidiu a Corte entre 1995 e 1997. O velório aconteceu no Salão Branco do Tribunal e reuniu Ministros atuais e aposentados, familiares, amigos, autoridades dos três Poderes da República e comunidade jurídica.



03.7.2023 – Velório do Ministro aposentado Sepúlveda Pertence no Salão Branco da Corte. Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

Ministro Cristiano Zanin – Em sessão solene, Cristiano Zanin tomou posse como Ministro do Supremo Tribunal Federal. A cerimônia foi realizada no Plenário da Corte, com a presença de autoridades da República, convidados e familiares.



3.8.2023 – Composição da Corte com a posse do Ministro Cristiano Zanin. Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF

Museu Ministro Sepúlveda Pertence – O Supremo Tribunal Federal realizou cerimônia para atribuir o nome do Ministro Sepúlveda Pertence ao Museu da Corte. A Ministra Rosa Weber destacou que o homenageado atuou com excelência no Tribunal por inúmeros anos e foi um ser humano ímpar, jurista emérito e um democrata corajoso de cultura jurídica e talento diferenciados.



16.8.2023 – Cerimônia de inauguração do Museu Ministro Sepúlveda Pertence que contou com a presença de integrantes do STF, familiares e amigos do homenageado. Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF

5.6 Homenagens

O trabalho da Ministra Rosa Weber à frente do STF e do CNJ foi reconhecido por diversos setores da sociedade. A defesa dos direitos das mulheres e da democracia, além da atuação após os atos anti-democráticos de 8 de janeiro, foram alguns dos fatos que motivaram as homenagens à Ministra.



16.03.2023 – Presidente Rosa Weber foi uma das quatro mulheres homenageadas no projeto *"Gente que Inspira"*, do Tribunal Superior do Trabalho. Além da Ministra, foram agraciadas a Ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, a Presidente de honra da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Creuza Maria de Oliveira, e a Desembargadora aposentada da Justiça do Trabalho Anna Acker. O Presidente do TST, Lelio Bentes, entregou a homenagem. Foto: Fellipe Sampaio/TST



08.03.2023 – Ministra Rosa Weber recebe das mãos do Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, o Diploma Bertha Lutz concedido a personalidades que se destacaram na luta pelos direitos da mulher e em questões de gênero. Foto: Rosinei Coutinho/SCO/STF



21.03.2023 – Ministra Rosa Weber recebeu a maior honraria do Poder Judiciário do Acre, a Ordem do Mérito Judiciário, no grau Grã-cruz. Foto: Elisson Magalhães/TJAC



20.03.2023 – No Amazonas, Rosa Weber recebeu a *"Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Estado do Amazonas"*, do Tribunal de Justiça, e a *"Medalha do Mérito Acadêmico"* outorgada pela Escola Superior da Magistratura do Amazonas.
Foto: Chico Batata/TJAM



12.5.2023 – Presidente Rosa Weber foi agraciada com a Medalha Moysés Vianna do Mérito Eleitoral, destinada a personalidades que se destacaram em matéria de Direito Eleitoral ou no aperfeiçoamento da Justiça Eleitoral. Foto: TRE/PA



10.7.2023 – Presidente Rosa Weber recebeu do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Lelio Bentes, a comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (OMJT), concedida anualmente pelo TST. Ela foi condecorada no grau Grão-Colar, o mais elevado da ordem, reservado às autoridades máximas dos Três Poderes da República, aos chefes de Estados estrangeiros e ao grão-mestre da Ordem.
Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



14.7.2023 – Por sua atuação em defesa da democracia, a Ministra Rosa Weber foi homenageada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) durante o Seminário e Encontro Nacional da Associação de Advogados e Advogadas pela Democracia, Justiça e Cidadania (ADJC).
Foto: Nelson Jr./SCO/STF



26.7.2023 – Ministra Rosa Weber recebe do Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Desembargador Nilson Soares Castelo, a medalha Ruy Barbosa. Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF



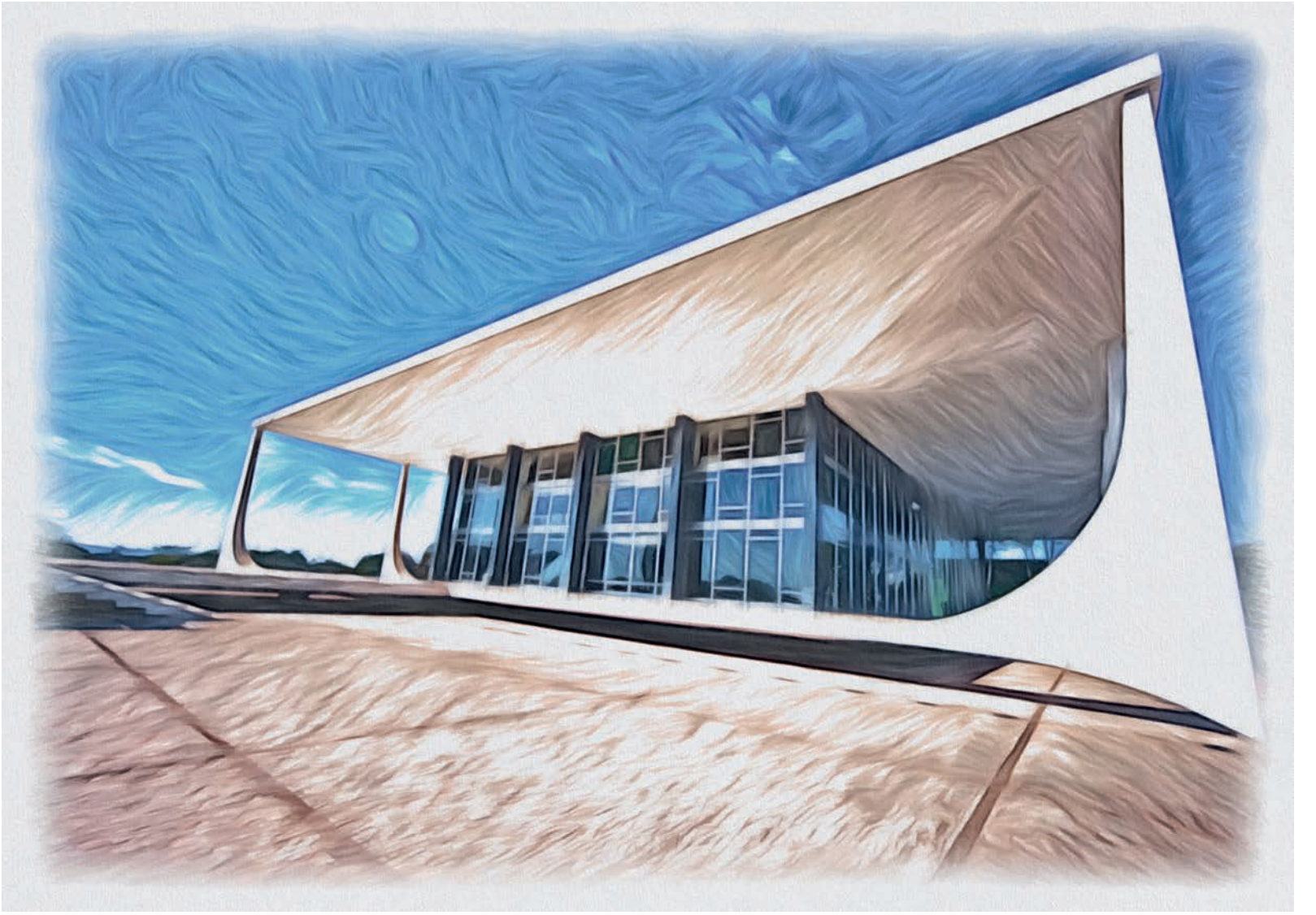
27.7.2023 – Presidente Rosa Weber recebe o Colar do Mérito Judiciário no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG).
Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



28.7.2023 – No Palácio do Governo, em São Paulo, a Presidente Rosa Weber foi homenageada pelo governador Tarcísio de Freitas com a medalha Ordem do Ipiranga, na categoria Grã-Cruz, a mais alta honraria concedida pelo estado. Foto: Fellipe Sampaio /SCO/STF



5.8.2023 – Presidente Rosa Weber; Ministros do STF Luís Roberto Barroso e Cármen Lúcia; o Ministro do TST e Conselheiro do CNJ, Luiz Philippe Vieira de Mello, receberam medalhas Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça do Pará. A maior comenda do Judiciário paraense foi entregue pela Presidente da Corte, Desembargadora Nazaré Gouveia. Foto: Ana Araújo/Ag. CNJ



“Governança e gestão”

6

“A gestão da Suprema Corte é sempre desafiadora, o que se agrava diante do conturbado momento vivido pela sociedade brasileira e pelo próprio STF, razão pela qual a gestão, atenta à defesa da Constituição e o Estado Democrático, não economizará esforços no desempenho do inalienável e precípuo dever de guarda da Lei Fundamental Brasileira (art. 102, Constituição Federal de 1988).”

Mensagem da Ministra Presidente no Plano Estratégico da Gestão 2022-2023.

6.1 Planejamento Estratégico

No Plano Estratégico da Gestão 2022-2023 (PEG-STF), a Presidência definiu como Norte da Gestão a *"Proteção jurisdicional da Constituição e da integridade do regime democrático"*, estabelecendo 5 objetivos e 7 metas estratégicas.

Os objetivos estão alinhados aos temas do Plano Estratégico 2021-2025: Prestação jurisdicional, Agenda ONU 2030, Serviços prestados aos cidadãos e aos jurisdicionados, Governança e gestão organizacional e Transformação Digital.



O PEG-STF 2022-2023 pode ser acessado neste *link*.

FIGURA 1 – NORTE, OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E METAS DA GESTÃO

Proteção jurisdicional da Constituição e da integridade do Regime Democrático						
OE1: Otimizar o processo decisório		**OE2: Aprimorar os serviços prestados aos cidadãos e aos jurisdicionados**		**OE3: Ampliar a integração da Agenda ONU 2030 ao STF**	**OE4: Aprimorar a governança e a gestão organizacional**	**OE5: Ampliar o uso de ferramentas de IA**
Disponibilizar novo Plenário Virtual da Repercussão Geral no STF Digital	Ampliar, de 7 para 11, o número de gabinetes de ministros que executam o fluxo de decisão monocrática no STF Digital	Disponibilizar pesquisa única para o DJe	Tornar as demandas tratadas por meio do canal "Fale com o STF", no portal do STF, 100% aderentes à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	Concretizar 70% das ações para ampliar a integração da Agenda ONU 2030 no STF	Alcançar 70% das entregas relativas ao programa "Aprimorar o Sistema de Governança e Gestão Organizacional do STF"	Disponibilizar pelo menos uma nova ferramenta de IA no STF

Para o alcance dos objetivos estabelecidos e atrelados às metas, foram priorizados projetos estratégicos que visaram impulsionar o crescimento, melhorar a eficiência, responder a desafios específicos ou criar mudanças significativas que afetem positivamente a organização como um todo.

Até setembro de 2023, o PEG-STF 2022-2023 apresentou os seguintes resultados por indicador estratégico:

TABELA 3: RESULTADOS PARCIAIS DOS INDICADORES DO PEG-STF 2022-2023 ATÉ SETEMBRO DE 2023.

Indicador	Sigla	O que mede	Meta	Resultado
Índice de execução de nova solução para a repercussão geral na plataforma unificada do STF-Digital	IEPV-RG	Verifica o percentual de execução do projeto Novo Plenário da RG.	Disponibilizar o novo Plenário Virtual da Repercussão Geral no STF Digital.	100% da meta
Observação **Projeto Estratégico: Novo Sistema de Sessões de Julgamento do STF.** Inicialmente o projeto visava desenvolver um sistema apenas para a repercussão geral, mas, durante a execução, foi constatado que seria mais benéfico, de maior abrangência e mais interessante para o Tribunal criar um sistema para todas as sessões de julgamento do STF. Aliado a isso, os gabinetes trabalharam com dois sistemas, um deles muito antigo e com problemas de segurança e de estabilidade, o que gerava retrabalho. Foi verificada também a necessidade de automação nas tarefas de pós-julgamento relacionadas aos sistemas legados. Percebeu-se, então, a importância de unificar os sistemas e de concluir a implantação do STF digital, que teve seu desenvolvimento iniciado em 2015. Devido às questões de segurança envolvidas, a Administração optou por desenvolver um novo sistema de julgamento colegiado que atendesse também aos plenários virtuais e aos julgamentos em lista. Com as etapas redefinidas do projeto, em setembro/2023, o progresso atingiu 100% com a realização da primeira sessão do plenário virtual iniciada em 25.08.2023 e concluída em 01.09.2023.				
Índice de Gabinetes que produzem decisões monocráticas por meio do STF Digital	IGDM	Verifica o percentual de Gabinetes que produzem decisões monocráticas por meio do STF Digital.	Ampliar, de 7 para 11, o número de gabinetes de ministros que executam o fluxo de decisão monocrática no STF Digital.	100% da meta alcançada
Observação **Projeto Estratégico: Gabinetes STF Digital.** A meta estratégica consiste em estender o uso do STF digital para todos os gabinetes, pois a ferramenta agora está plenamente integrada. Foram realizadas reuniões com cada um dos 11 gabinetes para coletar demandas consideradas na elaboração do sistema. Além disso, foram oferecidos treinamentos para capacitar todos os gabinetes no uso do sistema durante os meses de outubro/2022 a julho/2023.				
Índice de execução de solução de pesquisa única para o DJe	IEPU-DJ	Verifica o percentual de execução do projeto Pesquisa Única para o DJe.	Disponibilizar pesquisa única para o DJe.	100% da meta alcançada
Observação **Projeto Estratégico: Pesquisa Unificada no DJe.** O projeto tinha como objetivo disponibilizar ferramenta única de consulta. O novo DJe permite visualizar publicações da ferramenta antiga (.pdf). Até o final do ano passado, o STF contava com dois diários eletrônicos, o que exigia que os cidadãos e jurisdicionados acessassem diferentes sistemas e realizassem pesquisas de maneiras distintas entre eles. Para facilitar a visualização das publicações oficiais do STF, foi realizado um trabalho de unificação do diário judicial eletrônico. Como resultado, os usuários agora podem acessar os diários por meio de uma plataforma única, que oferece uma variedade de filtros. Isso elimina a necessidade de conhecer, por exemplo, a data aproximada do julgamento ou o relator do processo.				

Indicador	Sigla	O que mede	Meta	Resultado
Índice de Adequação do "Fale com o STF" à LGPD	IA-LGPD	Mede o percentual de evolução do projeto relacionado à implementação do processo institucional de gestão de privacidade de dados pessoais em quatro formulários disponíveis no "Fale com o STF", no portal do STF.	Tornar as demandas tratadas por meio do canal "Fale com o STF", no portal do STF, 100% aderentes à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).	90% da meta alcançada (tendência de alcance) *
Observação **Projeto Estratégico: Adequação do canal "Fale com o STF" à LGPD.** Até setembro/2023, foram finalizados o inventário de dados em todas as unidades do Tribunal e o procedimento de solicitação do titular do dado. A metodologia de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o relatório de impacto à proteção de dados (RIPD) estão em fase final de elaboração. O avanço corresponde a 90% de execução do projeto.				
Taxa de ações executadas em relação à Agenda ONU 2030	TE-ONU2030	Mede o percentual de ações previstas concretizadas, conforme os critérios definidos para as entregas previstas na Resolução STF 710/2020.	Concretizar 70% das ações para ampliar a integração da Agenda ONU 2030 no STF.	100% da meta alcançada
Observação **Projeto Estratégico: Agenda 2030 da ONU - Ciclo 2023.** A atuação do Grupo de Trabalho é mensurada por meio de indicador composto por sete critérios, que refletem as entregas realizadas no ciclo. Em 2023, foram executadas inúmeras ações já mencionadas em capítulos anteriores deste relatório. Vale destacar a finalização, em agosto/2023, da classificação de ADPF's, ADC's, ADO's e RG's em tramitação. Em setembro, encontrava-se em andamento apenas a pesquisa sobre conhecimento da Agenda 2030 e a reunião do Grupo de Trabalho prevista para 19.09.2023, que permitirão avançar para 97% a concretização das ações do projeto.				
Índice de Entregas para Aprimorar o Sistema de Governança e Gestão Organizacional	ISGG	As entregas concretizadas em relação às planejadas, no ciclo da gestão, no âmbito do Programa Estratégico Aprimoramento do Sistema de Governança e Gestão organizacional do STF.	Alcançar 70% das entregas relativas ao programa "Aprimorar o Sistema de Governança e Gestão Organizacional do STF" no ciclo da gestão.	50% da meta alcançada (57% executado até setembro) **
Observação **Programa Estratégico: Aprimorar o Sistema de Governança Organizacional no STF - Ciclo 2023, composto por 8 projetos estratégicos.** As unidades apresentaram planos de ações referentes às melhorias que o STF deverá implementar para alcançar boas práticas de governança. Foram adotadas cinco áreas temáticas que têm a atuação de sete unidades do Tribunal: Liderança, Controle e Estratégia (AGC, AUDI, ASI e SGE), Pessoas (SGP), Segurança e Tecnologia da Informação (ASI e STI), Contratações (SOC) e Orçamento (SOC).				

Indicador	Sigla	O que mede	Meta	Resultado
Índice de Execução do Projeto de Ferramenta de IA	IEIA	Verifica o percentual de desenvolvimento do projeto que terá como escopo a entrega de nova ferramenta para racionalizar a atividade de admissibilidade recursal e de identificação de novos temas para a RG.	Disponibilizar pelo menos uma nova ferramenta de IA com potencial de melhorar a eficiência da prestação jurisdicional.	100% da meta alcançada
Observação **Projeto Estratégico: VitórIA.** Tem como objetivo auxiliar os trabalhos da atividade-fim do Tribunal, eliminando tarefas repetitivas e proporcionando maior celeridade ao processo jurisdicional. Foi projetada para agrupar processos por similaridade de forma rápida e automatizada. Além disso, a ferramenta permite identificar novas ondas de litigiosidade, potenciais temas de repercussão geral e tratar processos semelhantes de maneira consistente. Sua utilização dentro do STF Digital foi formalizada pela Resolução 800/2023, assinada pela Ministra Presidente Rosa Weber. A VitórIA já está sendo utilizada pela SPR e pela ARE. Em junho de 2023, a ferramenta foi disponibilizada para testes ao gabinete do Ministro André Mendonça.				

* Com a conclusão do Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD) prevista para o dia 30.09.2023, a meta chegará a 100%.

** Desde 2021, o programa vem sendo priorizado como estratégico no Tribunal, com o intuito de induzir a implementação de boas práticas de governança e gestão organizacional e de elevar o Índice Integrado de Governança e Gestão (IGG) do STF, melhorando o desempenho na prestação dos serviços públicos à sociedade.

A implementação do programa no ciclo 2022-2023 contou com a **participação de 7 unidades em 8 projetos** e **enfrentou desafios** tais como: a necessidade de adaptação aos contextos de cada unidade; os ataques do dia 8 de janeiro, que alteraram as prioridades das unidades envolvidas; as alterações de estrutura e de gestores ao longo da gestão; a necessidade de alinhamento em relação ao questionário do TCU; e o prazo exíguo de 1 ano do ciclo de gestão.

Com efeito, foi necessário realizar replanejamentos, cancelamentos e encerramentos de entregas não concluídas dos projetos, que foram formalizados em processo eletrônico administrativo (SEI), com as devidas justificativas, por parte das unidades responsáveis.

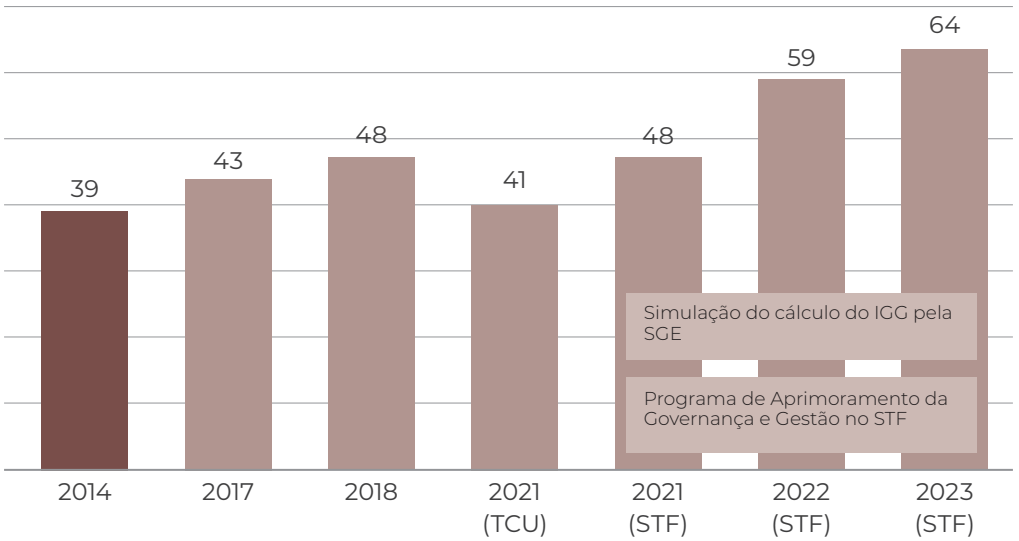
Apesar disso, houve significativo progresso nos projetos e avanço nas entregas planejadas para o ano de 2023, **resultando no alcance de 50% da meta definida, até setembro**. Cabe destacar

que os resultados do programa poderão sofrer modificações à medida que as demais entregas e suas respectivas tarefas sejam concluídas até o fim do ciclo de gestão 2022-2023.

Com relação à evolução do Índice de Governança e Gestão - IGG no STF medido pelo TCU, é possível constatar que, **desde 2014, o incremento do índice ocorre de forma gradual**. Isso pode estar relacionado com o grau de dificuldade em se implantar as boas práticas previstas no questionário do TCU, pois algumas não decorrem apenas de pequenas melhorias, mas necessitam de recursos e tempo hábil para a sua devida institucionalização no Tribunal.

O gráfico abaixo apresenta simulação de medição do IGG, com base nas entregas registradas até 14.09.2023, a partir de planilha disponibilizada no portal do TCU. O intuito é apresentar uma **correlação das entregas realizadas no programa no ciclo 2022-2023 com a possível melhoria do IGG no STF**.

EVOLUÇÃO DO IGG NO STF



Assim, apesar dos desafios enfrentados no ciclo 2022-2023 e da dificuldade de se institucionalizar no Tribunal as boas práticas previstas no questionário do TCU em curto prazo, **a simulação da medição do IGG demonstrou que o Programa Estratégico: Aprimorar o Sistema de Governança Organizacional no STF, desde 2021, vem proporcionando a evolução do IGG** – a próxima medição do TCU está prevista para o primeiro trimestre de 2024 – **e o aprendizado institucional em relação à governança e à gestão organizacional**.

Outros projetos estratégicos:

Iniciativa	Projeto	Situação	Progresso (%)	Observações
Reconstituição do Edifício Sede do STF	Reconstituição do Plenário do STF	Concluído	100%	Plenário reconstituído para a abertura do ano judiciário de 2023.
Agenda ONU 2030	Diagnóstico de Acessibilidade no STF	Em execução	50%	Iniciada a etapa de elaboração do Relatório Final com o Diagnóstico de Acessibilidade no STF.

RECONSTITUIÇÃO DO PLENÁRIO DO STF:

No dia 10 de janeiro de 2023, a Portaria nº 14/2023 instituiu o Gabinete extraordinário para reconstrução do Plenário do Supremo Tribunal Federal. O projeto foi elencado como estratégico e relacionado ao norte da Gestão: Proteção jurisdicional da Constituição e da integridade do regime democrático. Esse Gabinete, composto por representantes das diversas áreas desta Corte, bem como de órgãos públicos e instituições civis que detêm expertise, reuniu-se diariamente nos meses de janeiro. Seguem principais números do projeto:

Projeto Reconstituição do Plenário		
Norte da Gestão	**Tema estratégico**	**Objetivo**
Proteção jurisdicional da Constituição e da integridade do regime democrático	Prestação jurisdicional	Plenário do STF e áreas afins reconstituídas para a sessão solene de abertura do Ano Judiciário em 01/02/2023

Números

- **Gabinete extraordinário com representantes de 23 unidades**
- **15 reuniões presenciais**
- **25 dias corridos**
- **Mais de 50 itens gerenciados**
- **Mais de 250 horas de trabalho**
- **Mais de 110 servidores de 23 unidades diferentes**
- **Mais de 250 colaboradores e terceirizados**
- **16 processos administrativos para contratações/aquisições emergenciais**
- **4 parcerias firmadas: CNJ, Câmara, CJF, STJ**

ACESSIBILIDADE:

O diagnóstico de acessibilidade permite avaliar o grau de maturidade em que o STF se encontra frente aos normativos e desenvolver agenda com metas e ações coerentes, oportunas e com aproveitamento ideal de recursos.

O objetivo é que, gradativamente, os espaços organizacionais se tornem mais inclusivos, ao garantir equidade para que todos que o acessam tenham o direito de participar plena e efetivamente, com suas diferenças e distintos pontos de partida reconhecidos, espaços físicos e sociais adequados para receber e abarcar a diversidade social, conforme a necessidade específica.

Durante a gestão 2022-2023, foi priorizada a execução do diagnóstico de acessibilidade no STF, atrelado ao objetivo estratégico: Ampliar a integração da Agenda ONU 2030 ao STF. O diagnóstico abrange as dimensões comunicacional, tecnológica, arquitetônica e urbanística, serviços e gestão da acessibilidade. Foram analisados 329 itens e feita a coleta de dados, com evidências, quando cabível. Em agosto de 2023, foi publicado o relatório com o resultado: cerca de 70% dos itens avaliados possuem atendimento satisfatório dos recursos de acessibilidade, com itens totalmente e parcialmente atendidos, indicando que o STF é um órgão que caminha para ser cada vez mais inclusivo.

OUTRAS AÇÕES:

- Celebração do Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência em 21.9.2023.
- Curso “A importância da acessibilidade para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”.
- Avaliação do grau de deficiência de servidores da Casa, com a utilização do Índice de Funcionalidade Brasileiro Aplicado – IFB-r.



6.2 Reestruturação administrativa: criação da Assessoria de Inteligência Artificial

O Supremo Tribunal Federal aprovou, em sessão administrativa virtual realizada em dezembro/2022, a criação da Assessoria de Inteligência Artificial em sua estrutura orgânica. A nova unidade, vinculada ao Gabinete da Presidência, tem como principal objetivo desenvolver soluções em inteligência artificial, aplicadas à prestação jurisdicional da Corte.

Além de criar o setor de IA, a proposta de reestruturação aprovada extinguiu a Assessoria de Apoio Gerencial (APG), cujas atribuições foram distribuídas a outras unidades do Tribunal, e transferiu a Assessoria de Projetos Judiciais (APJ) para a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI). Também foi criado o Núcleo de Apoio aos Sistemas Judiciais (NASJU), de forma a trazer mais segurança aos sistemas e aos usuários da plataforma STF Digital.

A reestruturação administrativa se assenta na perenidade da missão institucional do Tribunal, com foco nos objetivos institucionais, preservação e aperfeiçoamento das ações encampadas pelas gestões anteriores, bem como na necessidade de atualização em face das constantes mudanças organizacionais, digitais e culturais.



6.3 Ações de aprimoramento da governança

O aprimoramento da governança e da gestão organizacional foi uma das prioridades estabelecidas pela gestão 2022-2023. A governança estabelece as bases para uma gestão eficiente, ética e transparente das organizações, fomentando sucesso, sustentabilidade e valor a longo prazo. Além da continuidade das ações do Sistema de Governança Organizacional do STF, merecem destaque:

- **Publicação de 18 normativos, sendo 13 Resoluções, 4 Instruções Normativas e 1 Ato Regulamentar**
- **Mapeamento do fluxo da norma de controle de acessos, da norma de uso de veículos da frota do STF e do Ato deliberativo do STF-Med, que trata do Programa de Atenção Domiciliar**
- **Criação de novo manual da Assessoria de Inteligência Artificial**
- **Acompanhamento das recomendações da Auditoria Interna (AUDI) e do Tribunal de Contas da União (TCU)**
- **Elaboração do plano de monitoramento dos riscos principais do ciclo 2022**
- **Emissão de 706 pareceres e 232 despachos pela Assessoria Jurídica a fim de verificar previamente a legalidade dos procedimentos necessários à contratação de serviços, aquisição de bens, realização de acordos e outros instrumentos congêneres**
- **Elaboração de Plano de Ação específico para gestão de riscos em segurança da informação - mapeamento e análise de riscos em determinados sistemas e áreas estratégicas**
- **Adequação do Tribunal à LGPD, com ações estruturadas dentro dos seguintes grupos: inventário de dados, programa de governança em privacidade e central do cidadão**
- **Realização de reuniões periódicas com o Comitê de Segurança da Informação (CSI) e com o Comitê Executivo de Proteção de Dados Pessoais (CEPD)**
- **Redução dos prazos e otimização dos fluxos de contratação, melhor definição de responsabilidades e fluxos da gestão dos contratos, redundando em maior eficácia e eficiência dos processos**
- **Aperfeiçoamento do fluxo da captação de demandas e dos procedimentos, visando à conformação da proposta orçamentária e à adequação do texto do novo regime de licitações e contratos introduzido pela Lei n. 14.133/2021**
- **Aprovação da Instrução Normativa n. 280/2023, que instituiu no Tribunal procedimentos de dispensa de licitação, na forma eletrônica**

6.4 Auditoria Interna

A Auditoria Interna, subordinada diretamente à Presidente da Suprema Corte, apoia as atividades de controle externo exercidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), bem como fiscaliza a gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional, patrimonial e de pessoal desta Corte. Atua, ainda, como órgão de apoio à governança com o objetivo de exercer o importante papel na orientação dos gestores do Tribunal quanto à definição de estratégias para identificação, avaliação e gerenciamento de riscos, e à definição, implantação e monitoramento de controles internos administrativos, verificando a consistência e a qualidade.

No período de 12.9.2022 a 12.9.2023, durante a gestão, a Auditoria realizou 160 atividades entre avaliações (auditorias, levantamentos, acompanhamentos, monitoramentos) e consultorias.

TABELA 4 – ATIVIDADES REALIZADAS PELA AUDITORIA NA GESTÃO DA MINISTRA ROSA WEBER

ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA	QTD
Auditoria nas Contas Anuais do STF	1
Auditoria	1
Consultoria	2
Monitoramento	45
Acompanhamentos de Atos de Pessoal	110
Acompanhamentos Relatório de Gestão Fiscal	1
TOTAL	**160**

Fonte: Auditoria Interna do STF

Dentre as atividades acima, destacam-se:

- Auditoria nas Contas Anuais do STF – Exercício 2022;
- Avaliação da política e das práticas de sustentabilidade no STF;
- Consultoria sobre modelo de governança de contratações aplicável ao STF; e
- Consultoria para facilitar o processo de elaboração da norma que disporá sobre o modelo de governança de contratações do Tribunal.

6.5 Acordos de Cooperação Técnica TV e Rádio Justiça

Termo de Execução Descentralizada –TST e CSJT

Termo de Execução Descentralizada n. 01/2023 firmado com o Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho. O destaque orçamentário é objeto do Termo com vistas ao estabelecimento de parceria entre STF, TST e CSJT para a gestão compartilhada da TV e da Rádio Justiça no exercício de 2023. Dentre os benefícios apresentados, está o provimento das emissoras públicas do Poder Judiciário, dos recursos necessários à operação nos níveis exigidos de qualidade para atendimento aos anseios dos cidadãos e da comunidade jurídica.

6.6 Supremo Histórico

Realizada a implantação de um sistema especializado para armazenamento de dados, gestão e consulta no acervo histórico do Supremo. Após o projeto de digitalização, o acervo do Arquivo está, em sua maioria, em formato digital, compreendendo cerca de 300.000 processos judiciais digitalizados. A implantação do referido sistema tem o objetivo de alinhar a Corte às tecnologias de gestão digital de documentos históricos, já amplamente difundidas em outros órgãos da Administração Pública.

6.7 Servidores

6.7.1 POSSE DA NOVA DIRETORIA

Após a posse da Presidência do STF, no dia 13.9.2022, foi anunciada a nomeação dos servidores para compor a nova administração. Em cerimônia realizada no Salão Branco, a Presidente Rosa Weber anunciou os secretários e assessores-chefes escolhidos para gerenciamento do Tribunal.



13-09-2022 - Posse da nova diretoria do STF. Foto: Nelson Jr

6.7.2 CONFRATERNIZAÇÃO

Em dezembro de 2022, a Presidente Rosa Weber agradeceu o empenho dos servidores e colaboradores da Corte na festa de confraternização da Casa. Cerca de 450 pessoas participaram do evento, que ocorreu no Salão Branco e marcou internamente o encerramento do Ano Judiciário.



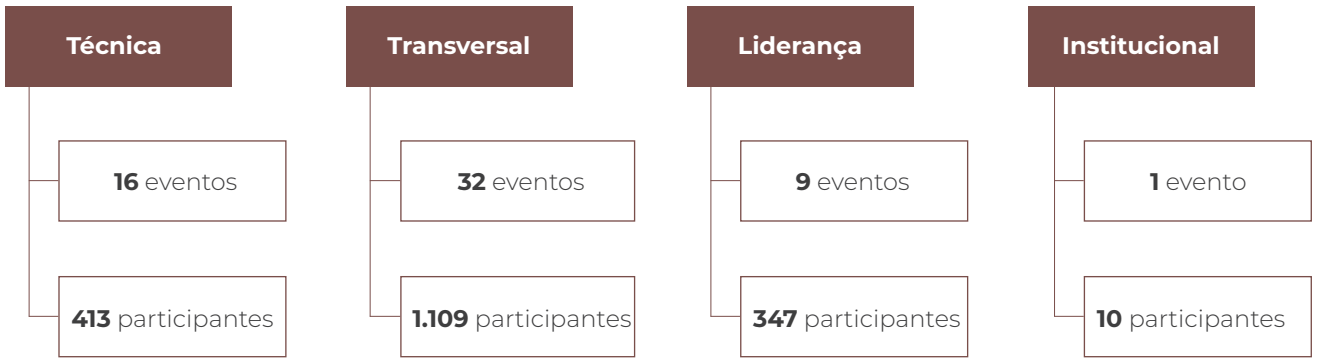
20.12.2023 – Presidente Rosa Weber na confraternização de fim de ano com servidores e colaboradores do STF. Foto: Fellipe Sampaio

6.7.3 CURSOS E CAPACITAÇÕES

A excelência na administração da Suprema Corte se relaciona intrinsecamente com as habilidades e as competências dos seus servidores, sustentáculo da gestão. Nesse sentido, a capacitação desses é imprescindível à eficiência e eficácia no cumprimento da missão institucional de garantia da supremacia da Constituição, respeito à segurança jurídica e integridade do Estado Democrático de Direito. A formação contínua promove atualização, inovação, adaptação, além de fomentar a ética e a integridade na prestação dos serviços.

Nesse contexto, a gestão 2022-2023 deu continuidade aos Programas de Capacitação em Ações Originárias, Programa de Capacitação para a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n. 14.133/2021) e ao Programa de Capacitação para Aplicação da Agenda 2030 iniciados em gestões anteriores. Além disso, considerando as quatro linhas de atuação do Plano de Capacitação do STF (transversal, técnica, liderança e institucional), no período de **12.9.2022 a 12.9.2023**, foram promovidas pelo Tribunal **58 ações de capacitação e desenvolvimento** que contaram com **1.937 participantes aprovados**, distribuídas da seguinte forma:

Ações de capacitação e desenvolvimento promovidas pelo STF



Fonte: Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CDPE/SGP). Dados extraídos em 14.9.2023.

Foram custeados também 34 eventos externos que contaram com a participação de 58 servidores aprovados.

Outras ações

1. DESENVOLVIMENTO DE SUCESSORES

Visando desenvolver o potencial de liderança, 67 servidores participaram do módulo Líder de Pessoas em 2023. Atualmente, 27 servidores concluíram os cinco módulos e 362 já participaram de, pelo menos, um dos módulos do projeto.

2. STF EDUCA

Aproxima o STF da sociedade por meio da oferta de cursos a distância gratuitos, autoinstrucionais e de qualidade.

Em março de 2023, foi iniciado o 9º ciclo de inscrições no STF Educa, com mais de 35 mil inscrições nos 12 cursos oferecidos. Foram ofertados 3 novos cursos: "Introdução ao Processo Coletivo Constitucional", "Pesquisa de Jurisprudência no STF" e "Lições de Crase". Nesse ciclo, foram emitidos aproximadamente 8,9 mil certificados.

3. OFERTA DE BOLSA DE ESTUDO

A oferta de bolsas de estudo incentiva a realização de cursos de pós-graduação e de outros idiomas. Corresponde ao reembolso de 70% do valor dos cursos, valor estabelecido em normativo. Além disso, as vagas são preenchidas por meio de processo seletivo.

O STF mantém atualmente 19 bolsas de estudo, sendo 15 de pós-graduação e 4 de língua estrangeira.

6.7.4 IDENTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A SEREM DESENVOLVIDAS (ICD)

Trata-se de metodologia participativa de levantamento de lacunas de competências a serem desenvolvidas. O propósito é obter dados que auxiliem os gestores na identificação das competências necessárias para o alcance dos objetivos setoriais e estratégicos, bem como reconhecer competências a serem potencializadas e/ou desenvolvidas, a fim de subsidiar soluções educacionais capazes de contribuir para o desenvolvimento dos servidores e a melhoria dos resultados.

Em 2022, foram oferecidas duas turmas do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) para disseminação da metodologia, com a participação de 33 servidores.

Em 2023, deu-se início à segunda fase de implementação dessa metodologia, cujo objetivo residiu em identificar as soluções educacionais e/ou outras estratégias para desenvolver as competências levantadas na primeira etapa, tendo em vista o aprimoramento dos servidores e a melhoria dos resultados nos processos de trabalho.

6.7.5 BEM-ESTAR E VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA DO STF – VIVA BEM

O Programa de Qualidade de Vida do STF (Viva Bem) corresponde a um conjunto de atividades cujo objetivo é contribuir para a saúde e o bem-estar, por meio da valorização das pessoas, da humanização do ambiente de trabalho e do incentivo a um estilo de vida saudável. Trata-se de um programa muito bem aceito e reconhecido pelo público interno, com 14 anos de atuação ininterrupta.

Desde 2018, o Programa Viva Bem atua à luz da Psicologia Positiva em quatro dimensões de bem-estar: Ocupacional, Físico e Psicológico, Interpessoal e Financeiro.

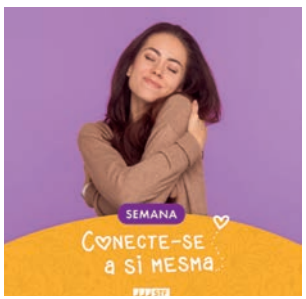
No ano de 2023, além da continuidade da Campanha "Conecte-se ao seu Potencial/Mapeamento de Talentos" (003770/2022), o Viva Bem está realizando a Campanha "Cultivando Resiliência" (002405/2023). O objetivo é potencializar nas pessoas que trabalham no STF mais um dos fatores que compõem o Capital Psicológico Positivo (esperança, autoeficácia, resiliência e otimismo, de acordo com Luthans *et al*., 2004; Luthans & Youssef et al., 2007), à semelhança do que foi realizado em 2021, por meio da Campanha Esperançar.

Em 2022, o fator "resiliência", compreendido como a capacidade de se preparar, de lidar com situações desafiadoras ou adversas de forma flexível e de se recuperar, tendo como resultado aprendizado e crescimento, foi abordado pelo Programa na "Jornada Heartmath – o poder da Resiliência" (006692/2022) e foi a escolha temática para ênfase em 2023, sobretudo diante dos acontecimentos do dia 08 de janeiro. Nessa data, o edifício-sede do STF foi atacado em atos de vandalismo. A ideia se fortaleceu diante da intenção de contribuir com o público interno, de forma sinérgica as demais iniciativas institucionais.

De abril a novembro de 2023, servidores e colaboradores terão a oportunidade de se aprofundar no tema, por meio do compartilhamento de conteúdo e da oferta de espaços de aprendizagem e trocas, instruindo e fomentando práticas intencionais de bem-estar, capazes de estimular o desenvolvimento da força pessoal e da resiliência e, consequentemente, impactar de forma positiva a coletividade.

Até setembro, foram realizadas as palestras “Cultivando Resiliência com Propósito”, “Estratégias para redução do estresse” e “Transformando o estresse em crescimento”; a “Oficina para mães e pais – desenvolvendo resiliência como uma importante habilidade de vida”; o concurso de fotografia “Retratos de Resiliência”, lançamento de uma exposição fotográfica com as fotos selecionadas e classificadas, tanto pelo público interno quanto por um júri técnico, além da oferta das práticas conjuntas semanais “Ativando a Inteligência do Coração”, previstas para finalizar no dia 27 de novembro, e de um bate-papo “Você sabe como ativar a inteligência do seu coração?”.









Destaca-se que, no final do mês de junho, o Viva Bem reuniu em uma página na intranet diversas informações sobre o Programa, como histórico, publicações, normativos, ações e campanhas.

Durante a gestão da Ministra Rosa Weber, foram promovidas ainda a “Semana Conecte-se a si mesma”; ações do “Lanche Certo”; “Ginástica Laboral” e “STF em movimento”.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

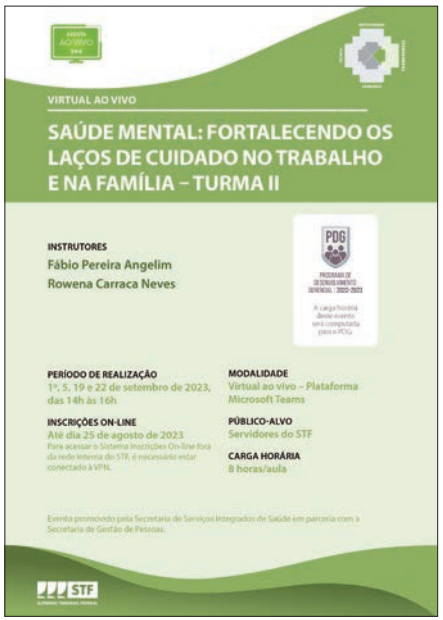
A responsabilidade socioambiental abrange ações e práticas que contribuem com o bem-estar das pessoas e o cuidado com o meio ambiente. Por meio de uma abordagem responsável, é possível criar sinergia entre o avanço institucional, o cuidado com o meio ambiente e a valorização da força de trabalho.



Projeto Meditação no STF.
Prática de meditação no ambiente de trabalho para manejo do estresse e da ansiedade.



25ª Campanha de Prevenção à Gripe.
2.894 pessoas vacinadas.



Curso "Saúde Mental: Fortalecendo os laços de cuidado no trabalho e na família".
45 participantes



"Desafio 90 Dias: Vida mais leve em todos os sentidos".
Programa para tratamento e prevenção da obesidade com enfoque na adoção de estilo de vida saudável.



Arrecadação de alimentos não perecíveis.
140 kg de alimentos destinados ao Instituto do Carinho, na Ceilândia.



Vidro é vida
127 frascos de vidros arrecadados para a rede de Bancos de Leite Humano do Distrito Federal.



Sesc + SIS = Saúde
Parceria com o SESC para atendimento gratuito de colaboradores na Carreta Saúde da Mulher e na Van Sesc + Saúde (para homens).



Coleta de medicamentos.
21 Kg de medicamentos vencidos ou sem uso encaminhados para o destino correto.

Campanhas

Entre setembro de 2022 e julho de 2023, foram realizadas 8 campanhas relacionadas à saúde.



Contribua para um Sorriso Saudável.
Arrecadação de R$ 2.360,00, convertidos em descontos no atendimento odontológico de 84 beneficiários.



Setembro amarelo
Em atenção à saúde mental e emocional de servidores e colaboradores.



Outubro Rosa
Ações com enfoque no autocuidado, no bem-estar e no estímulo à adoção de estilo de vida saudável para a prevenção de doenças, incluindo o câncer de mama.



Novembro Azul
Ações com enfoque no autocuidado e no estímulo de um estilo de vida saudável para a prevenção de doenças relacionadas ao público masculino.



Prevenção ao Câncer de Boca
Importância da prevenção na diminuição de fatores de risco e no diagnóstico precoce do câncer bucal e de lesões potencialmente malignas.



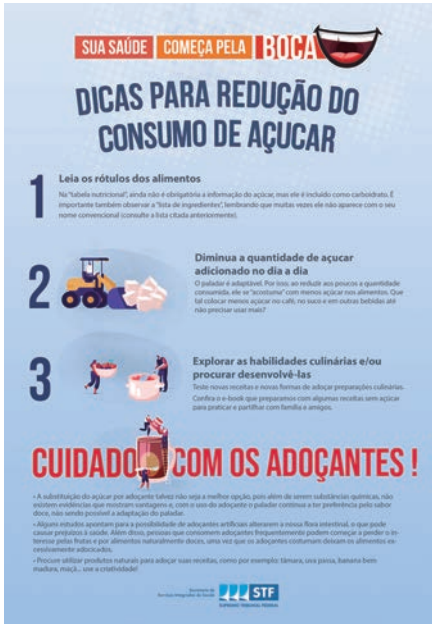
Complete seu Esquema Vacinal
Em parceria com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, foi disponibilizada uma unidade volante de vacinação e 273 pessoas foram vacinadas.



Prevenção à Gripe
Orientação em relação à etiqueta da tosse, higienização das mãos e vacinação contra o Vírus Influenza.



Reserve 10 minutos semanais para combater o mosquito Aedes aegypti
Com base em material produzido pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), foram disponibilizadas orientações simples a fim de estimular a população a combater o mosquito Aedes aegypti.



Sua Saúde Começa Pela Boca
Conscientização sobre como o açúcar está inserido em alimentos industrializados e quais os malefícios que a ingestão excessiva pode causar para a saúde bucal

QUADRO DE PESSOAL

ADÃO OLIVEIRA DE CARVALHO	Colaborador	Gabinete da Presidência
ADAUTO CIDREIRA NETO	Secretário	Secretaria Judiciária
ALBERSON DE OLIVEIRA ROCHA	Colaborador	Gabinete da Presidência
ALEX BATISTA DE SOUSA	Colaborador	Secretaria-Geral da Presidência
ALEX PEREIRA DE SOUSA	Colaborador	Gabinete do Secretário-Geral da Presidência
ALEXANDRE VASQUEZ TRINDADE	Colaborador	Gabinete da Presidência
ALINE CARLOS DOURADO BRAGA	Secretária	Secretaria de Gestão De Precedentes
ANA LUIZA NOVENTA DALLAPICULA	Estagiária	Assessoria de Análise de Recursos
ANA PAULA VILELA DE PÁDUA	Assessora-Chefe	Assessoria Processual
ANDRÉ LUIZ MATHIAS BARROS	Colaborador	Assessoria de Análise de Recursos
ANTÔNIO RODRIGUES FILHO	Colaborador	Gabinete da Presidência
ANTÔNIO SALES PEREIRA DE CARVALHO	Colaborador	Assessoria de Análise de Recursos
ARMANDO AKIO SANTOS DOI	Auditor-Chefe	Auditoria Interna
BRENO PINHEIRO FRANCO DE ARAUJO	Assessor Especial	Assessoria Processual
CARLOS AUGUSTO DE ARAÚJO LIMA FILHO	Assessor-Chefe	Assessoria de Análise de Recursos
CARMEN LILIAN OLIVEIRA DE SOUZA	Assessora-Chefe	Assessoria do Plenário
CAROLINE DE ARAÚJO BOMFIM	Assistente	Assessoria de Análise de Recursos
CÉLIA REGINA DE OLIVEIRA GONÇALVES	Assessora-Chefe	Assessoria de Cerimonial
CÍCERO RODRIGUES DE OLIVEIRA GOMES	Secretário	Secretaria de Gestão de Pessoas
CLÁUDIA DELGADO ATHAYDE CAVALCANTE DA CUNHA	Assistente	Assessoria Processual
CLAY SOUZA E TELES	Assessor-Chefe	Assessoria de Articulação Parlamentar
CLEBER SILVA MOTA	Chefe de Gabinete do Diretor-Geral	Gabinete do Diretor-Geral
CLESIO SARAIVA DE ARAÚJO	Colaborador	Gabinete da Presidência
CRISTIAN ELIAS CORREIA	Colaborador	Gabinete da Presidência
DANIEL AUGUSTO MOREIRA	Assessor Especial	Assessoria Processual
DANIELA CANDIDA DA SILVA	Assistente	Assessoria de Análise de Recursos

DANIELA FERNANDES DAROS	Secretária	Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação
DANIELA GONÇALVES DOS SANTOS TELLES	Estagiária	Assessoria de Análise de Recursos
DANIELLA SOUSA PAIVA OLIVEIRA ROZENDO	Colaboradora	Gabinete da Presidência
DENISE GOMES DA SILVA	Secretária	Secretaria de Serviços Integrados de Saúde
EDIMAR ROSA DA SILVA	Chefe de Gabinete do Secretário-Geral da Presidência	Gabinete do Secretário-Geral da Presidência
EDMICIO ANJOS DE ANDRADE	Colaborador	Gabinete da Presidência
EDMILSON PALMA LIMA	Secretário	Secretaria de Administração de Serviços e Gestão Predial
EDUARDO FREIRE DA ROCHA	Colaborador	Assessoria de Análise de Recursos
ELISÂNGELA ROCHA DE FARIAS	Colaboradora	Gabinete da Presidência
EMILENE CONCEIÇÃO PEREIRA	Colaboradora	Gabinete da Presidência
EMMANUEL LUIZ SANTOS OLIVEIRA	Estagiário	Assessoria de Análise de Recursos
ENZO LUIZ DE OLIVEIRA MENEZES	Estagiário	Assessoria de Análise de Recursos
ESTÊVÃO ANDRÉ CARDOSO WATERLOO	Secretário-Geral da Presidência	Secretaria-Geral da Presidência
FABIO LUIS FURRIER	Assessor Especial	Gabinete do Secretário-Geral da Presidência
FABYANO ALBERTO STALCHMIDT PRESTES	Secretário	Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação
GABRIEL HENRIQUE LESSA RICHARD	Assessor Especial	Assessoria Processual
GILBERTO PAVANELLI CARDOZO	Colaborador	Secretaria-Geral da Presidência
GILSON COSTA DOS SANTOS	Colaborador	Gabinete da Presidência
GIULIANO KOTH RIBAS	Assessor Especial	Assessoria Processual
GUSTAVO DA FONSECA SANDANIELLI MONTÚ	Assessor-Chefe	Central do Cidadão
HANNA LUIZA SOUZA PEREIRA	Estagiária	Assessoria de Análise de Recursos
HELENA CAMPOS REFOSCO	Juíza Auxiliar	Gabinete da Presidência
HUGO RODRIGUES DOS SANTOS	Assistente	Assessoria de Análise de Recursos
HUGO SINVALDO SILVA DA GAMA FILHO	Juiz Auxiliar	Gabinete da Presidência

JANDER DOUGLAS AFONSO CARDOSO	Colaborador	Gabinete da Presidência
JEAN MARY ALMEIDA SOARES	Secretário	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações
JÉSSICA PEREIRA DA SILVA	Assistente	Assessoria de Análise de Recursos
JONATHAN DA CRUZ DIAS	Colaborador	Assessoria de Análise de Recursos
JUCENIR VIEIRA DA SILVA	Colaborador	Gabinete da Presidência
JÚLIA RIBEIRO VITORIANO	Estagiária	Assessoria de Análise de Recursos
JULIANA SAMPAIO RODRIGUES	Assistente	Assessoria de Análise de Recursos
LEANDRO SILVA MONTEIRO	Colaborador	Gabinete da Presidência
LEONARDO MUHAMMAD LUZENTE PAULO	Estagiário	Assessoria de Análise de Recursos
LUCIANA FERREIRA PINTO DA SILVA	Assistente	Gabinete do Secretário-Geral da Presidência
LUCIANA LOPES E SILVA FIGUEROA	Assessor	Assessoria Processual
LUCIANO QUADRADO DE MORAES	Assessor	Gabinete do Secretário-Geral da Presidência
LUIZ ANTÔNIO LUSTOSA DA SILVA	Colaborador	Gabinete da Presidência
MANUELITA HERMES ROSA OLIVEIRA FILHA	Secretária	Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação
MARCELLA PEREIRA FERRARO	Assessor Especial	Assessoria Processual
MARCELO ANTONIO DA SILVA	Assessor-Chefe	Assessoria de Segurança da Informação
MARCELO CANIZARES SCHETTINI SEABRA	Secretário	Secretaria de Segurança
MÁRCIA CORRÊA MATOS MACIEL	Assistente	Gabinete da Presidência
MÁRCIO KAZUAKI FUSISSAVA	Secretário	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações
MÁRCIO SCHIEFLER FONTES	Juiz Instrutor	Gabinete da Presidência
MARCOS ANTÔNIO DO NASCIMENTO MOREIRA	Colaborador	Gabinete da Presidência
MARIA GUIOMAR PEREIRA DA SILVA	Colaboradora	Gabinete da Presidência
MARIA IZABEL LEONARDO DA SILVA FERREIRA	Colaboradora	Gabinete da Presidência
MARIA VALDENICE NUNES GUIMARÃES	Colaboradora	Assessoria de Análise de Recursos
MARIANA ARAUJO DE OLIVEIRA	Secretária	Secretaria de Comunicação Social
MARIANA DE ARAÚJO ALVES	Assistente	Assessoria de Análise de Recursos

MARINA GODOY DE MIRANDA ARAÚJO	Assessor	Assessoria de Análise de Recursos
MATEUS DE FREITAS CAVALCANTI COSTA	Juiz Auxiliar	Gabinete da Presidência
MAURÍCIO TROMBKA AYRES DA FONSECA	Estagiário	Assessoria de Análise de Recursos
MAXIMINO GOUVEIA DE SOUZA	Colaborador	Gabinete da Presidência
MIGUEL RICARDO DE OLIVEIRA PIAZZI	Diretor-Geral	Secretaria do Tribunal
MILTON FERREIRA DA MATA	Colaborador	Gabinete da Presidência
MÔNICA MARIA GOMIDE MADRUGA RIBEIRO	Assessora-Chefe	Assessoria Jurídica
NATACHA MORAES DE OLIVEIRA	Secretária	Secretaria de Tecnologia da Informação
NATÁLIA COSMO ANDRADE	Estagiária	Assessoria de Análise de Recursos
OSVALDO DOS SANTOS PIZZÁ	Assessor-Chefe	Assessoria de Assuntos Internacionais
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS	Assessora Especial	Gabinete do Secretário-Geral da Presidência
PAULA PESSOA PEREIRA	Chefe de Gabinete da Presidência	Gabinete da Presidência
RAQUEL RESENDE DE ANDRADE	Assessora Especial	Gabinete da Presidência
ROBERTO BEZERRA	Assessor-Chefe	Assessoria de Apoio à Governança e Conformidade
ROBSON BARBOSA DE SOUZA	Colaborador	Gabinete do Secretário-Geral da Presidência
RODRIGO LOBO CANALLI	Assessor-Chefe	Assessoria de Inteligência Artificial
ROGÉRIO AUGUSTO VIANA GALLORO	Assessor Especial	Gabinete da Presidência
RUBERVAM CAVALCANTE SILVA	Assistente	Assessoria de Análise de Recursos
SANDRA REGINA CASTRO DA SILVA	Assistente	Assessoria de Análise de Recursos
SUSANA CABRAL RODRIGUES CHIAVICATTI	Assistente	Assessoria de Análise de Recursos
THAIS ALVARES CORRÊA	Assistente	Assessoria de Análise de Recursos
UZILEIDE AMICETO FERNANDES	Colaborador	Gabinete da Presidência
VALMI ALVES DE SOUSA	Assessor-Chefe	Assessoria de Apoio à Governança e Conformidade
VINICIUS NASCIMENTO PORTO	Secretário	Secretaria de Gestão Estratégica
YASMIM ANDRADE MARQUES	Estagiária	Assessoria de Análise de Recursos

Secretaria-Geral da Presidência
ESTÊVÃO ANDRÉ CARDOSO WATERLOO

Gabinete da Presidência
PAULA PESSOA PEREIRA

Diretoria-Geral
MIGUEL RICARDO DE OLIVEIRA PIAZZI

Supervisão
RAQUEL RESENDE DE ANDRADE
LUCIANO QUADRADO DE MORAES

Redação e Consolidação do Conteúdo
PAMELLA SADA DIAS EDOKAWA
BÁRBARA NOGUEIRA DA SILVA
RAQUEL RESENDE DE ANDRADE

Revisoras de texto
MARIANA DE ARAÚJO ALVES
LUCIANA FERREIRA PINTO DA SILVA

Secretaria do Tribunal
MIGUEL RICARDO DE OLIVEIRA PIAZZI

Secretaria de Altos Estudos,
Pesquisas e Gestão da Informação
DANIELA FERNANDES DAROS

Coordenadoria de Difusão da Informação
FLÁVIA TRIGUEIRO MENDES PATRIOTA

Coordenadoria de Gestão da Informação, Memória
Institucional e Museu
ANA PAULA ALENCAR OLIVEIRA

Revisão de provas editoriais
MÁRCIA GUTIERREZ ABEN-ATHAR BEMERGUY
JULIANA SILVA PEREIRA DE SOUZA
LÚCIA HELENA LOPES FACHINETTO
ROSA CECILIA FREIRE DA ROCHA

Produção editorial
LILIAN JANUZZI VILAS BOAS
DAVID DUARTE AMARAL

Capa e projeto gráfico
FLÁVIA CARVALHO COELHO

Diagramação
ALINE DA SILVA PEREIRA
ANA CAROLINA CAETANO
CÍNTHIA ARYSSA OKADA
LEONARDO RAMSES CUNHA OLIVEIRA

Esta obra foi impressa e encadernada, em papel offset 90 g/m2 (miolo) no formato 240 x 220 mm, pela Coordenadoria de Gestão da Informação, Memória Institucional e Museu, vinculada à Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação do Supremo Tribunal Federal, em setembro de 2023. Foi projetada e composta na fonte Montserrat.